

A MANUFATURA DO FUMO NA BAHIA

Paulo Henrique de Almeida

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Economia e Planejamento Econômico do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Professor Doutor Sergio S.Silva.

Campinas, 1983

"E manteve-se de pé à frente dos primos, com o charuto entre os dedos indicador e médio da manzorra.

" — Que tal esse repolho enrolado, Castorp? Deixe ver, sou perito e amador. A cinza é boa. Que bela morena é essa?

" — Marina Mancini, Postre de Banquett, de Bremen, senhor conselheiro. Custa pouco ou nada, uns dezenove pfennigs nas cores selecionadas, mas tem um bouquet que normalmente não se encontra por esse preço. Sumatra-havana, com capa cor de areia, como o senhor pode ver. É uma mistura meio pesada e muito saborosa, mas que parece bem leve à língua. Esse charuto gosta que se lhe deixe a cinza o maior tempo possível. Em geral não a sacode mais de duas vezes. Claro que ele tem os seus caprichos, mas o controle da fabricação deve ser rigoroso, porque a Maria é de absoluta confiança quanto às suas qualidades e puxa com uma regularidade perfeita. O senhor permite que eu lhe ofereça um?

" — Obrigado. Podemos fazer uma troca. — E ambos tiraram as charuteiras.

" — Este é de raça — disse o conselheiro áulico, mostrando a Hans Castorp a marca que fumava. — Tem temperamento, sabe? E está cheiro de força e de seiva. São Félix, Brasil; sempre preferi este tipo. Um autêntico remédio para qualquer preocupação. Arde que nem aguardente, e sobretudo no fim produz um efeito fulminante. Recomenda-se certa reserva nas relações com ele. Não se pode acender um após outro; isso ultrapassa as forças de um homem. Mas acho melhor um bom trago de vez em quando do que vapor d'água durante o dia todo..."

Agradecimentos

Sou grato ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq pela bolsa que tornou possível minha pós-graduação em economia no Departamento de Economia e Planejamento Econômico do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

Agradeço aos professores e colegas do DEPE pelos dois anos de formação intelectual e convivência fraterna.

Aos professores Wilson Cano e Tamás Szmeccsányi meu reconhecimento pelas críticas e sugestões apresentadas durante a elaboração deste trabalho.

Finalmente, quero registrar minha gratidão para com o Prof. Sérgio Silva, meu orientador, porque sem a sua enorme paciência a elaboração desta dissertação não teria sido possível.

Salvador, outubro de 1983

Índice

APRESENTAÇÃO	I
CAPÍTULO I - <u>A Gênese da Manufatura do Fumo na Bahia</u>	1
1. Período colonial	1
2. Extinção do tráfico negreiro	6
3. Presença do capital alemão	15
4. Do escravismo ao trabalho livre	18
5. Pequena lavoura e grande comércio	21
6. Surgimento das manufaturas	25
7. Suerdieck: 1905-1914	30
8. O complexo fumageiro na economia baiana	32
Referências bibliográficas	45
CAPÍTULO II - <u>Auge e Crise das Manufaturas do Fumo na Bahia</u>	48
1. A economia baiana na primeira metade do século XIX	49
2. A fumiicultura baiana e a evolução de seus mercados	64
3. A formação do truste mundial do fumo e sua penetração no Brasil	70
4. As manufaturas do fumo na indústria baiana	74
5. Suerdieck: 1914-1942	84
6. Mudanças na distribuição regional da indústria brasileira do fumo: 1920-1950	90
Referências bibliográficas	94
CAPÍTULO III - <u>Declínio das Manufaturas do Fumo na Bahia</u> ..	97
1. A economia baiana a partir de 1950	97
2. O mercado internacional do tabaco depois da guerra	108
3. Exportação do fumo e fumiicultura no Brasil - evolução recente	112
4. Concentração do capital na indústria brasileira do fumo	121
5. Fumiicultura na Bahia: evolução recente	130
6. Fumo baiano: produção, exportação e mercados	141
7. Crise das manufaturas baianas do fumo	150
8. Suerdieck: 1942-1985	154
9. A situação atual da indústria baiana do fumo	158
Referências bibliográficas	169
CONCLUSÃO	174

Tabelas e Gráficos

CAPÍTULO I

Tabela I - Escravos importados para a Bahia entre 1815 e 1851	8
Tabela II - Bahia: exportação do fumo em folha e em corda - 1807-1847	13
Gráfico I - Bahia: exportação do fumo e importação de escravos - 1807-1859	14
Tabela III - Firmas manufatureiras de fumo na Província da Bahia: 1851-89	26
Tabela IV - Participação dos principais produtos nas exportações baianas: 1850-51/1885/86	38

CAPÍTULO II

Tabela I - Bahia: indústria de transformação - taxas médias anuais do crescimento real - 1919-1949	61
Tabela II - Bahia: indústria de transformação - estrutura industrial baiana por grupos de indústria, segundo o valor de transformação industrial e o número de operários - 1919-1949	61
Tabela III - Participação do fumo nas exportações brasileiras: 1891-1939	64
Tabela IV - Exportação de fumo em folha da Bahia e participação baiana na exportação brasileira do produto: 1901-1950	65
Tabela V - Participação dos ramos "têxtil" e "fumo" na indústria baiana em 1920, 1940 e 1950: valor da produção, operários ocupados e força motriz instalada	76
Tabela VI - Evolução da produção nacional de charutos e cigarros	80
Gráfico I - Estatística da exportação do fumo: Suerdieck & Cia.	85
Gráfico II - Estatística da produção de charutos: Suerdieck & Cia. - 1905-46	86
Tabela VII - Brasil: distribuição regional da indústria do fumo - 1920 e 1950	91

CAPÍTULO III

Gráfico I - Brasil e Bahia: quantidade exportada de fumo em folha: 1950-1975	113
--	-----

Gráfico II - Participação das exportações baianas de fumo em folha nas exportações brasileiras de fumo em folha e no total das exportações da Bahia - 1954-1975	114
Tabela I - Distribuição regional da indústria do fumo no Brasil em 1950, 1960, 1970 e 1975, segundo o valor da produção	130
Tabela II - Brasil: fumo em folha - quantidade produzida, área colhida e rendimento médio por hectare, segundo a unidade da federação em 1975	133
Tabela III - Bahia - participação do valor da produção do fumo em folha no valor total da produção agropecuária: 1970-78	136
Tabela IV - Bahia: custos para a produção de fumo em um hectare em 1975	139
Tabela V - Brasil: produção de fumo em folha segundo os principais Estados produtores: 1960, 1965, 1970 e 1975	142
Gráfico III - Área cultivada, produção e rendimento físico por hectare na fumicultura baiana: 1950-82 ..	144
Mapa I - Fluxos de comercialização do fumo no Recôncavo ...	149
Tabela VI - Bahia: estrutura da indústria do fumo em 1950 .	160
Tabela VII - Bahia: participação da indústria fumageira no valor da produção e no total do pessoal ocupado no setor industrial - 1950-1980	163
Gráfico IV - Bahia: exportação de charutos - 1964-1980	167

Apresentação

Esta dissertação pretende reconstituir parcialmente o processo histórico de nascimento, consolidação e declínio do complexo baiano do fumo, entendido como o sistema que engloba a funicultura, o comércio exportador de tabaco e a manufatura de artigos de fumo na Bahia.

Sobre a produção, o comércio e o aproveitamento industrial do fumo, pouco pode ser encontrado na bibliografia histórico-econômica nacional. Como lembra J. R. Amaral Lapa, os temas relacionados ao fumo no Brasil merecem um tratamento genérico e secundário nas "histórias econômicas gerais", o mesmo ocorrendo nas dissertações de mestrado e teses de doutoramento apresentadas mais recentemente em universidades do país. O estudo da produção e comercialização do tabaco é prejudicado, nos clássicos, pela ótica dos ciclos dos "grandes produtos" e, nos textos mais recentes, é quase sempre subordinado à discussão dos "grandes objetos" da historiografia brasileira - evolução do sistema colonial, "campesinato" no Brasil, etc.

No caso específico do complexo baiano do fumo, são exceções a esta regra os trabalhos de Pierre Verger, que tratam da relação entre o fumo baiano e o tráfico de escravos no Nordeste, os de Silza Fraga Costa Borba, sobre a indústria e a exportação do fumo na Bahia durante o período 1870-1930, e o texto de Lapa "O tabaco brasileiro no século XVIII", publicado no Brasil com o título "Um agricultor ilustrado do século XVIII".

O tema complexo baiano do fumo merece, no entanto, alguma atenção. Em primeiro lugar, porque o fumo foi o segundo principal produto da agricultura do Recôncavo Baiano e da pauta de exportações da Bahia durante séculos. Em segundo, porque as manufaturas de charutos e os "armazéns" de beneficiamento mantiveram uma importância considerável na indústria regional até os anos 1950. Finalmente, porque a Bahia respondeu, até meados do século XX, pelo grosso das exportações brasileiras da folha e ainda por boa parte da produção nacional de artigos de tabaco.

Uma questão central guia a investigação proposta: a razão pela qual o complexo baiano do fumo não se transforma numa agroindústria fumageira moderna, ou seja, num sistema onde a acumulação do capital e a introdução do progresso técnico são diretamente comandadas pelo capital industrial e onde a indústria organiza, de acordo com seus próprios interesses, a fumi-cultura e o comércio do fumo, visando a produção de bens finais derivados da folha de tabaco. Trabalha-se com a hipótese de que a pressão da concorrência exercida pelas empresas internacionais do ramo (responsáveis pela formação da agroindústria do tabaco no sul do país), a debilidade do desenvolvimento da economia regional e a hegemonia do capital mercantil sobre a atividade fumageira na Bahia, bloqueiam a evolução do complexo baiano do fumo.

A partir desta questão central, pretende-se rever a periodização da história da atividade fumageira na Bahia. Procura-se definir as duas "etapas" da evolução desta atividade - colonial e mercantil-exportadora - e localizar o período de transição que leva ao surgimento do complexo baiano do fumo. Além disso, busca-se fixar os momentos de formação, auge, crise e declínio deste complexo e, especialmente, de seu segmento manufatureiro, cuja história não é propriamente simétrica à da indústria brasileira como um todo.

Em função destes objetivos, torna-se necessário considerar a evolução histórica da fumi-cultura e das exportações baianas de tabaco, respectivamente, base e eixo da atividade fumageira na Bahia. Pela mesma razão, leva-se em conta a evolução da indústria internacional e brasileira do fumo, notadamente no que se refere ao progresso técnico nesta indústria, à formação das grandes empresas multinacionais do ramo e à penetração destas firmas no Brasil. Ademais, a ótica proposta implica em tratar do desenvolvimento geral da economia baiana, nicho específico da indústria fumageira e da fumi-cultura do Recôncavo.

Embora trate do desenvolvimento geral da economia baiana e da evolução da indústria instalada na Bahia, esta dissertação não pretende se enquadrar no debate em torno da "questão

regional". A preocupação com o desenvolvimento da economia baiana se deve apenas ao fato de que ela determinou os limites para a expansão das atividades relacionadas à produção do tabaco e de seus artigos manufaturados na região.

Ao mesmo tempo, na análise da evolução da fumicultura baiana - atividade baseada no minifúndio e no trabalho familiar - esta dissertação pretende evitar a pantanosa discussão da "questão camponesa". Discute-se a evolução da fumicultura regional porque ela é a base da atividade fumageira na Bahia. Contudo, os fumicultores baianos são definidos simplesmente como "pequenos produtores", não existindo maiores preocupações com o problema do "caráter" das relações de produção na fumicultura baiana.

O conjunto da atividade fumageira na Bahia é denominado "complexo baiano do fumo". Trata-se de um conceito distinto da idéia de "complexo econômico regional" (CANO, 1977). Com efeito, a atividade fumageira na Bahia inseriu-se no "complexo nordestino", cujo eixo era a produção de açúcar e que foi o verdadeiro responsável pela dinâmica da economia regional até as primeiras décadas do século XX. Exatamente por diferenciar-se da idéia original de Cano, a categoria "complexo" continua sendo utilizada na análise do período posterior a 1930, mesmo quando se sabe que o conceito tradicional perde significado com a formação do mercado nacional e o desaparecimento da relativa autonomia das economias regionais periféricas. Insiste-se no termo "complexo" por oposição ao conceito de "sistema agroindustrial", que não pode ser aplicado, em nenhum momento, para a atividade fumageira na Bahia.

O segmento ou setor industrial do complexo baiano do fumo é definido como o conjunto formado pelos armazéns de beneficiamento e pelas manufaturas de bens finais derivados do fumo em folha. Embora possam existir dúvidas quanto ao caráter efetivamente "transformador" da primeira atividade, este é o procedimento tradicional dos censos industriais e dos textos técnicos que tratam do assunto.

A evolução do complexo baiano do fumo no período 1870-1930 foi estudada por Silza Fraga Costa Borba (Industrialização e exportação do fumo na Bahia, dissertação de mestrado, UFBA, 1975). Aspectos da história da fumicultura baiana e das manufaturas de charutos do Recôncavo foram tratados em vários textos técnicos publicados por órgãos do Governo da Bahia, principalmente pela extinta Fundação Centro de Pesquisas e Estudos - CPE e pelo antigo Instituto Baiano do Fumo - IBF. Os trabalhos de Borba, os documentos e relatórios de pesquisa publicados pelo Governo Estadual, os censos industriais e artigos recentemente divulgados pela imprensa local e nacional, foram as principais fontes de informação utilizadas nesta dissertação.

O primeiro capítulo, "Gênese da indústria do fumo na Bahia", compreende o período entre o início do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Ele discute a origem colonial da atividade fumageira no Recôncavo Baiano, as relações desta atividade com o tráfico negreiro, e sua posterior transformação num complexo exportador de tabaco que abastecia parte da nascente indústria do fumo européia. Discute ainda o aparecimento das primeiras manufaturas de charutos na Bahia. O segundo capítulo, "Auge e crise das manufaturas baianas do fumo", compreende o intervalo entre as primeiras décadas do século XX e a segunda grande guerra. Este capítulo trata do progresso técnico na indústria internacional do fumo e do declínio do consumo de charutos manufaturados em decorrência da produção fabril de cigarros. Trata também da formação das primeiras grandes empresas internacionais do ramo e de seu primeiro ciclo de expansão mundial. O capítulo tenta mostrar ainda como a penetração do truste anglo-americano do fumo no Brasil, a concentração do crescimento urbano-industrial em torno de São Paulo, e a inserção do complexo baiano do fumo numa economia regional de limitado dinamismo, condenaram as manufaturas baianas ao desaparecimento. O terceiro capítulo, "Declínio das manufaturas do fumo na Bahia", compreende o período entre o final da segunda guerra e a década de 1980. Este último capítulo descreve o segundo ciclo de expansão internacional das grandes empresas do ramo e a formação do oligopólio das multinacionais do fumo no Brasil. Ele ainda procura mostrar como a decadência das manufa

turas do Recôncavo inseriu-se no processo mais geral de desnacionalização da indústria do fumo no país. Finalmente, descreve a situação atual das últimas manufaturas do fumo na Bahia, seus problemas imediatos e suas perspectivas a longo prazo.

Capítulo I

A Gênese da Manufatura do Fumo na Bahia

1. Período Colonial

O desenvolvimento da cultura do fumo na Bahia colonial resultou, em primeiro lugar, da difusão do consumo do tabaco no continente europeu a partir do século XVII e, em segundo, do incremento do tráfico negreiro.

Portugueses e baianos cultivavam o tabaco no Recôncavo, principalmente nas proximidades da Vila de Cachoeira. A terra era previamente adubada com estrume e, após a fertilização, deixada em descanso por vários meses. Depois desses cuidados iniciais, era revolvida com enxadas e dividida em carreiros. Recebia então as sementes do fumo. As mudas com 3 a 4 meses de vida eram transportadas, no período das chuvas, para as áreas definitivas de cultivo, estas também preparadas como os "viveiros", mas, além disso, coveadas. Com o desenvolvimento das plantas, iniciava-se a atividade de "capação" (corte dos botões que potencializava o crescimento das folhas) e redobrava-se o controle sobre os parasitas, atraídos em grande número pela adubação com o estrume (1).

Após a colheita, as folhas eram secadas ao sol e depois levadas para as "casas de fumo", onde ficavam penduradas e abrigadas até que se completasse o processo de maturação. Depois disso, eram selecionadas e torcidas em cordas com ajuda de torniquetes. As cordas assim obtidas permaneciam armazenadas durante semanas para que perdessem o excesso de umidade. Em seguida, eram impregnadas com uma mistura de conservantes e substâncias aromáticas composta principalmente por melaço de cana. O fumo beneficiado seguia em carros de boi para os centros de comercialização do Recôncavo, basicamente a praça de Cachoeira, e era transportado destes centros para o porto de Salvador em embarcações. Parte desse transporte era

realizado inicialmente pelos próprios fumicultores. Porém, com o desenvolvimento da lavoura surgiram os intermediários comerciais, atravessadores que passaram a controlar o transporte do fumo entre as fazendas e os representantes da Coroa. Os rolos de fumo em corda só depois de classificados e taxados por estes representantes eram, finalmente, liberados para o acondicionamento em sacos de couro e posterior exportação (2).

Do porto de Salvador, o fumo era remetido para Portugal ou para a costa atlântica da África.

No primeiro caso, era repassado pela Coroa aos mercados portugueses, holandeses ou franceses, que o trocavam por marfim, ouro e escravos no continente africano, ou ainda por especiarias na Ásia. Uma parcela da produção baiana de fumo era destinada também ao atendimento do consumo europeu. Pelo menos desde o século XVII, fumo em corda de boa qualidade seguia para a Europa, comercializado por negociantes da metrópole e reexportado "... para outros centros europeus, principalmente Espanha, Inglaterra, Alemanha, Holanda e Itália" (3).

Além disso, o fumo baiano era demandado por armadores portugueses ou brasileiros que operavam no comércio negreiro entre a Bahia e a África. Tais armadores trocavam-no pelos escravos empregados nas plantations do Recôncavo, na mineração no interior da colônia e nas atividades urbanas de Salvador.

"É interessante verificar, através dos depoimentos da época, a importância que tinha o fumo brasileiro, todo ele procedente da Bahia, nesse ignominioso comércio de mercadoria humana. A capacidade das embarcações era conhecida pela quantidade de rolos de fumo que transportavam, dividindo-se em três classes os tristemente famosos navios negreiros: sumacas que carregavam de 1.500 a 2,500 rolos de fumo; corvetas de 2.500 a 4.000 rolos e navios de 4.000 a 6.000 rolos.

"As frotas do fumo partiam do porto de Salvador e cruzavam os mares inçados de perigos, seguindo rotas longas e difíceis, infestadas de piratas, em demanda da famosa Costa da Mina. Mas, os lucros que o negócio proporcionava aos armadores e ao Erário Régio eram tão grandes, que

valia a pena correrem todos os riscos. Para a África, entretanto, só era permitido levar fumo de 'ínfima qualidade', porque o de primeira deveria ser remetido, obrigatoriamente, para o Porto e para Lisboa onde obtinha, nas revendas, preços altamente compensadores" (4).

As relações entre a fumicultura colonial e o tráfico negreiro parecem ter sido reforçadas, ainda no século XVII, com a disputa entre holandeses e portugueses pelo controle do comércio realizado com a costa ocidental da África.

"A Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, instalada por direito de conquista nas antigas fortalezas portuguesas, não tolerava nenhum comércio, por parte deles, ao longo da Costa do Ouro (atual Gana).

"Contudo, os portugueses estavam autorizados pelos holandeses a ir negociar escravos, sob certas condições...

"As condições impostas aos portugueses eram não trazerem nenhuma mercadoria da Europa para fazer negócio. Não poderiam utilizar senão rolos de fumo provenientes da Bahia" (5).

A produção do fumo não foi, portanto, uma atividade isolada no interior da economia colonial. Para a pecuária, a produção do fumo criou novos mercados, porque absorveu boa parte da oferta de couros (para o acondicionamento das cordas de fumo), incrementou a comercialização do estrume (adubo indispensável) e, ademais, utilizou o gado como meio de transporte. Com a expansão da atividade fumageira, a pecuária na colônia passou a não depender exclusivamente da demanda de carne e da procura de força motriz para os engenhos. Para a atividade de açucareira, a produção do tabaco também criou novos mercados com o aproveitamento do melaço no beneficiamento das folhas. Porém, foi na medida em que o fumo baiano se consolidou como a principal mercadoria utilizada no resgate de escravos que sua importância para a produção do açúcar tornou-se decisiva.

A difusão do consumo do tabaco no continente europeu e o incremento do tráfico negreiro garantiram o desenvolvimento

da lavoura e do beneficiamento do fumo na Bahia. Para assegurar a apropriação do excedente gerado com a exportação do tabaco, a Coroa tornou seu comércio monopólio do estado e, dada a importância crescente dos negócios com o fumo, sustentou este monopólio até o início do século XX. Todavia, em razão do aumento da demanda por escravos na colônia e da decorrente necessidade de estimular o tráfico negreiro entre o nordeste do Brasil e a África, a coroa foi obrigada a ceder parte do comércio do fumo aos traficantes de escravos instalados na Bahia.

A abertura parcial do comércio do tabaco para os armadores do tráfico negreiro transformou o fumo baiano em mercadoria essencial para o contrabando. Em primeiro lugar, porque era o comércio de escravos que abrigava boa parte dos negócios clandestinos com mercadorias estrangeiras. Em segundo, porque o fumo interessava aos mercadores europeus que operavam na costa da África; os europeus ofereciam por ele manufaturas de seus países, inclusive tecidos.

O mercado europeu alcançado através de Portugal, o comércio negreiro e o contrabando absorveram o grosso da produção baiana de fumo durante o período colonial. Mercados em expansão, estimularam o desenvolvimento da fumicultura em terras do Recôncavo antes utilizadas para a produção de alimentos. Por isso, nas primeiras décadas do século XVIII, o temor da escassez desses gêneros levou o governo colonial a reprimir a difusão do cultivo do tabaco. Explicava-se: Salvador abrigava, além dos seus milhares de moradores, uma considerável população flutuante, porque era porto de intenso movimento e também pólo de comercialização de escravos; no Recôncavo, imperava a monocultura da cana.

"No início do século XVIII temos em mais de uma oportunidade providências governamentais em favor da lavoura da mandioca, incluindo ordens aos sargentos-mores e outros funcionários para que destruíssem as plantações de tabaco que achassem, a fim de que os agricultores só se dedicassem à plantação de mandioca" (6).

A Coroa adotaria outra política para o tabaco nos últimos momentos do período colonial. Na Europa, então, cresciam as possibilidades para o fumo baiano. O esforço global para a diversificação e incremento das exportações agrícolas da colônia incluiria o estímulo ao cultivo da folha. Foram importadas sementes de fumo da Virgínia. Iniciou-se a produção de fumo em folha prensado, mercadoria cujo mercado aumentava mundialmente.

Durante o século XVIII, a política metropolitana para o tabaco parece ter vacilado, portanto, entre dois caminhos. O primeiro era estimular a produção do fumo na Bahia e permitir, assim, o crescimento do comércio de escravos e das exportações para a Europa. Mas essa opção abria espaço para o fortalecimento do contrabando e do capital mercantil nativo e prejudicava ainda a produção de alimentos. O segundo era controlar o cultivo da folha, o que implicava em limitar o tráfico negreiro, ou pelo menos prejudicá-lo, em diminuir os lucros obtidos através do monopólio estatal sobre um produto valorizado no mercado europeu e penalizar ainda um significativo número de agricultores dedicados à produção do tabaco.

Essa política contraditória de estímulo e repressão e a manutenção do monopólio português sobre o comércio do fumo com a Europa reduziram as possibilidades de crescimento da atividade fumageira na Bahia. As exportações baianas de fumo certamente não acompanharam o crescimento da demanda do tabaco no mercado internacional. A Bahia, inicialmente maior centro mundial de produção do fumo, assistiu ao surgimento de outros centros concorrentes: sul dos Estados Unidos, Índias Holandesas, Cuba, apenas para citar alguns.

A abertura dos portos, em 1808, e a independência, em 1823, deram novo impulso à produção e à exportação do fumo no Recôncavo. Desapareceram o "exclusivo" português e as restrições impostas pela Coroa ao cultivo do tabaco. Estabeleceu-se o comércio direto com países europeus que tradicionalmente importavam o fumo baiano. Casas comerciais estrangeiras instalaram-se na praça de Salvador e, entre outras atividades, dedicaram-se à exportação da folha. Cresceu o mercado interno e

desenvolveram-se as primeiras manufaturas de artigos de fumo. Ao mesmo tempo, o incremento da produção de açúcar, a diversificação das exportações agrícolas e a expansão de outros setores da economia (grande comércio, mineração, construção naval), ampliando em muito a procura de escravos, beneficiaram indiretamente a produção do tabaco na Bahia.

2. Extinção do Tráfico Negreiro

Abstraindo-se o contrabando e o consumo interno (ainda pouco expressivo), restavam para a atividade fumageira na Bahia, durante o período até aqui considerado, dois importantes mercados: a Europa e o tráfico negreiro. Destes, o principal parece ter sido a Europa. De fato, segundo vários autores, para a África seguia apenas o fumo de pior qualidade ou o resíduo do beneficiamento. Além disso, a quantidade de fumo exportada para o continente europeu parece ter superado em muito a quantidade destinada ao resgate de escravos.

"Segundo Antonil, a cultura do fumo no Brasil teve começo no ano de 1600, e já em 1711 a sua exportação anual para Lisboa se computava em 200 mil arrobas representando um valor de 303:100 \$; além de que para a costa da Mina se remetiam anualmente para cima de 15.000 arrobas (7)".

Alguns autores, entretanto, parecem ter superestimado a importância do comércio negreiro enquanto mercado para o fumo baiano. Com isso, parecem ter supervalorizado também o impacto negativo da extinção do tráfico sobre a atividade fumageira na Bahia. É o caso de Caio Prado Júnior, quando afirma que a produção de tabaco foi enormemente prejudicada com o estabelecimento de limitações ao comércio de escravos em 1815 (proibição do tráfico acima do equador). Para Caio Prado, a partir desta data, uma vez perdido, segundo ele, o principal mercado para o fumo baiano, iniciou-se o declínio da atividade fumageira no Recôncavo (8).

Esse ponto de vista não é compartilhado por autores que recentemente estudaram a cultura do fumo na Bahia dos séculos XVIII e XIX, entre os quais Silza Fraga Borba (9). Ele também não é confirmado pelas estatísticas disponíveis.

Não se trata de negar que as restrições ao tráfico e sua posterior extinção tenham abalado de algum modo a fumaça e o beneficiamento do fumo na Bahia. Trata-se apenas de recolocar a verdadeira dimensão desse abalo, comparando-se, para isso, o volume das exportações baianas de fumo anteriormente, durante e após a abolição do comércio negreiro. Antes, porém, vale a pena examinar com mais cuidado as bases de sustentação da visão de Caio Prado.

Pode-se argumentar, inicialmente, que, apesar das restrições ao tráfico, o comércio negreiro entre a Bahia e a costa ocidental da África (inclusive a costa situada ao norte do equador) prosseguiu, em escala crescente, até 1850 (vide tabela I).

"Durante esses trinta e cinco anos (1815-1850), transportou-se, da Baía de Benim, maior número de escravos que desde o início do tráfico negreiro nesses lugares, apesar da vigilância da esquadra britânica" (10).

Embora não tenham sido obtidos dados relativos ao tipo de mercadoria utilizada para o resgate dos escravos no período posterior a 1815, é bastante provável que o fumo baiano tenha mantido sua presença tradicional no comércio realizado na costa africana.

E' necessário verificar ainda que os dados que apontam para uma redução dos níveis de produção da folha, no período posterior a 1815, relacionam os altos níveis alcançados pela exportação de fumo no início do século XIX aos baixos níveis do intervalo 1830-1834. José Sérgio Gabrielli de Azevedo, por exemplo, afirma que a perseguição ao tráfico de escravos "afeta grandemente a economia fumageira, forçando a expansão da agricultura de subsistência na área produtora", e que esta

Tabela I

Escravos Importados para a Bahia entre 1815 e 1851

<u>ANO</u>	<u>Nº (+)</u>	<u>Nº(+)</u>	<u>Nº(+)</u>
1815	6.907	6.750	-
1816	4.139	5.376	-
1817	5.802	6.070	-
1818	8.706	-	-
1819	7.033	-	-
1820	7.722	-	-
1821	6.689	-	-
1822	8.418	7.656	8.825
1823	2.302	2.672	2.744
1824	2.994	7.137	2.449
1825	4.259	3.840	-
1826	7.858	4.090	-
1827	10.186	2.941	-
1828	8.127	-	-
1829	12.808	14.623	-
1830	8.425	7.008	-
.....			
1840	1.675	1.413	-
1841	1.410	1.470	-
1842	2.360	2.520	-
1843	3.004	3.111	-
1844	6.201	6.501	-
1845	5.582	5.582	-
1846	7.824	7.354	-
1847	11.769	10.064	-
1848	7.393	7.299	-
1849	8.401	8.081	-
1850	9.102	9.451	-
1851	785	-	-

(+) Segundo autores distintos.

Fonte: Mattoso, Kátia M. de Queirós. Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978, p. 145-6.

área "sofre os efeitos da violenta queda das exportações de fumo de 767 mil arrobas em 1815 para apenas 64 mil arrobas em 1834" (11).

Trata-se de uma comparação problemática. Com efeito, o intervalo 1830-35 caracterizou-se por uma redução temporária do comércio negreiro, comércio que voltou a crescer na segunda metade da década de 1830, apesar da clandestinidade imposta pelos ingleses.

"... após um crescimento lento mas constante no primeiro quartel do século XIX, seguido por uma aceleração nos três últimos anos da década dos 1820, o tráfico quase estagnou nos primeiros anos da década dos 1830, reiniciando sua expansão após 1835. O novo auge nesse período (do tráfico clandestino) se situaria entre 1846 e 1849..." (11).

Como o comércio negreiro não decresceu entre 1815 e 1850 senão temporariamente, uma possível redução das exportações de fumo para a África só poderia ser explicada por uma mudança nas próprias características internas do tráfico: ou a substituição do fumo, enquanto mercadoria de escambo, por outro produto; ou a substituição do próprio escambo pela troca em base monetária. Contudo, é certo que o tabaco continuou sendo mercadoria fundamental para o resgate de escravos até o final do século XVIII (12). Em 1815, segundo Caio Prado, o principal mercado para o fumo baiano permanecia sendo o continente africano. Finalmente, a correlação entre a queda do tráfico negreiro em 1830-35 e a diminuição das exportações de fumo no mesmo intervalo parece revelar o mesmo fato, ou seja, a permanência das características originais do comércio de escravos entre a Bahia e a África.

Portanto, a relação direta entre a redução do tráfico e o declínio da fumicultura baiana não foi ainda demonstrada, pelo menos nos termos colocados por Caio Prado em 1945. Na verdade, o comércio negreiro entre a Bahia e a África não diminuiu após 1815: tráfico aberto e contrabando de escravos sobreviveram até o início da década de 1850.

E o que é mais importante: a extinção efetiva do tráfico não implicou em decadência da produção do fumo na Bahia. Os anos 1850 não marcaram o declínio da atividade fumageira no Recôncavo, mas, ao contrário, abriram novo período de prosperidade, graças ao incremento das exportações baianas para a Europa e ao crescimento do consumo de tabaco no mercado interno.

O tabaco foi introduzido na Europa pelos primeiros navegadores. Durante muito tempo, foi utilizado basicamente como medicamento. Igreja, Coroa e nobreza reprimiram seu consumo inicialmente, mas o uso do cachimbo, do rapé e do charuto acabou se difundindo no continente europeu a partir do século XVII. Nos séculos XVII e XVIII, o rapé conquistou as cortes européias e cresceu o interesse do capital mercantil no novo produto colonial. Com isso, a lavoura do fumo foi incentivada em várias colônias de potências da Europa. No século XIX, o rapé cedeu lugar aos charutos manufaturados e o consumo do tabaco cresceu ainda mais. Ao mesmo tempo, a produção do fumo continuou se expandindo em várias regiões do globo, inclusive no sul dos Estados Unidos, em Cuba, na Jamaica, no Brasil e nas ilhas de Java e Sumatra. O charuto seria a principal forma de consumo do fumo na sociedade burguesa, até que a mecanização da indústria fumageira, barateando o preço do cigarro, massificasse o uso deste último artigo (13).

Em meados do século passado, o consumo do fumo estava, portanto, bastante difundido na Europa. O fumo produzido no Recôncavo e em outras regiões do Império encontrava no continente europeu mercados que, além de dimensões consideráveis, tinham expansão assegurada. Mas o mercado europeu já não demandava o fumo em corda produzido pelo Brasil-Colônia. Fumo para cachimbo, charutos e cigarros manufaturados exigiam uma nova matéria-prima: o tabaco em folha beneficiado e prensado obtido com novas variedades da planta.

Para garantir o suprimento da nova matéria-prima, demandada em volume crescente pelas manufaturas européias, tornou-se indispensável a expansão e transformação das bases produtivas da atividade fumageira em regiões da periferia que já

produziam fumo desde o período mercantilista. Na Bahia, esse processo de transformação foi comandado pelo capital comercial e manufatureiro de origem alemã. A província transformou-se na primeira metade do século passado no principal centro produtor e exportador de fumo em folha para charutos do Brasil. Enquanto isso, o grosso da produção de fumo em corda passou a se concentrar em Minas Gerais. E a exportação do fumo em corda, a cada ano menos importante, passou a ser feita basicamente pelo porto do Rio de Janeiro, destinando-se, em geral, a países da América do Sul (14).

Por volta de 1850, o mercado brasileiro para o fumo e seus produtos também crescia rapidamente.

"O aumento do consumo interno do fumo é incontável, e este procede não só do acréscimo da nossa população, como da maior generalização que vai tendo o uso do tabaco e de fumar; é hoje em dia (1860) bem rara a pessoa que não faça uso do fumo. As fábricas de rapé e tabaco, e principalmente as de charutos, têm-se multiplicado muito nestes últimos anos; ainda em 1850 não excediam de 100 as fábricas de charutos, e segundo a estatística comercial de 1858-1859 elas se elevaram naquele exercício a 303, tendo assim triplicado no curto espaço de nove anos; e como observo que a exportação de seus produtos não tem acompanhado na mesma razão aquele aumento de fábricas, concluo que o consumo interno deste gênero é atualmente muito superior ao que se fazia em 1850" (15).

Pode-se examinar agora a tabela II e o gráfico I. Ambos foram construídos, no que diz respeito ao fumo, com base no trabalho de Sebastião Ferreira Soares publicado em 1860, do qual também foi retirada a passagem citada acima. Os dados apontam para uma redução significativa das exportações baianas de fumo entre os últimos anos da década de 1820 e os primeiros anos da década de 1840. Tal redução caracteriza evidentemente a ocorrência de uma grave crise que parece ter se prolongado por vários anos.

Para Ferreira Soares, essa crise nada teve a ver com a interrupção do tráfico de escravos; ele a explica como

decorrência da queda da qualidade do produto baiano:

"Por documentos oficiais sei que a diminuição da exportação do tabaco pela província da Bahia não procedia de menor produção, porém tão somente do descrédito em que ia caindo este importante produto, pela fraude que cometiam os exportadores, falsificando a mercadoria em que negociavam, do que resultou mais de uma vez reclamações de nossos consules residentes na Europa..." (16).

Mas Sebastião Ferreira Soares estava preocupado, no ano de 1860, em demonstrar que o término do comércio negreiro não havia prejudicado a agricultura do Império. Nesta ótica, procurou mostrar que a fumiicultura não se ressentia da redução da oferta de mão-de-obra cativa (no que tinha razão), mas não examinou o tráfico enquanto mercado para o fumo brasileiro. Por que o mercado africano já não tinha qualquer importância? Seja qual for a resposta, a postura ideológica de Ferreira Soares deve ser levada em conta. Na verdade, a comparação das curvas desenhadas no gráfico I, que reproduzem o movimento da exportação do fumo e da importação de escravos na Bahia da primeira metade do século XIX, parece não deixar dúvida quanto ao impacto negativo da redução do tráfico sobre a atividade fumageira no Recôncavo. O marco para crise, entretanto, não foi 1815, mas sim o final dos anos 1820. Ademais, a crise não levou a produção baiana de fumo ao colapso final - as exportações se recuperaram a partir de 1844. É possível que parte desta recuperação tenha se verificado em função do último auge do comércio negreiro. Ainda assim, a retomada do tráfico não pode explicar por si só o novo surto exportador (o comércio de escravos desaparece completamente em 1852 e apesar disso a exportação de fumo se mantém num patamar elevado). Para explicar o novo surto é necessário considerar o desenvolvimento do comércio baiano-europeu do fumo e a transformação da produção de fumo em corda na Bahia em produção de fumo em folha para charutos.

No Recôncavo, mesmo antes de 1850, já não se produzia um artigo destinado ao escambo e ao contrabando, com o qual era alimentada a acumulação do capital mercantil concen-

Tabela II

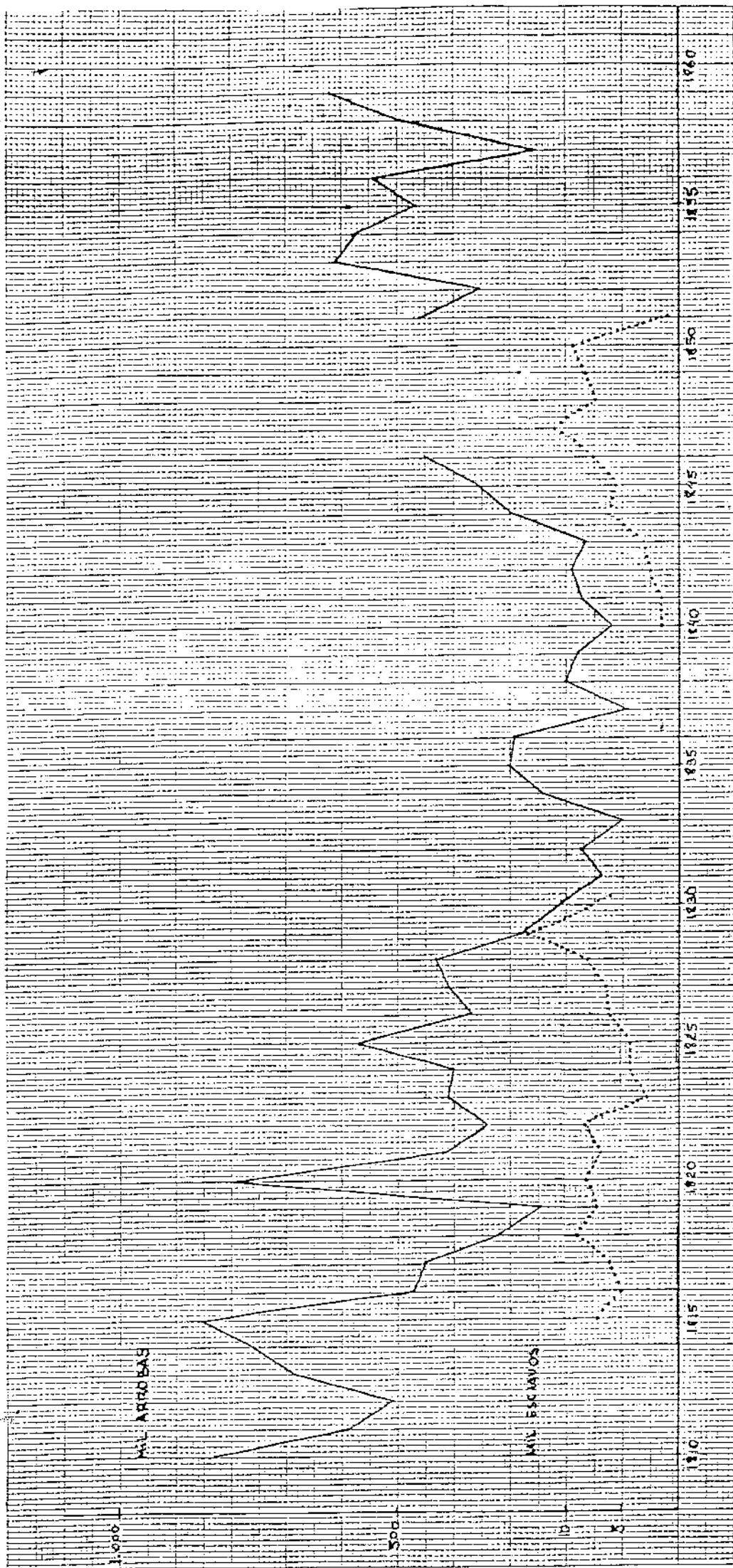
Bahia: Exportação do Fumo em Folha e em Corda - 1807-1847

Ano	Arrobas	Ano	Arrobas
1807	252.039	1817	450.316
1808	492.188	1818	322.917
1809	765.906	1819	244.848
1810	827.739	1820	788.829
1811	591.264	1821	420.067
1812	508.965	1822	343.839
1813	682.935	1823	410.342
1814	759.921	1824	401.931
1815	854.787	1825	570.015
1816	469.199	1826	370.611
Exercícios	Arrobas	Exercícios	Arrobas
1827-1828	412.578	1837-1838	91.162
1828-1829	434.966	1838-1839	198.840
1829-1830	275.277	1839-1840	182.932
1830-1831	210.955	1840-1841	117.936
1831-1832	137.400	1841-1842	174.623
1832-1833	175.605	1842-1843	191.105
1833-1834	104.012	1843-1844	165.462
1834-1835	239.787	1844-1845	292.019
1835-1836	302.940	1845-1846	354.348
1836-1837	291.678	1846-1847	449.756

Fonte: Soares, Sebastião Ferreira. Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no império do Brasil. Rio de Janeiro, LPBA/INPES, 1977, p. 237.

Gráfico I

Bahia: Exportação do Fumo e Importação de Escravos - 1807-1859



Fontes: exportações de fumo 1810-47 - tabela II
exportações de fumo 1851-59 - tabela III
importação de escravos - tabela I

trado no tráfico negreiro. Tratava-se de produzir em grande escala, sob o controle do capital comercial estrangeiro e com base na pequena produção agrícola, uma matéria-prima industrial demandada por manufaturas e, mais tarde, por fábricas de charutos e cigarros.

Desde a abertura dos portos, o tabaco passa a ser exportado diretamente de Salvador para países europeus. A partir da independência, multiplicam-se as filiais de firmas européias na Bahia dedicadas à exportação do tabaco. Com o fim do monopólio português sobre o comércio externo, abrem-se, portanto, novas perspectivas para as exportações baianas do produto. Por que também desaparecem as restrições coloniais à implantação de manufaturas, cresce, em todo Brasil, a produção de charutos e, com isso, surge um novo mercado para o tabaco baiano. Assim, o Recôncavo fumageiro consegue superar em alguns anos a crise provocada pela perda do mercado africano e, reorientando seu eixo de produção (do fumo em corda para o fumo em folha), pode sustentar o crescimento de sua principal atividade econômica a partir dos anos 1840.

Além do aumento do consumo do tabaco, no exterior e no mercado interno, ao longo do século XIX, contribuiu ainda para a continuidade e o crescimento da atividade fumageira na Bahia, assim como para a expansão da fumicultura no interior da província, a conjuntura extremamente favorável que se abriu depois dos anos 1860. A guerra civil nos Estados Unidos, o conflito EUA-Espanha e as lutas pela independência em Cuba, desorganizaram o mercado mundial do fumo em folha na segunda metade do século passado, criando, desse modo, novos espaços para o fumo baiano no continente europeu.

3. Presença do Capital Alemão

Na economia baiana, a presença do capital alemão foi marcante ao longo de todo o século XIX, especialmente nas suas últimas décadas.

A economia da província era centralizada por grandes casas comerciais, que além do controle das atividades de exportação e importação tinham interesses em outros setores do sistema econômico regional. Entre essas casas de comércio existiam muitas firmas alemãs que "estavam no centro das atividades comerciais da Bahia, dispondo de adiantamentos e recursos de capitalistas de Bremen e Hamburgo e, muitas vezes, (envolvidas) com manufaturas, bancos e fornecimento de serviços" (17).

Os primeiros passos das firmas comerciais alemãs na Bahia remontam aos anos iniciais do século XIX. Em 1820, foi aberto um consulado alemão em Salvador - o primeiro do Brasil (18). Depois da independência, escritórios alemães de representação comercial, até então instalados na metrópole, começaram a abrir filiais na capital da província. Em 1872, com a unificação alemã, instalou-se em Salvador o "Consulado Imperial Alemão" (19). A instalação dos consulados pode ser vista como uma comprovação dos interesses alemães nas atividades econômicas da região. Com efeito, sabe-se que os consulados germânicos desempenharam o papel de verdadeiras representações comerciais durante o período inicial de desenvolvimento do comércio exterior da Alemanha (20). A partir da década de 1870, cresceu o número de firmas germânicas, ou de propriedade de imigrantes alemães, em operação na Bahia.

O produto de exportação da província que concentrava os interesses do capital alemão era o fumo em folha. Os fardos de fumo embarcados em Salvador eram destinados ao abastecimento das manufaturas de charutos de Bremen e Hamburgo, principais centros charuteiros da Europa Central. A comercialização do fumo na Bahia, até as primeiras décadas do século XIX dividida entre negociantes portugueses, baianos e alemães, foi pouco a pouco sendo controlada pelos germânicos. Nas últimas décadas do século passado, os negociantes nacionais limitavam-se, na maioria dos casos, à compra das folhas diretamente dos fumicultores, ao enfardamento em armazéns no Recôncavo e à revenda do produto para grandes empresas alemãs. Estas empresas controlavam, no final do século, praticamente toda a exportação do fumo baiano(21).

O interesse das firmas alemãs pelo fumo produzido na Bahia cresceu por três razões. Em primeiro lugar, em decorrência da expansão do consumo mundial do tabaco, que se tornou possível com a produção massificada de charutos e outros artigos em manufaturas e, mais tarde, em fábricas. Em segundo, devido à inexistência de colônias alemãs produtoras de fumo - boa parte dos principais centros produtores (Cuba, Sumatra e outros) eram colônias de outras nações européias, fato que dificultava a penetração do capital germânico. Os alemães foram obrigados, por essa razão, a buscar em países como Brasil ou Estados Unidos, fontes de suprimento para suas manufaturas e fábricas do ramo fumageiro. Finalmente, o interesse alemão pelo fumo baiano cresceu devido à boa aceitação encontrada pelos fumos fortes produzidos no Recôncavo nos mercados da Europa Central.

As firmas germânicas exportadoras de fumo mantinham laços estreitos com empresas do ramo fumageiro localizadas na Alemanha e também com bancos e companhias de seguros alemães. Controlavam o acesso aos principais mercados para o fumo da Bahia na Europa e, além disso, podiam contar com financiamentos externos para suas atividades. Conquistaram, assim, a hegemonia na comercialização do fumo baiano. Com base nesta hegemonia, o capital alemão avançou sobre a atividade de beneficiamento-enfardamento do fumo no Recôncavo, da qual expulsou parte dos negociantes nacionais. Controlando a maior fração do beneficiamento e do comércio do tabaco na Bahia, as firmas comerciais alemãs (ou implantadas por imigrantes alemães) passaram a dirigir também a fumiicultura regional, apoiando-a técnica e financeiramente. Continuando a diversificar seus investimentos, instalaram ainda manufaturas de charutos na região e, mais tarde, desenvolveram suas próprias plantações de fumo.

A entrada do capital germânico na comercialização (e, mais tarde, na produção) do fumo em folha baiano contribuiu em muito para a continuidade das exportações regionais do produto na segunda metade do século XIX.

"De fato a exportação do tabaco, que fora de

26.300 fardos em 1850 para a Alemanha, o seu maior comprador, subira a 281.680 fardos em 1872, sem computar o produto manufaturado sob a forma de charutos, que era vendido a diversas praças européias" (22).

4. Do Escravismo ao Trabalho Livre

O trabalho escravo predominou na lavoura do fumo durante a dominação portuguesa. Algumas especificidades da atividade fumageira, entretanto, fizeram da produção do tabaco terreno fértil para o desenvolvimento paralelo da pequena produção e do trabalho livre. O fumo podia ser cultivado com rentabilidade em pequenas extensões de terra. A produção do fumo em corda dispensava instalações de beneficiamento complexas e dispendiosas (enquanto o açúcar não podia ser produzido sem os engenhos). A fumicultura tornava-se, assim, a atividade preferida pelos colonos mais pobres, os quais, mesmo quando possuíam escravos, dividiam com os trabalhadores cativos as tarefas mais delicadas no cultivo do tabaco. Além disso, a produção do fumo em corda era uma atividade secundária do ponto de vista dos interesses globais do comércio metropolitano - era importante sobretudo na medida em que facilitava o tráfico negreiro, incrementando assim a acumulação do capital mercantil e garantindo o fluxo de força de trabalho cativa para o açúcar e para o ouro. Na distribuição dos escravos importados da África, a fumicultura foi prejudicada pela Coroa em benefício da atividade açucareira e da mineração. O governo colonial, ao controlar a absorção de escravos pela fumicultura, dificultou o desenvolvimento da plantation escravista do tabaco no Recôncavo e estimulou o crescimento da pequena produção nesta lavoura (23).

Em 1800, a atomização da fumicultura baiana podia ser verificada a partir da distribuição do crédito ofertado pelo comércio de importação-exportação através do sistema de "hipoteca" das safras: um grande comerciante típico ofertava crédito para algumas dezenas de senhores de engenho, enquanto chegava

a financiar, ao mesmo tempo, a atividade de centenas de fumicultores (24).

Para a maioria dos autores que se dedicaram ao tema, a fumicultura baiana se consolidou no século XIX como uma lavoura de pequenos agricultores. Do ângulo das relações de produção e da estrutura fundiária predominante, a cultura do fumo se tornou uma espécie de contrário da cultura canavieira, realizada no Recôncavo, até as últimas décadas do século, com base no latifúndio e no trabalho escravo.

Relatos do século passado, de fato, reconheciam a presença na fumicultura regional de grande quantidade de homens livres no período anterior ao término do escravismo.

"Um relato de 1835 menciona a existência de pelo menos 8.000 trabalhadores na cultura do fumo, 'dos quaes 1/3 são de pessoas livres'. João Antonio de Araújo Freitas Henriques observa que, no ano de 1872, o serviço agrícola continuava sendo executado, em sua grande maioria, por escravos, embora existissem '... na lavoura, ramos que se tem por sua natureza constituído ocupação de gente livre com vantagens para si e para a Província, como sejam a plantação do fumo...' (25).

Para explicar a consolidação dessa estrutura produtiva baseada na pequena produção e no trabalho livre, herdada, em grande parte, do período colonial, é necessário lembrar que o fim do tráfico, nos anos 1850, implicou no desaparecimento da possibilidade de reposição da força de trabalho escrava consumida pelas lavouras baianas de exportação. A partir da década de 1850, acirrou-se a disputa entre as diversas atividades econômicas do Recôncavo pelo estoque de escravos existente. A esta disputa somou-se a concorrência das plantações de café em São Paulo, que absorveram parte substancial da força de trabalho servil do Recôncavo. O resultado desse processo foi a elevação imediata do custo da mão-de-obra escrava. Mais tarde, a própria escassez absoluta de força de trabalho cativa.

Esse estado de coisas materializou-se no mesmo período em que tendiam a crescer as exportações de fumo destinadas ao

mercado europeu. No mesmo momento em que se afirmavam os interesses do capital comercial e manufatureiro alemão no desenvolvimento da produção do fumo na Bahia.

E' necessário lembrar ainda que a lavoura canavieira - lavoura que não admitia a produção consorciada de alimentos - não "marchou para o oeste": a própria crise que atingiu o complexo canavieiro-açucareiro do Recôncavo, a partir do crescimento da produção de açúcar nas Antilhas e na Europa (beterraba), encarregou-se de limitar sua expansão. Esse fato abriu a possibilidade da permanência da pequena produção de alimentos, com base no trabalho livre, em áreas próximas do centro econômico da Província - Planalto do Recôncavo, por exemplo. Uma parcela desses pequenos produtores de alimentos já produzia fumo (para seu próprio consumo e para o mercado) quando os alemães começaram a incentivar a produção regional da folha.

Assim, o capital comercial tinha, diante da crescente escassez de mão-de-obra escrava, uma alternativa concreta para o incremento da produção regional de tabaco: o estímulo à pequena produção baseada no trabalho familiar, aproveitando as vantagens que resultavam da proximidade geográfica entre as áreas de pequenos produtores no Recôncavo e o porto de Salvador.

Como a atividade fumageira não se expandiu em escala tão ampla quanto, por exemplo, a cafeicultura em São Paulo, a força de trabalho constituída por escravos alforriados, por homens livres marginalizados pelo sistema escravocrata e pelas famílias de pequenos agricultores, foi suficiente para atender à demanda de mão-de-obra criada pelo novo surto exportador. Não houve, portanto, necessidade de recorrer à imigração de trabalhadores estrangeiros. Aliás, tal recurso seria impraticável se limitado apenas ao atendimento das necessidades da produção fumageira: as dimensões da fumicultura regional eram muito reduzidas, principalmente se comparadas às dimensões da cafeicultura paulista ou da cultura da cana no Nordeste, para que o grande comércio do fumo pudesse organizar um mercado de trabalho livre na Bahia com base na importação de "colonos" estrangeiros.

A presença dos pequenos agricultores na fumicultura baiana cresceu com o incremento do comércio baiano-europeu do fumo e com a expansão do crédito ofertado pelas casas exportadoras. No final do século XIX, a parceria, a pequena produção independente e o trabalho familiar já predominavam nessa lavoura. Podendo ser cultivado em associação e em rotação com os alimentos (basicamente mandioca), exigindo apenas pequenos investimentos e contando com facilidades de crédito e comercialização derivadas do crescimento da rede de "armazéns" no Recôncavo, o fumo tornou-se a principal fonte de rendimentos monetários para muitos pequenos lavradores, em muitos casos, sem terra, ex-escravos, frequentemente. As casas comerciais e os armazéns de beneficiamento orientavam tecnicamente e financiavam a atividade desses pequenos fumicultores, cuja quantidade, após 1888, aumentou em toda a Bahia.

Uma evidência adicional desse fato era a qualidade às vezes insatisfatória do fumo baiano destinado à exportação, que provocava queixas entre os grandes exportadores, especialmente entre os alemães. A qualidade insatisfatória do fumo exportado era, frequentemente, produto das condições de plantio, cultivo e colheita existentes no minifúndio. Era também resultado das péssimas condições em que se executava o chamado "pré-beneficiamento", isto é, a secagem inicial realizada no estabelecimento do pequeno fumicultor. Esta secagem sem a utilização de estufas ou galpões especiais, muitas vezes efetivada diretamente ao sol, alterava as qualidades naturais da folha (combustibilidade, toxidez, etc) e tornava o fumo baiano, em razão dos altos índices de umidade característicos do clima do Recôncavo, produto de fácil deterioração (26).

5. Pequena Lavoura e Grande Comércio

No século XIX, o fumo, uma vez colhido e secado, era vendido pelos fumicultores às casas enfiadoras que realizavam a intermediação comercial entre os agricultores do tabaco e as grandes firmas exportadoras. Mas a folha também podia per-

correr caminho mais curto: através de agentes compradores, podia ser vendida diretamente para as grandes empresas de beneficiamento e exportação.

Num ou noutro caso, o fumo era transportado até os centros de beneficiamento e comercialização em animais de carga, seguindo destes centros para Salvador a bordo de pequenas embarcações que cruzavam a Baía de Todos os Santos. O lento desenvolvimento do transporte ferroviário no Recôncavo e a precariedade dos antigos caminhos coloniais obrigavam o Sr. August Suerdieck, enfardador e comprador de fumo "por conta própria", a realizar, ainda na última década do século passado...

"Viagens exaustivas de semanas e semanas, em animais, sem nenhum requisito de conforto, pelas zonas fumageiras do nosso estado, (que) exigiam, naquela época, dos pioneiros da exportação do fumo baiano, energia inquebrantável, e trabalho árduo" (27).

Os agentes das casas exportadoras de fumo guardavam pouca semelhança com os "comissários" encontrados nas regiões do café. Os empregados das grandes firmas exportadoras, é verdade, não se limitavam à simples compra da folha, mas também orientavam tecnicamente o cultivo e o acondicionamento pós-colheita do produto, além de financiarem a produção com recursos dos armazéns. Também é verdade que alguns agentes - o exemplo maior foi August Suerdieck - tornaram-se, entre as últimas décadas do século passado e o início do século XX, prósperos empresários do ramo. No entanto, na Bahia do período aqui considerado, os agentes não passavam de empregados dos grandes capitalistas do comércio.

"Diferentemente de São Paulo, onde a figura do comissário aparece como categoria independente, com interesses próprios, levando crédito ao produtor - através da compra antecipada da produção, por exemplo - e trazendo os gêneros agrícolas aos centros e ao porto, na Bahia, os exportadores absorvem a atividade do comissário. Eliminam, desta maneira, a cadeia intermediária que media entre produtor e exportador, comprando diretamen

te a produção agrícola e reforçando seu poder de negociação no mercado, ao tempo em que ampliam sua margem de lucro, já que não estão obrigados a conceder percentagens à figura do comissário, nas compras efetuadas nas mais diversas zonas produtivas" (28).

Para a realização do beneficiamento, foram organizados pelo capital comercial os já citados "armazéns de fumo". Nesses estabelecimentos, o fumo que se destinava à elaboração de charutos manufaturados era selecionado, arrumado em fardos e armazenado, para que se processasse a fermentação-maturação das folhas. A produção de fumo para charutos em lugar da produção colonial de fumo em corda implicou, portanto, também na transformação dos meios e dos métodos utilizados no beneficiamento. Em vez das "casas de fumo", onde se elaborava e se beneficiava as cordas e rolos de tabaco, os armazéns - estabelecimentos de maior porte, nos quais as folhas de fumo selecionadas uma a uma eram estendidas, arrumadas umas sobre as outras, prensadas, enfardadas e guardadas em galpões, para que a elevação da temperatura, obtida com o acúmulo dos fardos, pudesse uniformizar a cor do produto, aumentar seu aroma, reduzir sua toxidez, assegurar sua conservação e aumentar sua combustibilidade (o que era muito importante em se tratando de tabaco para fumar).

Nos "armazéns", o capital comercial se transformava em capital de indústria, mobilizando operários e equipamentos para fazer com as folhas do fumo a matéria-prima das manufaturas de charutos. Neles, o capital comercial também se transformava em capital de empréstimo, financiando em troca do compromisso de venda das safras (e em condições usurárias) a atividade dos pequenos produtores de tabaco. Sustentado por recursos das próprias casas comerciais ou por capitais repassados do emergente sistema bancário regional, este mecanismo de crédito baseado nos armazéns mostrou-se eficiente. A lavoura do fumo demandava um volume de recursos relativamente modesto (se comparado ao volume exigido pela cultura da cana), pois, apoiando-se na pequena produção, dispensava grandes quantidades de força de trabalho cativa ou assalariada e também implementos dispendiosos.

Sem acesso a outras fontes de crédito que não os armazéns de beneficiamento e as casas comerciais, sem recursos próprios e distante dos principais mercados para seu produto, o pequeno fumicultor tornou-se vítima das condições de produção impostas pelo comércio do fumo. Preços ao produtor, juros do financiamento e volume individual de produção passaram a ser controlados, ano a ano, pelos armazéns, vale dizer, pelas grandes firmas comerciais de capital europeu que exportavam tabaco, na maioria dos casos, alemãs ou de propriedade de alemães imigrados. A decorrente concentração do excedente produzido na atividade fumageira em mãos do capital comercial barrou para o fumicultor, na medida em que o empobreceu, o caminho da elevação da produtividade e da melhoria da qualidade do produto. Os métodos de cultivo e colheita não sofreram mudanças perceptíveis ao longo do século XIX. A terra continuou sendo queimada antes do cultivo, embora esta prática já fosse condenada na época. O desgaste do solo que caracteriza a fumicultura, intenso no Recôncavo após dois séculos de cultura do tabaco, continuou sendo compensado pela adubação com o estrume. Isso, porém, não levou ao desenvolvimento da criação de gado no interior dos estabelecimentos produtores da folha. Os fumicultores, na maior parte dos casos, proprietários de minifúndios ou parceiros, não contavam com terra e recursos suficientes para criar seus próprios animais; continuaram comprando o esterco, inclusive usando para isso parte do crédito obtido nos armazéns. Nas plantações, não se difundiu o arado, permanecendo o uso dos tradicionais instrumentos agrícolas, ou seja, o machado, a foice e a enxada.

No período em questão, fumicultura e produção de alimentos entrelaçaram-se mais firmemente. Pequenos proprietários e parceiros cultivaram o fumo sempre ao lado da mandioca, do milho e do feijão. Tal fato não refletiu o desenvolvimento da produção mercantil destes gêneros; ao contrário, refletiu o pequeno grau de mercantilização da agricultura baiana de alimentos. Para o pequeno agricultor das zonas fumageiras, foi o fumo que se tornou mercadoria; sua produção de mandioca e de outros mantimentos garantiu-lhe basicamente a subsistência. Com isso, o

preço do fumo pago pelas firmas exportadoras pôde ser rebaixado: para os armazéns, os alimentos necessários ao sustento das famílias dos fumicultores não precisavam ser computados no custo total das folhas.

O fumo assegurou ao pequeno agricultor o acesso, através das casas comerciais, aos produtos manufaturados de que necessitava (em boa parte, artigos importados) e a certos alimentos como o charque e o sal. Com a compra desses produtos, possibilitada pela renda obtida com o tabaco, fechava-se - mais uma vez em benefício do grande comércio de importação e exportação - o circuito de trocas no interior da atividade fumageira.

6. Surgimento das Manufaturas

Pequenos estabelecimentos produtores de artigos de fumo existiam no Brasil desde a primeira metade do século passado. Produziam artesanalmente rapé, fumo para picar e charutos grosseiros. Os charutos de qualidade superior, consumidos pelos mais abastados, eram importados da Alemanha, de Cuba e de outros centros charuteiros internacionais. A importação se fazia, evidentemente, em prejuízo da nascente indústria brasileira do fumo que, reunindo poucos estabelecimentos de maior escala (as 300 "fábricas" citadas por Sebastião F. Soares devem ser "redimensionadas"), exportava apenas uma parcela mínima de sua produção. Com efeito, do rapé, apenas 15 mil libras, por volta da metade do século, de uma produção estimada em meio milhão de libras; dos charutos e cigarros produzidos, menos de 1% do valor exportado sob a forma de fumo em folha ou em cordão nos anos 1850. (29).

A partir de meados do século passado, começaram a surgir no país grandes manufaturas de charutos, cigarrilhas e cigarros, algumas das quais empregando centenas de trabalhadores. Sustentando-se na expansão do mercado interno e numa fumaça estabelecida há séculos, a indústria do fumo cresceu com rapidez.

A tabela III tenta periodizar, de forma aproximada, a multiplicação dos estabelecimentos manufatureiros do ramo na Bahia do século XIX.

Tabela III

Firmas Manufatureiras de Fumo na Província da Bahia: 1851-89

Período de Fundação	Número
1819 - 1828	1
1829 - 1838	-
1839 - 1848	-
1849 - 1858	3
1859 - 1868	1
1869 - 1878	8
1879 - 1889	8

Fonte: Sampaio, José Luís Pamponet. Origem e evolução da indústria baiana (1850-1889), in A economia baiana de 1850 a 1930: algumas questões. Centro de Planejamento e Estudos, Secretaria Estadual do Planejamento, Ciência e Tecnologia, Salvador, 1978, p. 33.

No Recôncavo, de modo geral, os capitais investidos nas novas manufaturas se originaram das grandes casas comerciais. Grandes firmas exportadoras de fumo resolviam diversificar suas atividades e, aproveitando as suas relações comerciais e bancárias, instalavam estabelecimentos manufatureiros de charutos e outros artigos derivados da folha do tabaco. Assim, no que diz respeito à origem do capital, a gênese do setor manufatureiro do fumo na Bahia não se distinguiu da gênese da indústria brasileira como um todo. De fato, a metamorfose do capital comercial em capital industrial ocorreu frequentemente em outras regiões do país, inclusive com grande intensidade na região cafeeira.

"Para a burguesia industrial nascente, a base de

apoio para o início da acumulação não é a pequena empresa industrial, mas o comércio, em particular o grande comércio cujo centro está na atividade de exportação e importação...

"A situação privilegiada do importador durante esse período implica particularmente a possibilidade de dispor de capitais relativamente importantes, seja aplicando lucros de seus próprios negócios, seja recorrendo ao crédito dos bancos estrangeiros com os quais ele mantém relações comerciais. Graças ao controle do grande capital comercial, o importador está muitas vezes na origem das empresas industriais que se constituem a partir dos anos 1880" (30).

Entretanto, é importante adiantar que os laços que prendiam as manufaturas baianas do fumo ao capital comercial não foram desfeitos com o crescimento da atividade manufatureira - diferentemente do que ocorreu, em outras regiões do país e em outros setores industriais, com os laços surgidos do mesmo processo de metamorfose. O capital investido nas manufaturas do fumo do Recôncavo só conseguiria mover-se com as próprias pernas bem mais tarde, e a atividade de produção de charutos, cigarros e cigarrilhas, nestes estabelecimentos manteve, até o século XX, um caráter secundário, paralelo e subordinado, diante do beneficiamento e da exportação do fumo em folha. Decorreu desse fato que a indústria baiana de artigos de tabaco (basicamente, charutos) não pôde dirigir a fumicultura regional segundo seus interesses particulares. Por isso, teve que importar o fumo "capeiro" (+), além de se sujeitar aos níveis de produtividade e qualidade do produto existentes na lavoura baiana do tabaco, níveis que eram determinados, fundamentalmente, pela intervenção do capital comercial. Neste sentido, o surgimento das novas manufaturas não levou, na Bahia, à formação de um verdadeiro sistema agroindustrial; o segmento manufatureiro permaneceria como apêndice de um sistema de produção controlado pelo grande comércio e voltado, sobretudo, para a exportação de uma matéria-prima.

(+) Um charuto é composto de três partes: "torcida", "bucha" ou "miolo", parte interna produzida com fumos de qualidade inferior; "capote" (capa interna) e "capa" (revestimento externo), partes que são produzidas com fumos nobres (31).

As manufaturas do fumo na Bahia estavam localizadas na zona fumageira do Recôncavo (principalmente nas cidades de Cachoeira, São Félix, Muritiba, Maragogipe e Cruz das Almas) e na capital da Província. Aproveitavam, por conseguinte, as vantagens locacionais da região: proximidade das fontes da principal matéria-prima; força de trabalho disponível em escala suficiente, constituída pelo excedente de mão-de-obra constantemente liberado pela economia de pequenos produtores da zona fumageira, assim como pela produção açucareira em crise; proximidade dos portos de cabotagem da Baía de Todos os Santos e do porto para navios de longo curso de Salvador. Em função dessas vantagens, puderam competir com algum sucesso com firmas localizadas em outras regiões do país e mesmo com empresas de outros países.

Ainda que parte da produção seguisse para o exterior, o mercado para as manufaturas baianas continuou sendo fundamentalmente o interno: Província e restante do Império. As exportações de charutos e outros artigos manufaturados permaneceram bem menores, em valor, que as exportações de fumo em folha. Esse quadro se modificou apenas parcialmente nos primeiros anos do século XX, quando as exportações de manufaturados passaram a representar cerca de 10%, em média, do valor das exportações baianas de fumo beneficiado (32).

As primeiras manufaturas baianas de artigos de fumo em pregavam uma elevada proporção de força de trabalho escrava. No entanto, após 1850, com a extinção do tráfico, cresceu a presença de trabalhadores livres na elaboração do rapé, dos charutos e outros produtos.

Sebastião F. Soares, comentando a transição do trabalho cativo para o trabalho livre na indústria brasileira do fumo, afirmava, em 1860:

"É bem digno de atender-se a transmutação que se tem operado nesta corte nos trabalhos das fábricas de charutos, das quais ainda não há muitos anos eram todos os operários escravos, sendo atualmente em sua máxima parte livres.

As diversas fábricas de charutos existentes nesta corte empregam para cima de 2.000 meninos e moços açorianos, e muito poucos escravos; pode-se dizer que esta indústria já não depende dos braços escravos, porque na sua quase totalidade é exercida por gente livre" (33).

Mulheres e crianças constituíam a maior parcela dos novos trabalhadores. No Recôncavo, elas eram exploradas quer sob o regime manufatureiro propriamente dito, quer sob o regime do trabalho a domicílio, este último centralizado, através de encomendas, pelo capital comercial e manufatureiro. Aliás, as duas formas de emprego da mão-de-obra parecem ter coexistido frequentemente numa mesma firma. Era o caso da manufatura "Juventude" em 1882: das 150 pessoas empregadas, cerca de 130 trabalhavam no próprio estabelecimento manufatureiro e 20 em suas residências, "por conta da fábrica" (34).

O capital inicial para o estabelecimento de uma manufatura de charutos no Recôncavo da segunda metade do século passado era, mesmo para os padrões industriais da época, relativamente pequeno. A elaboração de charutos, tal como era realizada, não só dispensava a utilização de máquinas, como também exigia uma despesa mínima com ferramentas. Para a economia de investimento contribuía ainda a desnecessidade de instalações singulares - casas residenciais ou armazéns de fumo podiam abrigar o artesanato e as pequenas manufaturas do ramo. Desse modo, o grosso do investimento inicial reduzia-se ao necessário à formação de estoques de fumo e material de embalagem (caixas de madeira para os charutos), à compra ou aluguel de escravos e, mais tarde, ao pagamento de salários - este, um elemento dos custos de grande importância, mas com peso suavizado graças ao emprego de mulheres e crianças na produção.

O pequeno montante de capital necessário para a constituição de uma nova empresa manufatureira deixava o ramo aberto não só às grandes firmas exportadoras, mas também a "pequeno-burgueses imigrantes", como Meuron (rapé), ou Gerhard Dannemann e August Suerdieck (charutos e cigarrilhos). Parte desses imigrantes podia, inclusive, aliar aos seus pequenos

capitais a experiência adquirida com o enfardamento e a exportação do fumo em firmas européias já instaladas na Bahia.

7. Suerdieck: 1905-1914

A manufatura de charutos Suerdieck foi fundada em 1905. Apesar disso, sua evolução inicial pode ser considerada como um interessante exemplo do desenvolvimento de manufaturas de artigos de fumo no Recôncavo do período até aqui comentado.

Segundo o documento "Suerdieck: 1892-1946", editado pela empresa no imediato pós-guerra, August Suerdieck migrou para a Bahia no ano da abolição. Era empregado da firma alemã F. E. Ottens e fiscalizava o enfardamento do fumo exportado por esta empresa em Cruz das Almas, Recôncavo Baiano. Em 1892, começou a negociar e enfardar fumo por conta própria. Em 1894, comprou da firma Ottens seu primeiro armazém. Nessa época, ainda utilizava animais para o transporte do fumo no interior da Bahia. Em 1899, tendo ampliado seus negócios, construiu outro armazém na cidade de Maragogipe, também localizada no Recôncavo. No mesmo ano, chegou à Bahia seu irmão Ferdinand Suerdieck. Alguns anos mais tarde,

"... era com descontentamento que viam a paralisação forçada de suas atividades durante quase metade do ano, pois, dedicando-se apenas a compras e exportação de fumo, tinham ocupação somente para seis meses, isto é, de dezembro a junho de cada ano" (35).

Os Suerdieck tinham acumulado capital, experiência e relações comerciais no ramo. Resolveram enfrentar a concorrência de outras firmas manufatureiras de fumo, já instaladas e consolidadas no negócio, como a Leite & Alves (implantada na Bahia em 1856) e a Dannemann (1873). Em 1905, instalaram em Maragogipe a primeira manufatura Suerdieck de charutos. Ela ocupava apenas 5 operários e...

"o chefe era escolhedor de fumo, mestre de seção, encarregado de embalagem, enfim, tudo ao mesmo tempo" (36).

O capital investido inicialmente foi mínimo:

"As instalações da fábrica, eram, sob todos os aspectos, primitivas. Serviam de bancas para a confecção dos charutos, fardos de fumo em depósitos" (37).

Como a produção era muito pequena, acumulavam o produto por vários dias e só então os charutos eram embalados e distribuídos.

Em 1907, a manufatura foi transferida para um prédio de propriedade da empresa. Ocupava nesse ano 13 operários e tinha como chefe um técnico alemão.

"Nenhum melhoramento, digno de nota, verificava-se no processo por que se desenrolava o trabalho na fábrica. O serviço de ferração era feito em fogareiros, nos quais se aqueciam os ferros, aplicando-se depois a ferração 'a olho', e só algum tempo depois é que foi comprada uma máquina, para esse fim, a um pequeno fabricante local. O fumo 'torcida' para charutos era posto primitivamente na calçada, sobre esteiras, para secar. Mesmo assim, sob as mais simples condições de trabalho e a mais completa carência de tudo que necessita uma indústria de charutos para fazer face às exigências do serviço, a fábrica progredia" (38).

Por causa da expansão dos negócios, o novo prédio tornou-se pequeno. A firma utilizou então o trabalho a domicílio por encomenda. Em 1910, a manufatura foi transferida para um outro local. Em 1913, foi instalada ao lado deste último prédio uma nova seção: a "repartição de encaixe". A empresa tinha, pouco antes da primeira grande guerra, cerca de 200 operários e começava a cultivar o fumo em plantações próprias.

8. O Complexo Fumageiro na Economia Baiana

A abertura dos portos e a independência abriram novas possibilidades para o comércio baiano-europeu do fumo. Apesar disso, se entre os anos 1807 e 1817 foram exportadas anualmente cerca de 620 mil arrobas de fumo em corda ou em folha, nos anos seguintes as exportações baianas de tabaco começaram a cair. Foram exportadas em média 430 mil arrobas por ano no intervalo 1817-1826, 260 mil arrobas no intervalo 1827-1836 e apenas 220 mil arrobas entre 1837 e 1846 (39). O desaparecimento do tráfico (temporário ou definitivo) não pode explicar isoladamente esse decréscimo das exportações. A fumicultura não dependia da força de trabalho cativa, pois, em larga escala, era atividade de homens livres. O mercado africano alcançado através do comércio negreiro não era o principal canal para o escoamento da produção fumageira. Para explicar a crise, pode-se levar em conta também a pressão da concorrência internacional. No século XVIII, desenvolveram-se novos centros produtores de tabaco em todo o globo. Esses centros produtores já estavam consolidados nas primeiras décadas do século XIX e, acompanhando a expansão mundial do consumo do fumo, exportavam grandes quantidades de tabaco. É provável que as exportações baianas tenham sido prejudicadas pela concorrência internacional, porque na Bahia era produzido fumo considerado de qualidade inferior ao de outras regiões como, por exemplo, o do sul dos Estados Unidos ou das ilhas holandesas na Ásia. Ainda assim, a crise só pode ser entendida de fato se for considerada a desorganização do comércio exportador baiano no período imediatamente posterior ao ano de 1825.

Na Bahia, a luta pela independência adquiriu características radicais, revolucionárias. No Recôncavo travou-se uma guerra entre dois exércitos, que catalisou e amplificou a oposição entre escravos e senhores de escravos no campo, e entre massa urbana e comércio português nas cidades. No momento da rendição, os portugueses sitiados em Salvador apresentaram uma reivindicação básica: a proteção de seus negócios. O povo, contudo, não os perdoou.

"Na Bahia a nacionalização assume caráter diverso. Por força das alianças contraídas durante a Guerra da Independência, o povo urbano e alguns setores radicais patriotas da oligarquia rural reivindicam a repatriação dos inimigos da independência e sua substituição por brasileiros, principalmente na atividade comercial, que à época permitia um enriquecimento mais rápido. O período de 1824 a 1838 é caracterizado por Wanderley Pinho pela instabilidade política, causada por vários levantes, rebeliões e motins urbanos, direcionados principalmente contra o português e secundariamente contra a supremacia das elites do Recôncavo.

"Se, por um lado, a oligarquia agrária consegue solidificar a sua ordem conservadora (monárquica, centralizadora e escravista), por outro não conseguiu impedir as perseguições e expulsões de comerciantes portugueses. O monopólio colonial foi rompido e os antigos monopolistas impedidos de participar enquanto classe do novo sistema de poder regional. Posteriormente são os próprios senhores de engenho que lamentam não poderem contar com o auxílio do capital comercial português emigrado no financiamento de suas atividades" (40).

A partir de 1823 o comércio do fumo precisa ser reorganizado na Bahia. Já não existe a intermediação do Porto e de Lisboa e o acesso direto ao mercado europeu é possível. Mas os capitais portugueses emigram e o capital mercantil nacional, concentrado no tráfico negreiro, não tem condições de garantir por conta própria a continuidade das exportações. O capital inglês, que na década de 1820 reorganiza o grosso do comércio internacional em Salvador, não tem grandes interesses no fumo baiano: ele conta com outras fontes de abastecimento. No caso do fumo, são as firmas alemãs que dirigem a transição. Elas se ocupam, em primeiro lugar, com o controle das operações do comércio exterior do tabaco. Sobrevivem, por algum tempo, enfardadores nacionais que operam entre Salvador e as áreas produtoras, intermediários comerciais, "comissários do fumo". Todavia, pouco a pouco as grandes empresas exportadoras de fumo avançam para o interior, assumindo o enfardamento e o beneficiamento do produto, comprando a folha através de seus próprios empregados, colocando sob seu controle muitos negociantes brasileiros do ramo e organizando suas próprias "mesas de inspeção" para garantir a qualidade do tabaco exportado.

Com a entrada do capital estrangeiro e a conseqüente reorganização da atividade fumageira na Bahia recuperam-se as exportações. Entre 1851 e 1859 são exportadas em média 480 mil arrobas por ano. O comércio exterior do fumo continua crescendo na década seguinte (entre 1863 e 1866 são exportadas 800 mil arrobas anualmente), graças ao colapso da fumicultura escravista nos Estados Unidos e ao aumento do consumo de artigos manufaturados de fumo na Europa (41). Vista como um todo, a atividade se recupera também na medida em que cresce o mercado interno para o tabaco. No próprio Recôncavo, surgem a partir de 1849 pelo menos duas dezenas de estabelecimentos produtores de rapé, charutos, cigarrilhas e cigarros.

A atividade fumageira que emergiu dos anos de crise estava organizada em novas bases. Ela havia evoluído da produção mercantil-colonial assentada no trabalho escravo para um complexo exportador apoiado na pequena produção e no trabalho livre. No primeiro caso, produção de fumo em corda controlada pelo monopólio português e subordinada, parcialmente, ao tráfico negreiro. No segundo, produção comandada pelo capital comercial estrangeiro (principalmente alemão) e voltada, sobretudo, para o fornecimento da matéria-prima fumo em folha utilizada pelas manufaturas de charutos da Europa e do Recôncavo Baiano.

Entre as últimas décadas do século XIX e os primeiros anos do século XX, o complexo fumageiro do Recôncavo ocupou uma posição destacada na economia baiana, o que decorreu em grande parte da crise na atividade canavieira-açucareira.

Após 1808, cresceu o número de engenhos na Bahia e com isso também a produção e a exportação do açúcar. Esse último período de auge, que se prolongou até os anos 1840, foi, entre tanto, interrompido pelo crescimento da produção açucareira internacional. Os preços declinaram e a demanda para o açúcar baiano diminuiu no exterior. O estado, que se mantinha graças aos impostos sobre a produção canavieira-açucareira e sobre o comércio de exportação e importação (onde o principal produto

comercializado era o açúcar), continuou a pressionar a economia açucareira do Recôncavo, elevando seus custos de produção e comercialização. As exportações realizadas pelo porto de Salvador (que incluíam parte da produção de Alagoas e Sergipe) caíram rapidamente após 1852, recuperaram-se apenas temporariamente na década de 1860, em decorrência da guerra civil nos EUA, e voltaram a flutuar na década de 1870, acompanhando a tendência à superprodução de açúcar no mercado mundial. Enquanto isso, os preços internacionais do produto apresentaram uma tendência constante ao declínio a partir de meados da década de 1850.

A extinção do tráfico negreiro coincidiu com o agravamento da crise. Os 800 engenhos baianos (1852) viram-se, portanto, entre a queda dos preços no mercado externo e a escassez de força de trabalho cativa no Recôncavo. Enfim, os produtores de açúcar foram obrigados a vender parte de seus escravos: ganhou importância a exportação legal ou clandestina de cativos para as regiões cafeeiras. Além disso, a força de trabalho cativa passou a ser atingida mais intensamente por epidemias, fato este que resultava da expansão do movimento portuário internacional na Província. Diante da impossibilidade da renovação, pois o tráfico havia sido interrompido, o estoque de escravos decresceu rapidamente, sobrevalorizando a mão-de-obra cativa ainda disponível.

Em 1872, os escravos não somavam mais do que 10% da população baiana (1.400 mil habitantes). Em 1885, já existiam menos de 100 mil escravos em toda a Bahia. Apesar disso, fracassaram as tentativas de estímulo à imigração estrangeira: a Bahia não podia concorrer com as vantagens oferecidas pela economia do café. (42).

"Queixando-se de que, com raras exceções, o serviço da lavoura continuava a ser feito por escravos 'em geral das nossas fazendas e engenhos', O Des. Freitas Henriques, presidente da Província, dizia em 1872 que daquilo não eram culpados os lavradores; estes, simplesmente, não tinham recursos para competir com o Sul do país na contratação de colonos livres: os salários eram elevados

e apareciam poucos trabalhadores livres, os quais achavam mais facilmente emprego, 'sem as fadigas do trabalho assíduo do campo, expostos aos rigores das estações', nos diversos ramos da indústria, nas artes e ofícios, nos transportes, nas fábricas e outros misteres no interior das cidades e nas obras públicas e particulares, certas lavouras, aliás, já eram na Bahia ocupação de gente livre, como as do fumo, dos cereais e mesmo do algodão. De há muito os tripulantes dos barcos do Recôncavo eram também, por decisão do governo provincial, homens livres. A estrutura da economia açucareira, entretanto, dificilmente se poderia beneficiar com aquela colonização, a menos que se submetesse a profundas modificações e contasse com capitais para ajustar-se ao regime de salários" (43).

Mas os capitais não podiam ser encontrados. O sistema de crédito organizado pelas casas exportadoras mostrou-se insuficiente para a reorganização da atividade canavieira-açucareira, que necessitava de recursos em grande escala e financiamentos a longo prazo. Para enfrentar a concorrência internacional era indispensável a introdução da usinagem mecanizada e a organização de um mercado de força de trabalho livre. Recursos para isso só poderiam ser oferecidos por um sistema bancário desenvolvido que concentrasse e centralizasse capitais. Tal sistema ainda não existia na Província. As organizações bancárias que surgiram na Bahia entre 1840 e 1860, instituições fortemente atreladas ao tráfico negreiro e ao comércio exportador, tinham uma limitada capacidade de crédito. Em geral, dedicavam-se ao financiamento anual da produção agrícola através da "hipoteca" das safras. Ademais, eram organizações de capital "flutuante", extremamente vulneráveis aos movimentos de especulação financeira e às crises da agricultura e do comércio de exportação (44).

Na Bahia, foram os bancos estrangeiros, principalmente os ingleses, que financiaram a reorganização da produção do açúcar na segunda metade do século XIX. Mas, apesar do financiamento externo, a reestruturação avançou lentamente. Ainda em 1875, mais de dois terços dos engenhos do Recôncavo não contavam com máquinas a vapor; somente nos anos 1880 começaram a funcionar os engenhos-centrais. O trabalho livre se difundiu

nesses engenhos, mas o escravismo sobreviveu na lavoura canavieira até a década de 1880. A produção mecanizada do açúcar foi forçada a conviver com os baixos níveis de produtividade da cultura da cana no Recôncavo e dessa situação contraditória resultou o fracasso dos engenhos-centrais. (45).

A expansão das exportações baianas de fumo, a partir de 1850, coincidiu com a crise do complexo açucareiro do Recôncavo. Coincidiu ainda com a instabilidade da produção regional de outras mercadorias exportáveis. Com efeito, a exportação de algodão que se beneficiou da conjuntura favorável criada pela guerra civil nos EUA, voltou aos limites anteriores aos anos 1860 uma vez reconstruído o mercado mundial da fibra. A exportação de diamantes - de importância considerável nas décadas de 1850 e 1860 - decresceu rapidamente com o esgotamento das jazidas (região de Lençóis). A produção de café, quer pela inexistência de terras apropriadas, quer pela ausência de força de trabalho livre e de sistemas de crédito e transporte mais desenvolvidos, não conseguiu dar o "salto de qualidade" que caracterizou a formação do complexo cafeeiro paulista. As exportações baianas de café conheceram algum crescimento entre 1850 e 1880, mas caíram velozmente nas últimas décadas do século XIX. Já as exportações de cacau ganharam importância apenas nos últimos anos do século (depois de 1880), quando ocorreu o surto exportador provocado pelo crescimento do consumo de chocolate nos países industrializados.

O fumo tornou-se, assim, o segundo principal produto da pauta de exportações da Bahia a partir de 1850. O tabaco foi responsável, em média, por pouco mais de 20% do valor das exportações baianas no período 1851-1881, e as exportações de fumo chegaram a ultrapassar, em alguns anos, o valor alcançado pelas exportações de açúcar (vide tabela IV).

A importância do complexo fumageiro para a economia baiana era também reflexo da pequena expressão das atividades urbano-industriais na Província.

Tabela IV

Participação dos Principais Produtos nas Exportações Baianas:1850-51/1885-86

Exercícios	Participação (em %)					
	Açúcar	Fumo	Cacau	Café	Algodão	Diamante
1850-51	69,8	12,6	0,5	4,6	3,3	3,6
1851-52	58,3	14,2	0,5	4,2	3,5	10,8
1852-53	65,8	8,0	0,0	3,2	3,6	11,5
1853-54	59,5	16,8	0,6	4,7	0,8	5,6
1854-55	53,6	13,6	0,5	8,6	1,1	8,1
1855-56	49,4	12,7	0,9	8,0	2,0	15,2
1856-57	50,3	16,5	0,8	6,8	2,1	13,0
1857-58	43,8	14,2	2,3	8,9	1,1	10,1
1858-59	56,8	15,7	0,8	6,0	0,5	9,9
1859-60	26,6	30,9	1,6	9,3	0,7	14,7
1860-61	32,0	18,3	2,4	12,0	0,1	15,0
1861-62	45,9	26,2	1,1	6,7	1,1	8,1
1862-63	38,3	30,0	1,2	9,8	4,1	9,1
1863-64	41,2	21,3	1,4	9,1	8,1	11,3
1864-65	44,9	14,6	1,2	11,5	9,3	9,8
1865-66	36,5	20,4	1,1	9,0	20,0	7,2
1866-67	37,8	17,6	1,8	10,1	18,5	6,6
1867-68	38,8	16,2	1,3	9,7	20,6	6,8
1868-69	46,1	16,2	1,2	7,9	12,0	4,9
1869-70	30,5	28,2	2,0	10,1	12,8	...
1870-71	38,8	28,6	2,0	5,6	9,2	5,1
1871-72	30,1	21,9	1,9	4,8	18,3	3,0
1872-73	27,2	31,0	2,1	9,9	5,1	2,3
1873-74	25,1	32,9	2,4	15,5	6,3	3,2
1874-75	38,1	31,0	1,6	14,1	1,4	0,7
1875-76	20,4	40,7	2,4	23,3	0,3	2,8
1876-77	37,0	29,5	3,2	18,6	0,1	3,0
1877-78	24,8	35,3	4,9	18,8	0,1	5,4
1878-79	30,2	40,6	3,6	9,9	0,1	...
1879-80	22,0	35,9	5,4	20,0
1880-81	42,3	22,4	5,6	15,4
1881-82	5,9
1882-83	7,7
1883-84	7,6
1884-85	11,2
1885-86	14,9

Fonte: BORBA, Silza Fraga Costa e DOS SANTOS, Luiz Chateaubriand. Fumo in A inserção da Bahia na evolução nacional 1ª etapa: 1850-1889. Salvador, Fundação de Pesquisas - CPE, Secretaria Estadual do Planejamento, Ciência e Tecnologia, 1978, p. 82.

A indústria regional, apesar dos esforços do empresariado da época (criação da "Cia. para a Introdução de Fábricas", em 1841, e organização da "Sociedade Baiana de Imigração", em 1886, por exemplo), não passava, abstraídas a usinagem do açúcar e a manufatura do fumo, de algumas poucas fábricas de tecidos. A maior parte dos estabelecimentos ditos industriais tinham pequeno porte e, frequentemente, estavam mais próximos do artesanato que de verdadeiras fábricas. Nas cidades, o único ramo mecanizado era o têxtil. Os estabelecimentos produtores de tecidos (pouco mais de uma dezena) ocupavam centenas de operários, tinham, em alguns casos, maquinaria moderna para a época e exportavam para outras províncias parcela considerável de sua produção. As fábricas do ramo têxtil, no entanto, operavam com sérias dificuldades, pois não contavam com uma produção de algodão estável na Bahia e enfrentavam a concorrência da indústria têxtil de outras regiões do país. Produzia-se (1872) basicamente sabão, rapé e charutos, fumo beneficiado, óleos, bebidas, açúcar, couros, chapéus, artefatos de ferro e tecidos (46). O mercado regional absorvia o grosso dessa produção e as principais matérias-primas procediam da agropecuária da Província. Nesse contexto, era de grande significado a presença do complexo fumageiro (beneficiamento e manufatura). Ele não contava com fábricas e dependia em muito da agricultura regional, mas era, no período, um dos poucos setores industriais da Bahia a contar com reais possibilidades de crescimento.

O grande comércio de Salvador viveu anos prósperos na década de 1860. O número de firmas comerciais estrangeiras na Província havia crescido. Os capitais liberados pelo tráfico negreiro (núcleo do capital mercantil nacional) tinham permanecido no comércio de importação e exportação, e a perda do mercado africano não havia abalado o comércio baiano. A conjuntura externa dos anos 1860 favorecia o incremento das exportações de açúcar e fumo. Cresciam as vendas de novos produtos como o café, o algodão e o cacau, além de manufaturados. O desenvolvimento da navegação a vapor e as reformas do porto da capital estimulavam o movimento comercial. E a guerra do

Paraguai abria novas possibilidades para o comércio que Salvador centralizava. A expansão acelerada dos negócios, entretanto, durou pouco. No início dos anos 1870 desabaram os preços do açúcar no mercado internacional. Declinaram, ao mesmo tempo, as exportações de algodão, café e pedras preciosas. A partir de 1877, agravou-se o problema das secas, prejudicando os negócios. Além disso, a crise internacional de 1873 atingiria em cheio a economia baiana, fortemente atrelada ao mercado europeu e exportadora de matérias-primas. O vigor do comércio baiano só seria parcialmente recuperado após 1880 com a expansão da lavoura cacaueteira. O surgimento de um substituto para o açúcar, contudo, não impediu que o grande comércio de Salvador - pressionado pela concorrência de outras praças do país - acabasse por perder, nas últimas décadas do século XIX, sua importância tradicional no mercado interno.

"A cidade que outrora comandava o comércio de todo o Estado e ainda o de grandes áreas dos Estados vizinhos como Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Piauí e Minas Gerais, vê sua área de influência restringir-se consideravelmente. O principal responsável por essa involução foi (o fracasso do) programa de desenvolvimento de comunicações rápidas e baratas..." (47).

Para o grande comércio na Bahia, o fumo acabaria se tornando uma mercadoria fundamental. O fumo em folha era um dos poucos produtos exportáveis da Província cujo mercado crescia no exterior. De fato, desde a guerra civil nos EUA aumentaram significativamente as exportações de tabaco: em 1901, exportou-se 32.000 toneladas, ou seja, cerca de três vezes a exportação do exercício 1851-52 (48). Com relação aos preços internacionais, o período também parece ter sido favorável para o comércio que exportava o fumo: "sobre o preço do fumo, poder-se-ia acrescentar que se observa na segunda metade do século, a elevação dos preços, já sensível na década de quarenta, com uma melhoria de mais de 30,0%" (49). A tabela V mostra o crescimento das exportações baianas do produto, entre as décadas de 1850 e 1880.

Tabela V.

Império e Bahia: Quantidade e Valor do Fumo Exportado - 1850-87

Exercício	Quantidade (arrobas)		Valor (mil-réis)		Participação da Bahia no valor exportado (%)
	Império	Bahia	Império	Bahia	
1850/51	490.483	...	1.702:927	1.245:174	73,11
1851/52	566.112	464.348	1.794:019	1.229:649	68,54
1852/53	412.809	347.155	1.168:927	857:201	73,33
1853/54	680.073	611.145	2.101:370	1.757:095	83,62
1854/55	631.195	575.773	2.028:160	1.597:873	78,78
1855/56	526.291	465.064	2.074:889	1.630:062	78,56
1856/57	602.195	538.892	3.438:423	2.944:554	85,64
1857/58	302.255	245.940	2.374:308	1.899:294	79,99
1858/59	559.035	493.797	3.046:636	2.420:917	79,64
1859/60	684.226	617.554	4.022:455	3.345:489	83,17
1860/61	314.032	...	2.382:567	1.538:987	64,60
1861/62	767.618	709.514	4.878:619	4.398:895	90,17
1862/63	1.140.310	...	6.202:010	5.372:666	86,63
1863/64	907.104	797.763	3.513:457	2.778:931	79,10
1864/65	639.772	550.936	2.912:597	2.060:834	70,76
1865/66	1.068.170	967.482	5.206:698	3.933:294	75,54
1866/67	1.010.033	881.973	4.218:456	2.845:468	67,45
1867/68	935.831	...	5.144:270	3.614:767	70,27
1868/69	796.004	3.845:476	...
1869/70	1.035.289	...	7.066:913	5.564:700	78,74
1870/71	1.103.977	...	6.529:004	5.190:041	79,49
1871/72	830.450	...	6.806:234	4.923:042	72,33
1872/73	1.150.541	...	6.834:807	5.558:531	81,33
1873/74	946.246	...	5.372:075	4.208:677	78,34
1874/75	1.077.564	...	5.989:041	4.834:365	80,72
1875/76	1.402.487	...	7.651:535	6.118:586	79,96
1876/77	1.296.622	4.714:896	...
1877/78	1.322.363	...	6.930:600	5.803:686	83,74
1878/79	1.353.405	...	8.069:300	6.629:943	82,16
1879/80	1.534.417	...	7.660:800	6.505:882	84,92
1880/81	1.354.698	...	7.553:600	3.367:530	44,58
1881/82	1.609.777	...	7.912:300
1882/83	1.307.726	...	10.660:000
1883/84	1.163.543	...	8.621:300
1884/85	1.165.585	...	6.759:289
1885/86	1.254.015	...	7.274:245
1886/87	1.337.679	...	6.238:431

Fonte: BORBA, Silza Fraga Costa e DOS SANTOS, Luiz Chateaubriand. Fumo, in A inserção da Bahia na evolução nacional 1ª etapa: 1850-1889. Salvador, Centro de Pesquisas e Estudos da Secretaria Estadual do Planejamento, Ciência e Tecnologia, 1978, p. 80.

A instabilidade quase geral das exportações baianas repercutiu de modo negativo também sobre as possibilidades de incremento dos investimentos estatais, vale dizer, sobre a expansão das "obras públicas" na Bahia. Foi o capital estrangeiro que financiou, durante a segunda metade do século XIX, o grosso dos investimentos públicos (principalmente o capital inglês). Urbanizou-se a capital da Província, reformou-se o seu porto e o seu bairro comercial, ampliou-se (lentamente) a rede de transportes, mas tudo isso foi feito com o rápido aumento da dívida pública, que em 1876 já chegava a proporções alarmantes (50). Para o estado deficitário, a produção e o comércio do tabaco tornaram-se importantes fontes de recursos.

O reduzido dinamismo da economia baiana implicou ainda na desaceleração do crescimento dos mercados urbanos na Província. Salvador, aliás o único mercado urbano importante na Bahia da época, cresceu significativamente durante o século XIX e sua população triplicou entre 1800 e 1890. No entanto, em 1890, a capital do Estado da Bahia ainda concentrava apenas 150 mil habitantes e, além disso, suas taxas de crescimento demográfico já não eram as mesmas da primeira metade do século (51). Isso porque já não havia o tráfico negreiro, porque o exôdo rural estava se desviando para a zona cacaueteira e, finalmente, porque não ocorria imigração estrangeira em escala considerável. Ademais, por volta do final do século, era extremamente desigual a distribuição da renda entre os 150 mil habitantes de Salvador. Não existia criação de emprego industrial em quantidade relevante, nem havia constituição de uma nova pequena burguesia urbana formada por imigrantes estrangeiros. A oferta de emprego nas atividades tradicionais (grande comércio, construção civil e naval, administração pública) crescia lentamente e a maior parte da força de trabalho, constituída após 1888 por ex-escravos ou descendentes de escravos, encontrava ocupação apenas no comércio ambulante, na prestação de serviços braçais e no artesanato mais primitivo, atividades de pequena produtividade, mal remuneradas e não propriamente capitalistas.

Outra não era a situação dos mercados no campo, pois

as relações capitalistas de produção avançaram ainda mais lentamente na agropecuária regional. No complexo canavieiro-açucareiro, a oligarquia foi obrigada a introduzir o trabalho assalariado antes mesmo da abolição. Contudo, o assalariamento que se difundiu no Recôncavo canavieiro foi durante muito tempo parcial (engenhos); o complexo canavieiro-açucareiro em crise continuou empregando escravos na lavoura até os anos 1880. No sertão, a pecuária firmou-se com base no trabalho pago pelo sistema de parceria (participação do vaqueiro no crescimento vegetativo dos rebanhos). A agricultura de alimentos desenvolveu-se como uma atividade típica de pequenos agricultores independentes, porém, não como agricultura capitalista de gêneros e sim como produção de subsistência, sem acesso ao crédito, operando com baixos níveis de produtividade e péssimas condições de transporte da fração do produto destinada ao mercado (durante o século XIX, ocorreram, inclusive, sucessivas crises de abastecimento em Salvador).

"Cultivados para atender necessidades das populações baianas que vivem fora do circuito do comércio exportador-importador que dominava na capital, estes gêneros de subsistência chegavam ao mercado da cidade do Salvador em pequenas quantidades pois sofriam também da deficiência crônica que havia nas comunicações e nos transportes, principalmente os terrestres. Com efeito, apesar das tentativas feitas para a melhoria dos mesmos, apesar da implantação de uma rede ferroviária, os centros de produção de gêneros de subsistência ficam, pelo menos até por volta do fim do século, fora do circuito comercial a não ser quando se acham localizados no litoral marítimo" (52).

Também na fomicultura, a estrutura de produção assentada no trabalho de pequenos agricultores de gêneros de subsistência (herdada em parte do período colonial) acabou se consolidando. O trabalho assalariado em grandes plantações só teria importância nas primeiras décadas do século XX. Assim, submetidos à exploração dos "armazéns" e produzindo boa parte dos bens que consumiam, os pequenos fomicultores não formavam mercado importante. Por fim, na cacauicultura, onde igualmente era relevante o número de pequenos produtores, a demanda

de força de trabalho, criada pelo crescimento das exportações após 1880, foi atendida com o recrutamento de trabalhadores rurais atingidos pela seca, os quais foram submetidos nas grandes fazendas a um regime de exploração baseado na existência de "agregados" e "barracões".

Se o limitado desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no campo, a extrema concentração da renda e da propriedade da terra, e a reduzida urbanização da Bahia entravavam o crescimento da indústria baiana em geral, no caso da manufatura do fumo, com relação aos mercados existentes na região, a situação era ainda mais grave. A elaboração artesanal de charutos, o consumo de cigarros de palha e o uso de cachimbos de barro (fumo em corda), impediam um aumento maior das vendas de artigos manufaturados de fumo.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, o complexo fumageiro baiano, ao mesmo tempo em que caminhava para seu apogeu, encontrava dificuldades crescentes para ampliar sua participação tanto no mercado internacional, quanto no mercado interno (nacional e regional). No plano externo, a produção baiana já enfrentava a concorrência de outros centros produtores e das primeiras empresas internacionais do ramo. A Bahia respondia por cerca de 80% das exportações brasileiras de fumo em folha (+) e não podia, portanto, aumentar suas vendas externas às custas de outras regiões do país. No plano nacional, já enfrentava a concorrência do Rio Grande do Sul, onde a fumericultura fora introduzida por imigrantes alemães, e da indústria do fumo carioca, gaúcha e paulista. No mercado regional, enfrentava a produção artesanal de artigos de fumo e o lento crescimento da renda. Para a atividade fumageira na Bahia começava a se delinear a necessidade de novas mudanças: outro "salto" para frente, como em meados do século XIX, mas já no rumo da constituição de uma moderna agroindústria fumageira, capitaneada pelas manufaturas surgidas a partir de 1850 (e especialmente entre 1870 e 1900), e capaz de vencer a concorrência, ou, ao contrário, estagnação e declínio.

(+) O fumo foi um produto marginal na pauta de exportações do Império. Sua participação em valor no comércio exterior do país aparentemente vacilou entre um mínimo de 1,8% (média da década de 1840), e um máximo de 3,4% (média dos anos 1871-80) do total das exportações (53).

Referências Bibliográficas

1. LAPA, J. R. Amaral. Economia Colonial. São Paulo, Editora Perspectiva, 1973, pp. 160-167.
2. LAPA, J. R. Amaral. Op. cit. pp. 171-179.
3. BORBA, Silza Fraga Costa. Industrialização e exportação do fumo na Bahia: 1870-1930. Dissertação de mestrado, Salvador, Faculdade de Ciências Humanas da UFBA, 1975, p.3.
4. MARQUES, Antonio Nonato. Geografia do fumo na Bahia. Salvador, Centro de Estudos Ruralistas, s/d.
5. VERGER, Pierre. O fumo da Bahia e o tráfico de escravos no golfo de Benim. Salvador, Centro de Estudos Afro-Orientais, UFBA, 1966, pp. 11-12.
6. LAPA, J. R. Amaral. Op. cit. p. 155.
7. SOARES, Sebastião Ferreira. Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977, p. 237.
8. PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. 9ª edição, São Paulo, Editora Brasiliense, 1965, pp. 39 e 162.
9. BORBA, Silza Fraga Costa. Op. cit.
10. VERGER, Pierre. Op. cit.
11. AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli. Industrialização e incentivos fiscais na Bahia: uma tentativa de interpretação histórica. Dissertação de mestrado, Salvador, Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA, 1972, p. 11.
11. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978, p. 146.
12. GOULART, Mauricio. A escravidão africana no Brasil - das origens à extinção do tráfico. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1975, p. 199.
13. MARQUES, Antonio Nonato. Op. cit.
14. SOARES, Sebastião Ferreira. Op. cit., pp. 66-67.
15. SOARES, Sebastião Ferreira. Op. cit., p. 70.
16. SOARES, Sebastião Ferreira. Op. cit., p. 239.
17. BORBA, Silza Fraga Costa e DOS SANTOS, Luiz Chateaubriand. Fumo, in A inserção da Bahia na evolução nacional 1ª etapa: 1850-1889. Salvador, Fundação de Pesquisas - CPE, Secretaria Estadual do Planejamento, Ciência e Tecnologia, 1978, p.71.

37. Documentos da empresa Suerdieck. Loc. cit.
38. Documentos da empresa Suerdieck. Loc. cit.
39. SOARES, Sebastião Ferreira. Op. cit., p. 237.
40. ARAUJO, Ubiratan Castro e SÁ BARRETO, Vanda Sampaio de. A Bahia econômica e social, in A inserção da Bahia na evolução nacional - 1ª etapa: 1850-1889 (A Bahia no século XIX). Fundação de Pesquisas - CPE, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, 1978, p. 46.
41. BORBA, Silza Fraga Costa e DOS SANTOS, Luiz Chateaubriand. Op. cit., p. 80.
42. AZEVEDO, Thales de. Op. cit., pp. 178 e 181.
43. AZEVEDO, Thales de. Op. cit., p. 69.
44. LINS, Vieira. Op. cit., pp. 54-64.
45. TAVARES, Lúcia Maria T. e outros. Cana-de-açúcar, in A inserção da Bahia na evolução nacional - 1ª etapa: 1850-1889. Fundação de Pesquisas - CPE, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, 1978, p. 30.
46. AZEVEDO, Thales de. Op. cit., p. 170.
47. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Op. cit., p. 113.
48. BAHIA. Instituto Baiano do Fumo. Produção e comercialização do fumo no Estado da Bahia. Salvador, IBE, 1968, p. 11.
49. BORBA, Silza Fraga Costa e DOS SANTOS, Luiz Chateaubriand. Op. cit., p. 84.
50. AZEVEDO, Thales de. Op. cit., p. 172.
51. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Op. cit., pp. 130-147.
52. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Op. cit., p. 255.
53. BORBA, Silza Fraga Costa e DOS SANTOS, Luiz Chateaubriand. Op. cit., p. 81.

Capítulo II

Auge e Crise das Manufaturas do Fumo na Bahia

O complexo fumageiro baiano conheceu sua época de auge entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Com isso não se quer dizer que as exportações da folha cresceram aceleradamente no período. Na verdade, elas permaneceram estabilizadas depois de 1900, ainda que no patamar historicamente alto de pouco mais de 25 mil toneladas por ano. O que se quer afirmar é que nesse período consolidou-se o complexo do fumo na Bahia. O número de empresas exportadoras de fumo no Estado passou de 6 em 1870 para 26 em 1890 e chegou a 40 em 1930 (1). O número de manufaturas (charutos) também cresceu entre 1890 e 1930, ocorrendo ainda intenso processo de concentração do capital no setor manufatureiro. Abriu-se, assim, a possibilidade da transformação do complexo "agro-manufatureiro-exportador" em moderna agroindústria do fumo voltada para o mercado interno.

Como tentar-se-á demonstrar, o novo "salto" não se concretizou. Isso basicamente por duas razões: concentração do crescimento urbano no Rio de Janeiro e em São Paulo, dificultando o acesso das empresas instaladas na Bahia aos novos mercados para artigos de fumo; e vitória do truste anglo-americano do fumo (cigarros) na luta pelo mercado brasileiro, entre os primeiros anos do século XX e a década de 1930.

O auge das manufaturas do fumo na Bahia e as razões do seu declínio - a partir dos anos 1930 e, especialmente, após a segunda guerra - são os objetos centrais deste capítulo; sua primeira seção, no entanto, trata do desenvolvimento da economia baiana como conjunto, ao longo da primeira metade do século XX. Esta digressão torna-se necessária em função da necessidade de caracterização da realidade econômica regional que cercava o complexo fumageiro do Recôncavo. Sem esta caracte

terização é difícil compreender a importância das atividades relacionadas ao fumo para a economia baiana do período.

1. Economia Baiana na Primeira Metade do Século XX

Até o início dos anos 1950, a dinâmica da acumulação do capital na Bahia permaneceu subordinada à evolução de alguns complexos exportadores de produtos agrícolas: açúcar, cacau e fumo, basicamente (+). Por este motivo, a economia baiana sofreu de modo intenso, pelo menos até o último após-guerra, os efeitos das bruscas variações da demanda e dos preços dos produtos primários no mercado mundial.

No entanto, o que caracterizou particularmente a economia baiana, no período anterior aos anos 1950, foi a dependência de produtos de exportação não somente submetidos a variações repentinas de preço e demanda, como também sujeitos a pressão de concorrentes internacionais e nacionais cada vez mais fortes.

Essa característica geral dos produtos baianos de exportação marcou mais intensamente a evolução da atividade canavieira-açucareira no Recôncavo.

Somente nos anos 1890, o complexo açucareiro venceu a fase de desorganização de sua estrutura produtiva aberta com a extinção do tráfico, substituindo o braço escravo pelo trabalho assalariado. Como já se disse anteriormente, essa transformação não pôde ser acelerada porque não existia, em 1850, um mercado de trabalho livre plenamente constituído na Bahia e porque o complexo açucareiro, atravessando séria crise, não podia constituí-lo a partir de suas próprias necessidades, com ou sem o recurso da imigração estrangeira.

(+) Os outros produtos de exportação da Bahia no período foram a borracha (com alguma expressão na primeira década do século), café, couros e peles (com presença constante na pauta, mas pouco significativa) e piassava. Destes, o mais importante foi o café, que respondeu até 1930 por 6 a 7% das exportações totais do Estado. Em razão do seu pequeno peso na economia baiana, este conjunto de produtos foi desprezado como objeto de análise.(2).

O problema da substituição do trabalho escravo, criado em 1850 e ampliado na década de 1880, somou-se ao encurtamento do mercado para o açúcar baiano no exterior. A Europa havia passado a importar em maior proporção o açúcar produzido pelas ex-colônias espanholas, desprezando o produto do nordeste brasileiro. Operando com custos mais altos que os da produção antilhana e mais distante dos principais países importadores, o complexo açucareiro do Recôncavo viu sua sobrevivência ameaçada.

Ele respondeu à crise com a introdução do trabalho assalariado e da máquina a vapor no seu segmento industrial. Vale dizer, com a concentração do capital e a implantação de fábricas. No final do século XIX, os antigos engenhos começaram a ceder lugar aos engenhos-centrais. Esse processo de modernização das unidades produtoras de açúcar continuou nas décadas seguintes com o aparecimento das usinas. Cerca de duas dezenas de usinas absorviam toda a produção açucareira do Recôncavo no início dos anos 1920 (3).

Estimulada pela intervenção estatal e pela entrada do capital estrangeiro no ramo, a expansão da produção usineira esbarrou na permanência no campo de uma estrutura agrária herdada do período escravista e de técnicas atrasadas de produção. O atraso técnico da lavoura da cana obrigou a produção usineira a conviver com elevados custos. Nessa situação contraditória (nessa "dualidade técnica"), a agroindústria açucareira regional não conseguiu ultrapassar até 1950 os níveis de produtividade alcançados nas primeiras décadas do século. Para isso, contribuiu ainda a política de cotas de produção regional estabelecida a partir dos anos 30 pelo governo central, que acabou por acomodar a agroindústria açucareira do Recôncavo aos baixos índices de produtividade obtidos no cultivo de sua matéria-prima.

Pressionado pela queda dos preços internacionais do açúcar e atingido pela concorrência antilhana, o complexo canavieiro-açucareiro ainda manteve uma presença significativa na economia baiana graças à modernização de seu segmento indus-

trial e à expansão do consumo nacional do produto. Porém, quando a produção de açúcar em São Paulo começou a crescer, a partir de 1929, as usinas regionais não puderam resistir à pressão da nova concorrência; isso, basicamente, como decorrência da citada "dualidade técnica" e dos baixos níveis de produtividade dela derivados. O mercado para o açúcar baiano no interior do país ficou ainda mais restrito, continuando a existir limitadamente, apenas como resultado da proteção garantida pelo regime de cotas.

A modernização mais rápida da agroindústria açucareira pernambucana agravou a situação da produção açucareira do Recôncavo: a produção de Pernambuco acabou por ocupar parte do pequeno espaço ainda existente para o açúcar baiano no mercado externo.(4).

A retração do complexo canavieiro-açucareiro do Recôncavo - eixo tradicional da economia baiana - afetou negativamente o conjunto da economia estadual, na medida em que limitou as possibilidades de crescimento do excedente gerado por esta economia, e na medida em que atrasou a formação de um mercado de trabalho livre sustentado pela imigração estrangeira. A retração desse complexo, contudo, não levou à estagnação ou "involução" da economia regional como um todo: a economia continuou a crescer, apesar da crise da produção açucareira, sobretudo em razão do desenvolvimento da cacauicultura.

O cacau foi o principal produto de exportação da Bahia durante quase toda a primeira metade do século XX. Segundo Caio Prado, a cultura foi introduzida no sul baiano em meados do século XVIII. Com a expansão mundial do consumo de chocolate no decorrer do século XIX, a cacauicultura firmou-se como atividade de grande importância para a economia baiana. As exportações começaram a crescer aceleradamente a partir de 1880 e continuaram a se expandir até as primeiras décadas do século XX.(5).

O crescimento acelerado das exportações foi possível

graças à mudança na escala de produção a partir de 1880-1890. Constituíram-se grandes fazendas de cacau que, com auxílio do capital comercial, deslocaram para a condição de produtores marginais os pequenos agricultores que já haviam desbravado, desde meados do século XIX, a região sul do Estado. O fluxo de força de trabalho originário do sertão nordestino - fluxo reforçado pelas grandes secas de fins do século passado - garantiu o suprimento de mão-de-obra necessário para o incremento da produção e para a manutenção de elevados níveis de exploração e geração de excedente.

As exportações de cacau passaram de 13% do total das exportações baianas em 1890 para mais de 40% no final da década de 1920. Durante esse mesmo intervalo, o cacau respondeu por cerca de 20 a 25% das receitas públicas estaduais (6).

As dificuldades para cacauicultura baiana começaram a surgir ainda nas primeiras décadas do século XX. Com o aumento do consumo mundial de chocolate, os ingleses passaram a estimular a produção africana de cacau (Costa do Ouro), o que acabou deslocando a cacauicultura baiana para uma posição secundária no mercado externo (7).

Com relação ao fumo na primeira metade do século XX, pode-se adiantar que o produto manteve na economia baiana a importância assegurada a partir de 1850. Como já se alertou, isso não significa dizer que as exportações da folha cresceram no período como as exportações de cacau. As exportações de fumo ficaram praticamente estabilizadas durante a primeira metade do século. Contudo, foi exatamente essa estabilidade das exportações de tabaco que garantiu à economia baiana uma outra fonte regular de renda - além das exportações de cacau - no momento em que essa economia mais se ressentia da crise do complexo canavieiro-açucareiro do Recôncavo.

A evolução específica do complexo fumageiro baiano, na primeira metade do século XX, será tratada mais detalhadamente na segunda seção do capítulo. Nos parágrafos seguintes,

tentar-se-á discutir as causas básicas do lento crescimento urbano-industrial na Bahia do período aqui considerado. A questão que deve ser esclarecida inicialmente é a do destino dos excedentes gerados pela cacauicultura. Por que não imprimiram um novo ritmo ao crescimento urbano-industrial do Estado, segundo o "modelo" cafeeiro-paulista?

E' necessário, primeiramente, precisar as reais dimensões do excedente gerado pelo cacau. Na verdade, a massa de excedente criada pela atividade cacaueira na Bahia nunca alcançou o tamanho das massas produzidas pelo café em São Paulo, ou pelo algodão ou açúcar no Nordeste. Em 1929, no final do auge das exportações de cacau, as vendas deste produto no exterior ainda representavam apenas cerca de 6% das exportações globais do país (8).

A cacauicultura não podia, portanto, abrir isoladamente a possibilidade da aceleração do crescimento urbano-industrial na Bahia. Em primeiro lugar, porque as dimensões da atividade cacaueira eram insuficientes para gerar uma das condições básicas desta aceleração: a disponibilidade de uma "massa crítica" de excedente, concentrada sob a forma de capital-dinheiro num momento de auge, que pudesse ser transformada em capital industrial numa escala considerável.

Além disso, a extrema concentração do excedente gerado pela cacauicultura - principal atividade econômica do Estado desde a década de 1910 - limitou as possibilidades de expansão do mercado regional para produtos industriais e serviços.

Ainda com relação às reduzidas possibilidades de aceleração do crescimento urbano-industrial com base nos excedentes gerados pela atividade cacaueira, vale a pena lembrar um aspecto menos importante da questão, mas nem por isso desprezível. O grosso do excedente criado pela cacauicultura era apropriado pelas grandes casas comerciais de exportação-importação estabelecidas no eixo Ilhéus-Itabuna, frequentemente, filiais de firmas já instaladas em Salvador. A absorção dessa parcela do

excedente não se fazia apenas diretamente através da comercialização do fruto, mas também por meio de operações de financiamento de capital de giro para o produtor em condições usurárias (muitos capitalistas do grande comércio baiano acabaram se tornando proprietários de grandes latifúndios no sul do Estado, concentrando terras obtidas através de hipotecas) (9).

Na medida em que as grandes casas comerciais respondiam por parte da produção e por toda a comercialização do cacau, estava, teoricamente, aberta a possibilidade de que os grandes capitalistas do comércio viessem a diversificar suas atividades, avançando em direção à industrialização do produto (como havia ocorrido com o fumo). No entanto, o beneficiamento do cacau permaneceu quase sempre restrito à secagem das amêndoas em condições primitivas, o que gerou possibilidades de investimento agroindustrial limitadas, até mesmo inferiores às existentes nos casos do fumo e da atividade canavieira-açucareira. Evidentemente, isso não excluiu o surgimento de um pequeno setor industrial de produção de derivados do cacau, concentrado em Salvador, setor que entretanto só conheceu alguma expansão mais significativa a partir dos anos 1940.

Finalmente, é necessário lembrar que parte do excedente criado pela cacauicultura acabou se deslocando para outras regiões do país, especialmente para o Rio de Janeiro, atraída pelas melhores oportunidades de investimento existentes em outras praças ou absorvida pelo comércio de outros centros.

"No que diz respeito ao extremo sul do Estado, e mais precisamente ao eixo Ilhéus-Itabuna, este conhece, graças ao desenvolvimento da cultura do cacau, um dinamismo que contrasta com a depressão que castiga as culturas tradicionais do Recôncavo e, principalmente, o açúcar... No momento de decadência da economia açucareira, os cacauais do sul da Bahia começam a produzir em escala comercial. Assim, 'o pólo da economia estadual e a fonte de recurso para o Tesouro se transferem para a região cacauera'. Todavia a cultura do cacau 'não estava em condições de permitir uma acumulação de capitais em favor da capital Salvador, em cujo porto, porém, concentrava-se a exportação'. Grande parte dos excedentes destes capitais procurava

investimentos fora do Estado, notadamente no Rio de Janeiro. Por outro lado, o sul do Estado deixa de se abastecer em bens de consumo na capital, abrindo comércio direto com as cidades de Vitória do Espírito Santo, Rio de Janeiro e com as cidades mineiras de Nanuque, Teófilo Otoni e Carlos Chagas que passam a fornecer para aquelas populações até gêneros de alimentação" (10).

Pode-se dizer, portanto, que apesar da cacauicultura não surgiu na economia baiana um novo front de acumulação capaz de garantir a expansão acelerada do conjunto da economia regional, levando-a a dar o "salto de qualidade" que caracterizou a evolução da economia cafeeira paulista. Concretamente: uma fronteira de acumulação capaz de criar as condições iniciais para a detonação de um processo de desenvolvimento centrado na expansão industrial. A cacauicultura não pôde cumprir esse papel; ela permaneceu isolada no sul do Estado, região que conheceu algum desenvolvimento, mas sem que com isso fosse alterado o quadro de crise do Recôncavo açucareiro; isto é, da "Bahia" propriamente dita.

Sem mercados no campo, em virtude da limitada implantação das relações capitalistas de produção, e da extrema concentração da propriedade fundiária e/ou da renda gerada pela produção agropecuária, a indústria baiana continuou durante a primeira metade do século XX sem poder contar também com a expansão dos mercados urbanos da região. Os poucos centros urbanos existentes no Estado até a primeira metade do século encontravam, a exemplo de Salvador, nas atividades de transporte, comércio, crédito e administração pública, seus principais suportes econômicos. O grosso da população era formado por ex-escravos ou descendentes de escravos, enquanto que a maior parte das ocupações podiam ser encontradas no artesanato, na burocracia estatal, na construção civil e no pequeno comércio varejista. O movimento comercial era limitado basicamente ao fluxo de mercadorias entre Salvador e as cidades menores, concentrando-se no interior do Recôncavo. Não existindo meios de transporte adequados, o comércio entre as cidades de menor porte tinha pouca expressão. Comércio, construção civil (portos e estradas), transporte, crédito e serviços públicos

creciam em função da expansão das atividades agroexportadoras do Estado; como a expansão dessas atividades foi débil, além de cíclica, as cidades baianas pouco cresceram até meados do século.

Mesmo no caso de Salvador, a urbanização se deu de forma muito lenta de fins do século XIX até às primeiras décadas do século XX. A população da capital, que atingiu a marca dos 140-150 mil habitantes em 1890, cresceu vegetativamente em todo o período 1890-1940. Nesse último ano, a cidade de Salvador alcançou a marca, já então modesta para os padrões do eixo Rio-São Paulo, dos 290 mil habitantes (11).

"... pode-se dizer que a imigração para Salvador, até 1940, não parece ter sido muito significativa, como o indicam as pequenas e declinantes taxas de crescimento médio anual da população da capital, abaixo relacionadas:

1870 - 1890	1,66%
1890 - 1900	1,65%
1900 - 1920	1,53%
1920 - 1940	0,20% " (12).

Poder-se-ia perguntar: o excedente gerado pelo cacau não levou à aceleração da urbanização da Bahia? De fato, a apropriação de parte desse excedente pelo estado abriu a possibilidade de maiores investimentos em setores como transporte, construção civil e comércio imobiliário. Não se pode negar a existência desses investimentos, mas deve ser levado em conta o volume reduzido das novas inversões.

Em Salvador, o bairro comercial foi reformado, a burguesia ocupou novas áreas residenciais e desenvolveram-se os serviços, inclusive com a expansão das linhas de bondes. Contudo, a indispensável modernização do porto atrasou-se e só foi realizada, finalmente, graças ao financiamento estrangeiro.

O tamanho absoluto do excedente produzido pela cacauicultura e pelas outras atividades de exportação na Bahia (estas ainda menos importantes que a atividade cacauceira), e o modo pelo qual esse excedente era gerado e apropriado barraram a expansão de segmentos fundamentais da economia baiana.

Não se podia falar numa rede de rodovias no Estado; a rede "rodoviária" baiana era constituída, em 1936, por cerca de 10 mil km de caminhos de barro, 1.361 km de estradas de "terra melhorada", 146 km de "pedra britada" e apenas 9 km de estradas de concreto. O caminhão, que começava a se firmar como importante meio de transporte, tinha alcance limitado. No interior, ainda se convivia com as tropas de burros e os carros de boi (13).

As estradas de ferro tiveram sua quilometragem duplicada entre 1890 e 1930, passando de 1057 para 2669 km (14). Um crescimento que não podia ser comparado à expansão da rede ferroviária no sul do país e que, além disso, foi comandada por "companhias de segunda e terceira categorias" (15).

"Efetivamente, enquanto crescia o parque ferroviário do Sul, sempre fazendo crescer os mercados de consumo, nós nos limitávamos a uma estrada de penetração para o São Francisco, uma outra para o sudoeste, e uma que tentava o centro. No mais, ficávamos arranhando o litoral como caranguejos. Enquanto todo o Norte, incluída a Bahia, possuía, em 1919, cerca de 5.290 km de ferrovias, o nosso Estado possuindo 1.728, o Sul possuía 22.548 km, sendo que São Paulo com 6.615 e Minas com 6.613. A situação não se alteraria para o futuro, com o decréscimo, para nós, em qualidade, a disparidade ocorrendo, também, no setor das rodovias. Ainda no setor ferroviário, se, proporcionalmente, em face da superfície dos Estados, devíamos ter, em relação a São Paulo, pelo menos o dobro de trilhos, possuíamos apenas menos de um terço. Ocorria, portanto, que nos distanciávamos do nosso interior, que passava a ser assistido comercialmente pelos Estados vizinhos, e Salvador se reduzia, cada vez mais, à condição de metrópole do Recôncavo" (16).

Ao mesmo tempo, o abastecimento de energia elétrica continuaria sendo um dos principais pontos de estrangulamento da economia baiana até a criação da CEBSE no após-guerra.

Embora a Bahia não tivesse passado, até a segunda metade do século XX, por um intenso processo de expansão industrial, acabaria se implantando no Estado uma indústria de relativa

importância. Desde o final do século passado, a indústria baiana contava com estabelecimentos produtores de açúcar e outros alimentos, fumo beneficiado e charutos, cigarros, sabão, óleos, velas, fósforos, chapéus, tecidos, bebidas alcoólicas, embarcações, ferramentas e peças metálicas, além de outros produtos diversos.

Reconhecer a relativa importância dessa indústria não implica em incorrer no erro da superestimação do parque industrial baiano pré-1950. Alguns autores chegaram a exagerar o peso dessa indústria, apontando uma suposta expansão "fabril" ("vigorosa") entre o final do século passado e os anos 1920 e imaginando um falso "retrocesso" industrial após esse período. Na verdade, tais autores cometeram alguns equívocos básicos. Em primeiro lugar, trabalhando exclusivamente com a categoria "estabelecimentos", confundiram artesanato e manufatura com verdadeiras fábricas. Em segundo, confundindo "crescimento industrial" com "industrialização", omitiram o fato de que a indústria baiana tinha um reduzido grau de diversificação e articulação interna, e que se limitava basicamente ao processamento de matérias-primas regionais e à produção de alguns poucos bens de consumo corrente. Finalmente, desconhecaram o fato de que a indústria existente ainda não havia alcançado um tamanho mínimo a partir do qual poder-se-ia falar propriamente de acumulação autônoma do capital industrial.(17).

Como ocorreu em outras regiões brasileiras, a implantação das unidades mais importantes da indústria baiana pré-1950 foi possível graças a inversões localizadas de frações do excedente gerado pelas atividades agroexportadoras - frações previamente concentradas pelo capital comercial. Nos principais segmentos dessa indústria (usinas de açúcar, fábricas têxteis, manufaturas de charutos) eram estreitos os laços que uniam o capital industrial às grandes casas do comércio de exportação e importação. Na Bahia, entretanto, a metamorfose do capital comercial em capital de indústria, com a diversificação dos investimentos realizados pelas grandes casas comerciais, deu-se numa escala bem menor que outras regiões do país. A debilidade

das atividades exportadoras baianas e o processo específico de desenvolvimento das relações capitalistas de produção na Bahia - processo que implicou num baixo grau de mercantilização da economia baiana e marcou a evolução de todos os seus segmentos exportadores - barraram a intensificação daquela metamorfose. A debilidade das atividades de exportação limitou a expansão do mercado regional e restringiu o próprio crescimento do capital comercial, o que, por sua vez, reduziu o volume de excedente passível de transformação em capital de indústria.

Deve-se considerar ainda que a inexistência de um sistema de crédito bancário desenvolvido, que pudesse potencializar a referida metamorfose, criou dificuldades adicionais para a ampliação do parque industrial instalado na Bahia. Não que o sistema bancário não tivesse se expandido desde o século XIX. Ele realmente se expandiu com o surgimento de bancos estrangeiros na praça de Salvador e com a consolidação de pelo menos dois bancos regionais. No entanto, o desenvolvimento desse sistema foi estrangulado pela presença das grandes casas comerciais na oferta e/ou na intermediação do crédito de custo para a agricultura de exportação, aliás, o principal espaço para a valorização do capital de empréstimo na economia baiana do período.

Financiamentos de longo prazo e baixa rentabilidade, indispensáveis para a expansão industrial, não estavam entre os principais interesses dos bancos estrangeiros ou regionais, preocupados sobretudo em ofertar crédito (ainda que indiretamente, via casas comerciais) à agricultura de exportação.

As condições desfavoráveis que marcaram a gênese da indústria baiana foram responsáveis pela consolidação de uma estrutura industrial caracterizada, fundamentalmente, pela predominância de minúsculas empresas, mais próximas do artesanato e da manufatura que de verdadeiras unidades fabris. É verdade que a implantação da indústria têxtil e a modernização da atividade açucareira exigiram grandes concentrações iniciais de capital, assim como níveis tecnológicos equivalentes

aos então dominantes no país e mesmo no mundo. Também é certo que no ramo fumageiro grandes firmas puderam surgir a partir da iniciativa de pequenos capitalistas. No entanto, estes ramos, que produziam para mercados externos e que se beneficiavam de vantagens locacionais significativas, foram exceções que apenas confirmaram a regra geral. Na maioria dos ramos da indústria baiana, onde haviam surgido, desde as últimas décadas do século XIX, pequenas empresas que produziam para o mercado da região, o processo de concentração do capital e o progresso técnico avançaram muito lentamente ao longo das primeiras décadas do século XX. Embora o número de estabelecimentos "industriais" tivesse crescido no período entre o final do século passado e os anos 1930-40, a indústria localizada na região - abstraídos os três setores citados acima - manteve suas características originais, quer no que diz respeito ao tamanho médio dos estabelecimentos, quer no que se refere ao padrão tecnológico predominante. Até 1930-40, existiam poucas fábricas na Bahia. A maioria dos estabelecimentos da indústria baiana era constituída por manufaturas e unidades de artesanato.

"... o que pode ser atestado pelos dados referentes a 1930 quando das 2.204 empresas existentes apenas 61 tinham mais de 12 operários, 158 tinham de 7 a 12, 600 tinham de 1 a 6 e nada menos que 1.325 (60,1%) tinham apenas um trabalhador, de forma que 'havia a predominância do artesanato, com a presença de pequenos fabricantes'" (18).

O valor do produto dessa "indústria" mais artesanal e manufatureira que fabril cresceu vagarosamente nas primeiras décadas do século XX, conforme revela a tabela I.

A taxa média anual de crescimento real do produto da indústria baiana foi de 0,8% no período 1919-1939. Este lento crescimento ocorreu basicamente como resultado da semi-estagnação da produção regional de bens de consumo não duráveis, setor responsável por mais de 80% do valor da transformação industrial no Estado, entre 1919 e 1949 (tabela II). Com efeito, pressionada no mercado nacional pela concorrência da indústria paulista, estrangulada no mercado regional pelo débil

Tabela I

Indústria de Transformação: Taxas Médias Anuais do
Crescimento Real (1919-1949)

Setores	Brasil		Bahia	
	1919/39	1939/49	1919/39	1939/49
Bens Intermediários	7,0	10,0	7,7	9,2
Bens de Consumo não Durável	5,0	6,7	0,2	6,5
Bens de Consumo Durável e de Capital	12,6	9,3	8,3	-0,6
Total	5,7	7,8	0,8	6,9

Fonte: CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil - 1930/1970. Tese de Livre-Docência, Campinas, DEPE-Unicamp, 1981.

Tabela II

Indústria de Transformação: Estrutura Industrial
Baiana por Grupos de Indústrias, Segundo o Valor
de Transformação Industrial (VTI) e o Número de
Operários (OP) - 1919-49

Grupos		participação (%)		
		1919	1939	1949
Bens Intermediários	VTI	4,24	15,71	19,49
	OP	5,29	12,42	27,00
Bens de Consumo não Durável	VTI	95,58	83,56	80,16
	OP	94,22	87,33	72,59
Bens de Consumo Durável e de Capital	VTI	0,18	0,73	0,35
	OP	0,49	0,25	0,51

Fonte: CANO, Wilson. Op. cit.

dinamismo das atividades agroexportadoras estaduais e pela reduzida penetração das relações capitalistas de produção no campo, a indústria baiana de não duráveis conheceu uma taxa média de crescimento anual da ordem de 0,2% nas décadas de 1910 e 1930.

Outros setores da indústria baiana - bens intermediários, duráveis e de capital - apresentaram taxas de crescimento bem mais elevadas, em torno de 8,0 % ao ano. Mas esse fato teve pouco significado: tais setores praticamente nada representavam no contexto da indústria regional da época e as altas taxas de crescimento refletiram principalmente as suas pequenas dimensões iniciais. Em 1941, os ramos têxtil, fumageiro e de produção de alimentos (inclusive açúcar), ainda concentravam quase 80% do valor da produção industrial realizada no Estado (19).

A debilidade da indústria baiana contrastava com a força (relativa) do grande comércio.

"Ainda mais expressiva que a extensão numérica dos estabelecimentos comerciais é a alta proporção de contribuição do comércio no Imposto de Indústrias e Profissões, variando no período (1898-1930) entre 77,66%, no ano de 1902, e 85,89% em 1918, registrando-se para os demais anos da série uma contribuição sempre acima de 80%" (20).

As grandes casas comerciais não só controlavam a intermediação dos produtos baianos de exportação e dos produtos importados do exterior, como também, apoiadas em bancos estrangeiros e regionais, organizavam frequentemente de modo direto a produção industrial ou agrícola. Mas era sobretudo através do controle de boa parte do crédito, em detrimento do sistema bancário nascente, que a presença do capital comercial se fazia sentir.

"Numerosos eram os ramos de negócios com que o comércio se revestia de maleabilidade e recursos para contornar os azares das crises conjunturais. Não só compensavam as perdas da desvalorização dos produtos primários de exportação atra-

vés da importação de mercadorias do exterior, como se associavam a companhias de navegação estrangeiras, tornavam-se agentes de seguradoras sediadas no exterior, efetuavam cobranças em nome de bancos estrangeiros, ampliavam sua rede de ação no interior e outros estados como, principalmente, funcionavam como agentes de intermediação financeira, configurando um 'sistema bancário informal', através do qual subordinavam os produtores" (21).

Das observações levantadas até agora, pode-se concluir que a economia baiana conheceu, da virada do século aos anos 1930-1940, um período de lento crescimento, marcado pelo débil dinamismo ou pela instabilidade de suas atividades agroexportadoras, pela dominação quase absoluta do capital comercial sobre o conjunto das atividades econômicas regionais, e ainda por baixas taxas de expansão urbana e industrial. Isso não significa dizer que a economia baiana tenha atravessado um período de generalizada "estagnação" ou "involução". A lentidão do desenvolvimento da economia do Estado deve ser vista como um fato relativo: a economia baiana não deixou de crescer; apenas não acompanhou a vigorosa expansão da economia cafeeira e acabou por perder a posição privilegiada que detinha na economia brasileira pelo menos até meados do século XIX. A perda dessa posição privilegiada, visível desde a consolidação da economia cafeeira em São Paulo, acelerou-se com o desenvolvimento mais rápido das forças capitalistas de produção e com a concentração do crescimento industrial neste Estado.

No que diz respeito à indústria, a passagem da economia baiana para uma posição secundária no plano nacional tornou-se evidente já nas primeiras décadas do século XX.

"De acordo com os dados do Censo de 1920 a indústria baiana já era insignificante em relação ao Centro-Sul se considera-se que sua participação no valor da produção nacional era de 2,8%, ocupava apenas 5,7% do total dos operários do Brasil, com 3,5% do valor total do capital, utilizando apenas 4,0% da força motriz instalada.

"Refletindo o crescimento acentuado do Centro-Sul, muito mais que uma possível 'involução' da economia baiana, estes números vão se reduzir no

Censo de 1940 quando a participação da produção cai para 1,8%, a força de trabalho industrial baiana passa a ser 3,0% do total brasileiro, en quanto a participação no capital nacional e na força motriz instalada caem para 1,9% e 2,3% respectivamente" (22).

2. A Fumicultura Baiana e A Evolução de Seus Mercados

Durante a primeira metade do século XX, as exportações de fumo continuaram participando apenas marginalmente no comércio exterior brasileiro. Essa pequena expressão das exportações de fumo pode ser confirmada pela tabela abaixo.

Tabela III

Participação do Fumo nas Exportações Brasileiras: 1891-1939

Períodos	Quantidade (t)	% do Valor Total da Exportação
1891/1900	211.812	2,2
1901/1910	278.941	2,4
1911/1920	279.616	2,6
1921/1929	336.834	2,1
1931/1939	279.521	1,6

Fonte: BORBA, Silza Fraga Costa. Op. cit.

No entanto, o fumo foi um dos três principais produtos de exportação da economia baiana no mesmo período. De 1901 a 1950, a Bahia foi responsável por mais de 80%, em média, das exportações brasileiras de fumo em folha (tabela IV), e as exportações baianas do produto chegaram a superar em valor as exportações de cacau nos primeiros anos do século.

Atividade-eixo do complexo fumageiro baiano, a fumicultura de exportação permaneceu assentada no sistema de produção consolidado na segunda metade do século XIX. Neste sistema, como já se afirmou, os armazéns de enfiamento e exportação, que controlavam o beneficiamento e a comercialização da folha, dirigiam - via fornecimento de crédito, sementes e orientação técnica - a produção fumageira realizada em grande parte por

Tabela IV

Exportação de Fumo em Folha da Bahia e Participação Baiana na
Exportação Brasileira do Produto: 1901-1950

Anos	Quantidade (t)	BA/BR	Anos	Quantidade (t)	BA/BR
1901	32.375	96,7	1926	23.395	83,9
1902	42.538	94,1	1927	30.109	94,4
1903	21.578	92,2	1928	27.913	94,3
1904	23.149	96,6	1929	26.386	85,5
1905	18.656	91,5	1930	31.199	82,5
1906	23.424	99,1	1931	27.987	73,2
1907	25.090	84,5	1932	23.898	88,5
1908	14.510	95,1	1933	14.693	73,1
1909	27.059	90,9	1934	27.555	88,5
1910	32.480	95,1	1935	29.193	86,6
1911	17.535	94,8	1936	26.971	85,7
1912	22.908	92,7	1937	29.904	81,6
1913	25.080	84,3	1938	22.733	84,8
1914	26.054	96,2	1939	28.341	80,1
1915	26.091	95,1	1940	13.652	81,2
1916	19.132	88,5	1941	16.455	89,0
1917	22.213	85,3	1942	17.405	90,7
1918	26.112	87,8	1943	14.586	85,2
1919	28.116	65,0	1944	24.613	82,4
1920	22.434	71,3	1945	25.535	80,2
1921	27.750	84,3	1946	37.774	70,2
1922	39.918	89,3	1947	19.392	49,2
1923	32.807	89,8	1948	22.765	89,8
1924	25.391	85,8	1949	21.810	77,2
1925	32.546	92,9	1950	25.816	70,4

Fonte: Anuários Estatísticos do Brasil

minifúndios, e destinada quase que exclusivamente à elaboração de charutos no Recôncavo e no exterior.

Ao nível da produção da folha, apenas duas mudanças relevantes surgiram durante a primeira metade do século XX. A primeira foi o cultivo de fumo de melhor qualidade (fumo "capeiro") em grandes plantações, com a utilização de novas espécies e técnicas relativamente mais complexas (cobertura com gaze dos fumais, por exemplo), introduzido por algumas grandes empresas comerciais e manufatureiras do ramo a partir do início do século. Esse tipo de produção, entretanto, respondeu somente por uma pequena parcela da oferta regional da folha no período:

essas grandes plantações estavam voltadas sobretudo para o suprimento de matéria-prima destinada às "capas" dos charutos produzidos nas manufaturas do Recôncavo. A segunda mudança foi a implantação do IBF - Instituto Bahiano do Fumo em 1935, órgão do estado que se responsabilizou pela produção e distribuição de sementes e mudas selecionadas (muitas vezes, via armazéns de exportação) e pela orientação técnica no cultivo e beneficiamento da folha (23).

Entre 1901 e 1950, como já foi dito, o volume das exportações baianas de fumo permaneceu estabilizado em torno de 25.000 toneladas anuais (tabela IV). Mas, na verdade, é possível entender-se a existência de dois períodos distintos para estas exportações entre 1901 e 1950. O primeiro, uma continuação do ascenso verificado na segunda metade do século XIX, caracterizou-se por uma tendência ao lento crescimento da quantidade exportada e durou até o início dos anos 1930. Este primeiro intervalo correspondeu ao momento anterior à plena difusão do consumo de cigarros no mundo, vale dizer, ao momento de auge do consumo de charutos em escala internacional. O segundo período caracterizou-se por uma tendência declinante da quantidade exportada, durou do início dos anos 1930 ao término da segunda grande guerra, e correspondeu ao momento em que não só o consumo de cigarros suplantou o consumo de charutos e cigarilhas no mercado mundial, como também em que a segunda grande guerra abalou fortemente o mercado da folha no exterior (é importante lembrar que a Europa Central era o principal mercado para o fumo baiano).

Quais foram as razões básicas para a relativa estagnação das exportações regionais da folha durante a primeira metade do século, inclusive no período anterior a 1930 quando apenas cresceram lentamente?

De início, é preciso lembrar que os espaços abertos no mercado mundial para a produção baiana de fumo não eram os mesmos que existiam para o cacau, cujas exportações cresceram aceleradamente pelo menos até 1930. A cacauicultura no sul da Bahia (assim como a cafeicultura em São Paulo) pôde desenvol-

ver-se, ao menos inicialmente, sem concorrentes importantes no mercado internacional. Já a produção baiana de fumo teve que disputar uma faixa própria no mercado mundial, concorrendo com a produção de países como os Estados Unidos, Turquia, Cuba e muitos outros.

Além disso, é necessário verificar que a difusão do cigarro, enquanto principal forma de consumo do tabaco no mundo, garantida pela mecanização da indústria fumageira internacional e acelerada a partir da primeira grande guerra (24), provocou um aumento da procura por fumos distintos daqueles produzidos no Recôncavo: a difusão do cigarro implicou na estagnação relativa da demanda internacional por fumos destinados à manufatura de charutos e cigarrilhas. Com efeito, para cada forma particular de consumo do tabaco existem espécies ou variedades específicas de fumo. Na fabricação de cigarros são utilizadas misturas de algumas variedades (blends). Na Bahia, a principal variedade produzida era a "Brasil-Bahia", fumo escuro e forte que só podia entrar na elaboração dos cigarros em pequena proporção e, ainda assim, apenas na fabricação dos cigarros mais "pesados".

Diante desse quadro, a alternativa para um crescimento acelerado da produção baiana de fumo era o incremento das vendas para o mercado interno, mercado que crescia rapidamente com a industrialização e a urbanização do país. Porém, na medida em que o cigarro ia substituindo o charuto também no mercado brasileiro - para o que contribuía fundamentalmente a implantação no Brasil do truste mundial do fumo - uma maior participação das empresas baianas do ramo neste mercado não era possível sem uma reorientação global da fumicultura (e da manufatura do fumo) na região do Recôncavo. Concretamente: não era possível sem o crescimento da produção de fumos "louros" (matéria prima dos cigarros), sem a introdução do beneficiamento em estufas, sem a diversificação (e mecanização) da produção da indústria fumageira regional, cujos produtos finais ainda eram basicamente os charutos e cigarrilhas.

Com relação à simples produção da folha, a transformação

necessária não pôde se realizar. Ela foi bloqueada pelo avanço da produção de outras regiões do país sobre o mercado interno. Com efeito, em função da diversificação da agricultura em outros Estados, que acompanhou a concentração do crescimento industrial e urbano em São Paulo e no Rio de Janeiro, a produção baiana de fumo acabou sendo suplantada pela produção desenvolvida em Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, especialmente neste último Estado, onde o cultivo do fumo foi introduzido por imigrantes alemães por volta de 1850 e onde se desenvolveram grandes empresas do ramo entre o final do século passado e os primeiros anos do século XX. Nos outros Estados, a fumicultura voltada para o abastecimento de fábricas de cigarros avançou rapidamente, tanto no que se refere ao volume produzido da folha, quanto no que diz respeito aos níveis de produtividade e de qualidade alcançados no cultivo e no beneficiamento do tabaco. Ocorreu, portanto, um processo análogo ao da evolução da atividade canavieira-açucareira: tal como no caso do açúcar, e mais acentuadamente porque não surgiu a proteção do regime de cotas, a produção baiana de fumo não conseguiu ampliar em escala considerável sua participação nos novos mercados em expansão no país.

O ponto de partida para o crescimento da produção e da produtividade na fumicultura do sul do Brasil foi a implantação do truste internacional nesta região. Na década de 1920, com a instalação da British-American Tobacco no Rio Grande do Sul, a produção gaúcha duplicou, passando de cerca de 15 mil toneladas para 30 mil. A British-American Tobacco não tocou na estrutura fundiária das zonas fumageiras gaúchas (onde também predominava a pequena produção), mas reorganizou tecnicamente a fumicultura do Estado, introduzindo a secagem em estufas, novas variedades do fumo "Virginia", talagarças para a cobertura dos fumais, fertilizantes, fungicidas, objetivando com tudo isso a padronização do produto e a elevação de sua qualidade. Assumindo a orientação técnica na fumicultura e no beneficiamento inicial, a empresa obteve no sul o produto padronizado necessário à fabricação dos cigarros e transformou o Rio Grande no principal Estado produtor de tabaco para o mercado nacional (25).

Revelava-se, assim, o que estava por trás da concorrência "regional". Na realidade, a concorrência entre as regiões fumageiras do país não passava de concorrência entre capitais estrangeiros e nacionais: disputa entre os "armazéns" e a Cia. Brasileira de Fumo em Folha, apêndice comercial e agroindustrial da British-American Tobacco; conflito entre as fábricas de cigarros implantadas pelo truste e as antigas empresas baianas ou gaúchas. De fato, as vítimas não seriam apenas as empresas baianas. O relatório da firma gaúcha "Cia. de Fumos Santa Cruz", de capital nacional, protestava em 1921 contra a concorrência "carioca": "todos os nossos protestos não mereceram a menor atenção por parte do governo que, parece, visou proteger algumas grandes fábricas do Rio, as quais trabalham com capital estrangeiro, enquanto a indústria rio grandense, com capital puramente nacional, não foi julgada digna de apreciação, nem tampouco as outras fábricas menores, nossos fregueses (de fumo em folha beneficiado)". E mais: "pela qualidade dos nossos produtos, que sempre continuamos a zelar, temos a convicção plena de que eles predominarão no mercado (regional), a despeito da nova concorrência do truste norte-americano-inglês, que dizem vai construir aqui (Porto Alegre) uma fábrica de cigarros" (26). Tratava-se de uma doce ilusão.

Se é certo que o desenvolvimento dos mercados para artigos de tabaco nos principais centros urbanos do país permitiu uma expansão limitada das vendas de charutos baianos no mercado interno, pelo menos até os anos 1930, é certo também que as empresas baianas do ramo não conseguiram tirar proveito da expansão do segmento mais dinâmico da nova demanda - o consumo de cigarros. Tal fato repercutiu negativamente sobre as possibilidades de crescimento da fumicultura baiana, que teve pouco ou nenhum estímulo para produzir os fumos "leves" procurados em quantidades crescentes pelas fábricas do ramo instaladas nas maiores cidades brasileiras.

A Souza Cruz (o truste) implantou em Salvador uma fábrica de cigarros por volta da metade da década de 1920. Contudo, não se preocupou em desenvolver a produção de fumos "leves" no Recôncavo Baiano. É necessário lembrar que a penetra

ção da British-American Tobacco no Brasil, diferentemente do que ocorreu na implantação das firmas alemãs na Bahia do século XIX, guiou-se por um plano estratégico, cujo objetivo era o controle da totalidade do mercado nacional de artigos de fumo. Não interessou ao truste o desenvolvimento do cultivo da folha em todas as regiões fumageiras do país. Ao contrário, interessou ao truste a concentração de seus investimentos apenas em regiões agrícolas que podiam, graças à determinadas vantagens relativas (como, por exemplo, maior produtividade e proximidade do eixo Rio-São Paulo), suprir com matéria-prima barata e de qualidade suas fábricas - estas, sim, distribuídas entre os principais centros consumidores do país. Foi com essa estratégia que a fábrica do truste em Salvador, importando do sul a maior parte dos seus insumos, pôde, em alguns anos, expulsar do mercado regional de cigarros todas as empresas baianas que produziam este artigo (algumas desde o século XIX), sem intervir ao mesmo tempo sobre a fumiicultura da Bahia. Ela continuou, durante o século XX, especializada em fumos "fortes" ou "escuros", destinados à elaboração de charutos, basicamente, e apenas marginalmente à produção de cigarros.

3. A Formação do Truste Mundial do Fumo e sua Penetração no Brasil

Entre as duas últimas décadas do século XIX e os primeiros anos do século XX ocorreu um vigoroso movimento de concentração e centralização do capital na indústria do fumo dos países centrais. Tratou-se, evidentemente, de um caso particular do processo mais geral de concentração da produção e de formação dos monopólios capitalistas, que levou à constituição de trustes e cartéis nos principais ramos da indústria mundial no período posterior à crise internacional de 1873.

No caso da indústria do fumo, o processo de concentração da produção avançou inicialmente com mais intensidade nos Estados Unidos. Neste país, o progresso técnico na elaboração de artigos de fumo, a partir dos anos 1880, levou à transfor-

mação da produção manufatureira em produção fabril no ramo fumageiro ainda na segunda metade do século XIX.

"A indústria de cigarros nasceu nos Estados Unidos por volta dos anos 60 do século XIX. De início, todo o trabalho era manual; um operário especializado não podia confeccionar mais de 3.000 cigarros em cada dia de trabalho de 10 horas. Em 1876, os gastos com salários ascendiam a 96,4 centavos por cada 1.000 cigarros de uma determinada marca. Uma empresa ofereceu então um prêmio de 75.000 dólares pela invenção de uma máquina de fabricar cigarros. Em 1881 Bonsack apresentou uma máquina racional que produzia 200 a 220 cigarros por minuto e reduzia os gastos com salários de 96,4 a 2 centavos por cada 1.000 cigarros. Apenas uma dessas máquinas podia produzir todos os cigarros fabricados à mão nos Estados Unidos durante 1875" (27).

A fabricação de cigarros com a utilização de máquinas e o aparecimento (ou a difusão) de novas técnicas na fumicultura e no beneficiamento da folha - a secagem em estufas, por exemplo -, permitiram a expansão do tabagismo numa escala até então nunca vista, pois garantiram um enorme barateamento dos artigos manufaturados de fumo. Com efeito, a introdução de fertilizantes, fungicidas e coberturas protetoras nas plantações de tabaco, elevou os níveis de produtividade física na fumicultura; a secagem do fumo em estufas implicou na redução das perdas no processo de beneficiamento e, além disso, o incremento da produção de cigarros permitiu um aproveitamento maior da matéria-prima básica com a utilização, sob a forma de fumo moído, de talos e folhas estragadas no beneficiamento.

Nos Estados Unidos, as novas técnicas de produção, que implicaram numa brutal redução dos custos na elaboração de artigos de tabaco, possibilitaram a ampliação das margens de lucro de grandes empresas do ramo fumageiro. Ampliando as margens de lucro, potencializaram a acumulação do capital nestas grandes empresas, que, em poucos anos, acabaram eliminando do mercado americano os estabelecimentos tipicamente manufatureiros. Com a eliminação das manufaturas, a concorrência passou a se dar entre as empresas que controlavam a produção fabril. Em 1890, parte destas empresas de maior porte uniu-se na American

Tobacco Co. , com sede em New York. A American Tobacco deu origem, pouco tempo mais tarde, ao truste Consolidated Tobacco Co., monopólio que passou a centralizar praticamente todos os segmentos da indústria fumageira americana (28).

A formação do truste do tabaco nos Estados Unidos acelerou ainda mais o progresso técnico na indústria americana do fumo.

"O truste do tabaco, desde o próprio momento da sua fundação, consagrou inteiramente os seus esforços a substituir em todo o lado, e em grande escala, o trabalho manual pelo trabalho mecânico. Com este objetivo adquiriu todas as patentes que tivessem qualquer relação com a elaboração do tabaco, investindo nisso somas enormes. Muitas patentes foram, a princípio, inutilizáveis, e tiveram que ser modificadas pelos engenheiros que se encontravam a serviço do truste. Em fins de 1906 foram constituídas duas sociedades filiais com o único objetivo de adquirir patentes. Com este mesmo fim, o truste montou as suas próprias fundições, as suas fábricas de maquinaria e as suas oficinas de reparação. Um dos referidos estabelecimentos, o de Brooklyn, dá trabalho, em média, a 300 operários; nele se experimentam e se aperfeiçoam os inventos relacionados com a produção de cigarros, rapé, papel de estanho para as embalagens, caixas, etc." (29).

Segundo Silza Fraga Borba, a "Consolidated Tobacco" foi forçada a desaparecer com as leis anti-truste do início do século nos EUA e, em seu lugar, surgiu uma nova American Tobacco Co., empresa que graças à sua enorme superioridade técnica e financeira expandiu-se internacionalmente, absorvendo ou destruindo a indústria fumageira mais atrasada de países como Cuba ou Argentina. Na Inglaterra e em outros países, a nova American Tobacco encontrou forte resistência por parte dos capitalistas ingleses do ramo fumageiro, organizados em torno da Imperial Tobacco Company. Contudo, a Imperial acabou capitulando por volta de 1906, unindo-se à American Tobacco e participando assim da formação do truste internacional British-American Tobacco (30).

Em 1914, a British-American Tobacco comprou a empresa Souza Cruz que produzia cigarros no Rio de Janeiro. No início

dos anos 1920, instalou-se no Rio Grande do Sul com a Cia. Brasileira de Fumo em Folha, empresa que passou a fornecer o fumo beneficiado para a fábrica do Distrito Federal. Ainda nos anos 1920, construiu fábricas em Salvador e Porto Alegre e, ampliando ainda mais seus negócios, absorveu, aparentemente, outras empresas produtoras de cigarros no Rio de Janeiro e em São Paulo (inclusive a Leite & Alves paulista). Em alguns anos, a British-American Tobacco (Souza Cruz) tornou-se a principal empresa da indústria do fumo no Brasil, praticamente monopolizando a produção nacional de cigarros (31).

Lembra Ana Célia Castro que:

"... os investimentos estrangeiros no Brasil entre 1860 e 1902 estão intimamente vinculados à economia exportadora nacional, sejam eles destinados a empréstimos ao governo, investimentos em ferrovias, estabelecimento de companhias de navegação e de seguros, de bancos e casas importadoras. Todas essas formas de exportação de capital, conectadas à circulação internacional de mercadorias, fazem parte do primeiro ciclo de internacionalização do capital, que se acentua a partir de 1870" (32).

Foi exatamente no bojo desse primeiro ciclo de internacionalização do capital que surgiram, na Bahia, as grandes manufaturas de charutos, frequentemente sob controle direto ou indireto do capital alemão. Já a penetração do truste anglo-americano no Brasil, com o aparecimento das primeiras fábricas no ramo fumageiro da indústria brasileira, deu-se no contexto de outro ciclo de internacionalização do capital. Um segundo ciclo aberto no início do século XX, em "plena fase de competição interimperialista", que se caracterizou pela exportação da produção industrial realizada por grandes cartéis internacionais, antepassados diretos das "multinacionais" da segunda metade do século. Com este segundo ciclo, expandiu-se no Brasil "o moderno setor de bens de consumo não duráveis" via implantação de fábricas de vários produtos, inclusive cigarros, por empresas organizadas já sob a forma de sociedades anônimas e subordinadas aos monopólios estrangeiros que penetraram no país a partir dos anos 1900-1920, como a British-American Tobacco ou a Cia. Générale des Tabacs (33).

A penetração do truste anglo-americano na indústria do fumo brasileira não se deu sem resistência por parte do capital alemão já instalado neste ramo. Ocorreu no Brasil uma batalha particular da guerra de concorrência então travada pelos capitais anglo-americanos e alemães no mercado mundial do tabaco.

"Vários relatórios dos consulados alemães no Brasil foram remetidos para a Alemanha, descrevendo a situação (penetração do truste) e procurando fórmulas de apoio... A concorrência existente entre as firmas alemãs no Brasil era, no momento, inadequada, pois favorecia os objetivos do inimigo... Comportando-se desta maneira, facilitavam ao grupo inglês agir segundo a divisa 'divide et impera'..."

Assim, iniciaram...

"... os dirigentes do grupo financeiro britânico (...), após terem contactado e conduzido a efeito o truste de charutos na Argentina, negociações com as firmas Dannemann, Suerdieck, Stender e Poock, não encontrando um clima simpaticante" (34).

A resposta imediata do capital alemão às pressões do truste foi a realização de algumas fusões de empresas de origem germânica já existentes na Bahia e no Rio Grande do Sul. Contudo, diante da enorme vantagem técnica e financeira do truste, os alemães, ou seus descendentes, acabariam sendo derrotados.

4. As Manufaturas do Fumo na Indústria Baiana

Na primeira seção deste capítulo, afirmou-se que a Bahia não conheceu, até a segunda metade do século XX, um intenso processo de expansão industrial. Afirmou-se também que, apesar disso, um reduzido número de indústrias implantou-se no Estado nas décadas anteriores a 1950.

Na maior parte dos casos, essas indústrias estavam vinculadas diretamente à agricultura regional de exportação; seus

principais insumos eram o algodão, a cana-de-açúcar e o tabaco. Produziam geralmente bens destinados ao consumo final, vendidos na maioria das vezes no mercado regional, mas também nos mercados nacional (tecidos) e externo (charutos). A expansão isolada de um ramo desse "parque industrial" implicava em efeitos multiplicadores mínimos sobre o conjunto da indústria baiana. Em outras palavras, tratava-se de um "parque" não articulado, "pobre em mecanismos interativos no processo de crescimento industrial" (35).

Também na primeira seção deste capítulo, afirmou-se que as condições desfavoráveis que marcaram a gênese da indústria baiana - pequena difusão do trabalho assalariado no campo, debilidade das atividades agroexportadoras, fragilidade do sistema bancário, etc - foram responsáveis pela "fossilização" de uma estrutura "industrial" caracterizada pela predominância do artesanato.

Nas primeiras décadas do século XX, escapavam dessa condição quase que somente as empresas de três setores da indústria baiana: usinagem de açúcar, fabricação de tecidos e manufatura de charutos, cigarrilhas e outros artigos de fumo. Setores que produziam também para mercados externos à região e que puderam conhecer algum crescimento em decorrência da proximidade de fontes regionais para suas principais matérias-primas.

Abstraindo-se as usinas de açúcar atingidas pela crise, pode-se dizer que no início do século eram realmente importantes na indústria baiana apenas os ramos têxtil e fumageiro (incluídos os "armazéns" de beneficiamento da folha). Cerca de 48 estabelecimentos do ramo fumageiro e cerca de 14 estabelecimentos do ramo têxtil concentravam, em 1920, segundo o Censo Industrial, 68,1% do valor da produção da indústria do Estado e 75,0% do capital empregado na indústria baiana (tabela V).

O ramo têxtil na Bahia era constituído por fábricas e o ramo fumageiro basicamente por manufaturas. O primeiro empre

Tabela V

Participação Percentual dos Ramos "Têxtil" e "Fumo" na Indústria Baiana em 1920, 1940 e 1950: Valor da Produção (VP), Operários Ocupados (OP) e Força Motriz Instalada (FM)

Anos	Ramo	Estabelecimentos (N ^o)	VP(%)	OP(%)	FM(%)
1920	Fumo	48	29,7	41,6	3,9
	Têxtil	14	38,4	38,0	73,3
1940	Fumo	42	11,8	23,4	
	Têxtil	75	16,9	23,9	
1950	Fumo	47	8,0	10,3	1,0
	Têxtil	45	13,5	16,1	27,8

Fonte: Censos Industriais

gava, ainda segundo o Censo de 1920, 5.624 operários, ou seja, 38% dos trabalhadores da indústria na Bahia e concentrava cerca de 73,3% da força motriz (HP) instalada no parque industrial do Estado. O segundo absorvia 6.158 operários, isto é, 41,6% da força de trabalho da indústria baiana, concentrando apenas 3,9% da força motriz ali instalada.

Esses dois setores industriais foram implantados no Estado com as mesmas bases tecnológicas então predominantes internacionalmente nos respectivos ramos de indústria. Ocorreu que na época do surgimento da indústria têxtil baiana a produção de tecidos já se havia mecanizado em escala internacional, e as empresas instaladas na Bahia puderam contar, desde o início, com máquinas e equipamentos para a produção de fios e tecidos disponíveis no mercado mundial. Já no caso do ramo fumageiro, a implantação das empresas baianas ocorreu num período em que ainda não se havia mecanizado a indústria do fumo nos países centrais (a maior parte das manufaturas baianas do ramo surgiram entre 1850 e 1890). Assim, quando a produção de charu

tos começou a ser desenvolvida em larga escala no Recôncavo, a partir de 1870, o padrão tecnológico existente nas manufaturas baianas de fumo não era muito distinto do padrão vigente em outros centros charuteiros do mundo. Na indústria têxtil tratou-se de tecnologia já disseminada mundialmente, gerada no período concorrencial do capitalismo. No caso da produção de artigos de fumo, tratou-se de tecnologia desenvolvida apenas no período inicial de expansão do capitalismo monopolista. De fato, nos Estados Unidos, a invenção da primeira máquina de produção de cigarros passível de utilização industrial só ocorreu, de acordo com Mandel, no início dos anos 1880. A difusão internacional destas máquinas deu-se, aparentemente, entre as décadas de 1880 e 1920. Elas chegaram a Bahia no começo do século XX, mas só chegaram com a penetração do truste mundial do fumo no mercado baiano, pois o truste já controlava e comandava a difusão das novas tecnologias no ramo.

A indústria do fumo na Bahia nasceu e se consolidou como uma "etapa superior" (36) da fumicultura de exportação. As atividades principais dessa "indústria" nunca deixaram de ser o beneficiamento e o enfardamento do fumo em folha destinado ao mercado externo. Isso significa dizer que o comportamento das exportações de fumo determinava diretamente o crescimento ou o decréscimo de boa parte da atividade "industrial" realizada pelas empresas do ramo. Ou seja: o volume das exportações determinava de modo direto o ritmo de produção nos "armazéns".

Como as exportações de fumo em folha se mantiveram estabilizadas no decorrer da primeira metade do século XX, a atividade "industrial" realizada pelos armazéns de beneficiamento não conheceu grande crescimento durante o período. Isto não implica em dizer que o beneficiamento não tenha conhecido alguma expansão e que, no interior deste sub-setor da indústria baiana do fumo, não tenha ocorrido um processo relevante de concentração do capital e da produção. De qualquer modo, a existência de cerca de 29 estabelecimentos dedicados à "seca-gem, defumação e outras preparações do fumo em folha" em 1950,

ou seja, praticamente o mesmo número de estabelecimentos existentes em 1920 - cerca de 30 -, parece evidenciar uma relativa estagnação do setor de beneficiamento, onde a produção se concentrou com o aumento da escala média dos "armazéns", mas onde também não cresceu o número de unidades produtoras. (37).

A partir de 1870, com a multiplicação das manufaturas no ramo, a relação de dependência entre a atividade industrial e o comércio exportador do fumo em folha beneficiado não desapareceu. Coexistiam, muitas vezes, numa mesma empresa, as atividades de beneficiamento, exportação e manufatura. Nestes casos, cabia ao comerciante o controle dos negócios. O crescimento da produção manufaturada continuou dependendo das condições de oferta regional da sua principal matéria-prima. A fumicultura e o beneficiamento eram controlados pelo capital comercial. Além disso, a expansão do segmento manufatureiro continuou dependendo da evolução das condições gerais para a reprodução do capital no Recôncavo Fumageiro. A oferta de crédito e transporte, por exemplo, permanecia sendo determinada, fundamentalmente, pelos investimentos dirigidos pelo capital comercial de exportação-importação.

Manufaturas no sentido clássico, os estabelecimentos produtores de charutos, cigarrilhas e cigarros do Recôncavo puderam crescer graças à proximidade de fontes de matéria-prima de razoável qualidade, e à disponibilidade de uma considerável oferta de mão-de-obra barata na região. Estas vantagens permitiram o crescimento das vendas para outros Estados e para o exterior, pelo menos até os anos 1930, apesar da permanência do mesmo padrão tecnológico herdado de meados do século XIX, e a despeito do pequeno desenvolvimento da infraestrutura básica da economia regional (energia elétrica, transporte, crédito).

Como não existia um mercado regional em expansão, as manufaturas baianas do ramo tentaram ampliar suas vendas para outros Estados e para o exterior. Mas encontraram dificuldades crescentes para a realização de sua produção nos mercados

"externos" depois das primeiras décadas do século XX.

Desde o século passado, várias empresas do ramo localizadas em outros Estados como Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul produziam artigos de fumo para outros mercados que não os regionais. Roberto Simonsen, em 1939, lembrava que os cigarros cariocas eram consumidos "pelo Brasil afora" (38). As fábricas (ou manufaturas) localizadas em outros Estados tendiam a expulsar do mercado nacional a produção baiana. Elas contavam com níveis mais altos de produtividade no cultivo da folha e no beneficiamento, o que permitia obter a matéria-prima com custos mais baixos. Mecanizando-se mais rapidamente e contando com maiores "economias externas", podiam oferecer artigos bem mais baratos que os produzidos na Bahia. Além disso, a localização nas proximidades dos grandes centros urbanos do país implicava em menores despesas com o transporte do produto final, ao contrário do que ocorria com as manufaturas baianas que buscavam alcançar os mercados das regiões mais urbanizadas.

Conspirava ainda contra a penetração da indústria baiana de fumo no mercado nacional a existência de elevada tributação sobre o comércio interestadual de artigos de fumo. O relatório da Secretaria da Agricultura, Comércio e Indústria, da Bahia, em 1921, anunciava que a produção baiana de cigarros vinha perdendo terreno anteriormente conquistado em mercados como o gaúcho e o pernambucano. Ocorria, segundo o relatório, uma verdadeira "política protecionista" em cada Estado, política que bloqueava a expansão da produção de manufaturados da indústria baiana do fumo (39).

Pouco adiantou para as manufaturas baianas do ramo a queda das barreiras ao comércio interestadual na década de 1930. A essa altura, as empresas baianas que produziam cigarros já haviam sido praticamente eliminadas do mercado nacional, em função da concorrência exercida pelas "empresas do sul", isto é, pela Souza Cruz basicamente. Ao mesmo tempo, o consumo de charutos no mercado brasileiro que, aparentemente, havia alcançado o auge no início dos anos 1930 (vide tabela VI), já começava a cair em termos absolutos.

Tabela VI

Evolução da Produção Nacional de Charutos e Cigarros

Anos	Charutos (mil unidades)	Cigarros (mil maços)
1919	126.787	283.400
1920	93.467	314.604
1921	78.378	315.252
1922	154.574	308.971
•••••		
1925	166.071	428.347
•••••		
1931	245.461	404.103
•••••		
1936	209.549	622.828
•••••		
1941	202.173	878.337 ⁺
1942	208.936	973.626 ⁺
1943	216.032	1.175.288 ⁺

+ inclusive cigarrilhas

Fonte: Anuários Estatísticos do Brasil - 1936 e 1941-46

Aliás, a difusão do cigarro, com a correspondente decadência relativa do charuto, deve ser entendida como fruto da vitória das empresas "do sul", especialmente das fábricas do truste, na guerra de concorrência travada na primeira metade do século. Foi graças às campanhas de publicidade dos fabricantes de cigarros, à rápida ampliação de suas redes de distribuição deste produto e ao seu menor preço unitário, que o consumo deslocou-se no sentido do abandono do charuto.

Restava para a indústria baiana de artigos de fumo a possibilidade de aumentar sua presença no mercado mundial. Contudo, pelas mesmas razões que levaram à estagnação relativa das exportações baianas de fumo em folha, tal caminho não se mostraria menos problemático. Além da mudança dos padrões internacionais de consumo do tabaco, com a progressiva substituição do charuto pelo cigarro, a indústria baiana de fumo ainda enfrentaria a concorrência de outros centros charuteiros mundiais (Cuba, Bremen, New York, etc), e acabaria sofrendo os efeitos negativos sobre suas exportações de charutos - efeitos

econômicos e políticos - decorrentes das duas guerras mundiais e da grande crise de 1929.

Complicava ainda um pouco mais a situação das manufaturas baianas (na medida em que provocava o encarecimento dos charutos produzidos no Recôncavo e aumentava a vulnerabilidade desta produção diante das flutuações do comércio internacional) a dependência da atividade charuteira da região com relação às importações de fumos "nobres" para as "capas". Tanto para a elaboração destas, quanto para a feitura dos "capotes", eram importados fumos de qualidade superior do tipo "havana" ou dos tipos "java" e "sumatra". Apesar do surgimento da produção local de fumos nobres em plantações organizadas por empresas do ramo, as importações cresceram durante a primeira metade do século, sendo interrompidas apenas temporariamente por ocasião das duas grandes guerras.

Apesar de todas as barreiras, a indústria baiana do fumo, excluídas as empresas produtoras de cigarros, conseguiu se expandir razoavelmente pelo menos durante as décadas iniciais do século XX. Isso porque as manufaturas de fumo beneficiado ou charutos conseguiram compensar, até certo ponto, os entraves já apontados com as vantagens derivadas de sua localização numa zona fumageira que contava com boas condições naturais (e históricas) para o cultivo do tabaco. Especializando-se na produção de charutos de alta qualidade ou de fumo beneficiado para estes charutos, algumas grandes empresas conseguiram até mesmo aumentar sua participação nos mercados "externos" (caso da Suerdieck).

Em 1920, dos 48 estabelecimentos existentes no ramo fumageiro da indústria baiana, pelo menos 12 produziam charutos, pelo menos 4 produziam cigarros e cerca de 2 produziam cigarrihas (40).

No mesmo ano, destacavam-se entre as empresas do setor de manufatura de produtos finais as firmas Dannemann, Stender, Costa Ferreira & Penna, Vieira de Mello e Suerdieck - todas

produzindo principalmente ou exclusivamente charutos. Estas cinco firmas foram responsáveis, em 1920, por cerca de 90% da produção charuteira estadual. Na produção de cigarros, destacava-se a firma Leite & Alves, filial da empresa carioca de mesmo nome e instalada na Bahia desde 1856 (41).

Após 1920, a indústria baiana de fumo passou por um significativo processo de centralização e concentração do capital, com o desaparecimento de algumas firmas e a expansão acelerada de duas empresas: a Suerdieck nos segmentos de produção de charutos e fumo beneficiado e a Souza Cruz na produção de cigarros. Nos primeiros dois segmentos, os movimentos mais importantes de centralização do capital ocorreram com a fusão das firmas Stender e Dannemann em 1922, e com a absorção definitiva da Vieira de Mello pela Suerdieck em 1940. Já no segmento de produção de cigarros, a presença da fábrica do truste na Bahia, consolidada ainda nos anos 1920, acabou implicando no desaparecimento completo das firmas instaladas no Estado desde o século XIX (42).

A partir da década de 1930, com a maior diversificação da indústria baiana e com a redução das taxas de crescimento do seu ramo fumageiro, a indústria do fumo acabou perdendo a posição de relevo que ainda tinha em 1920 em relação ao conjunto do "parque industrial" do Estado. Em 1940, sua participação no valor da produção industrial da Bahia diminuía para cerca de 12% do total. Sua participação no número de operários empregados pela indústria baiana caía para cerca de 23%, sem que tivesse ocorrido mecanização generalizada no ramo.

Realmente, a permanência do padrão tecnológico herdado do século XIX foi confirmada, no início dos anos 1940, por Stefan Zweig, que após visitar a Bahia, descreveu assim as manufaturas de charutos instaladas no Recôncavo:

"Também seu irmão (do açúcar) mais escuro, o fumo, mostrou-se mais conservador do que eu suponha. Em Cachoeira, a velha cidade histórica e na qual várias casas ainda têm seteiras para defesa contra os índios, existem as maiores e mais afamadas

fábricas de charutos do país. Como velho devoto de Santa Nicotina tinha eu nessa cidade que agradeo o prazer que me haviam dado muitos charutos deliciosos e, consciente da minha culpa, em silêncio queria calcular quantas dessas plantações com milhares e milhares de folhas eu, em todos os anos do meu vício, havia transformado em fumaça. Escolher é sempre difícil, e por isso visitei todas as três fábricas. Mas, "fábricas" é no caso uma palavra hiperbólica. Eu receara encontrar só possantes máquinas de aço que recebessem numa de suas extremidades as folhas de fumo dispostas em camadas e fornecessem pela outra os charutos prontos, encapados, com cinta e talvez mesmo já arrumados nas caixas. Fábricas como esta sempre me dão a impressão de estar vendo grandes autômatos e não um verdadeiro processo de transformação. Mas nada disso existe nas de Cachoeira. No Brasil, o fabrico de charutos também não é mecanizado. Todo charuto nesse país é feito a mão, ou melhor, na feitura de cada um trabalham quarenta ou oitenta mãos hábeis. E podemos - o que para todo fumante é uma surpresa -, observando a sucessiva transformação, perceber admirados quanto trabalho se oculta sob a fina capa de um charuto. Centenas de moças morenas acham-se sentadas nas salas das fábricas uma ao lado da outra e cada grupo delas exerce uma atividade diferente. Percorrendo essas salas, podemos assistir à evolução inteira de um charuto. Na primeira sala vemos como o fumo chega da plantação, em grandes folhas já secas, que exalam um cheiro forte, penetrante. Após a primeira escolha, feita por mulheres, sentadas entre montões de folhas de fumo, são retirados os talos. Só depois começa o enrolamento das folhas para formarem os charutos. Outro grupo de operários corta com facas os charutos de acordo com uma medida. Mas por enquanto os charutos estão nus, falta-lhes ainda a capa, que lhes vai dar forma e sabor... Revestido afinal o charuto da capa, outra operária tem que fazer a ponta, outros dedos morenos colocam-lhe a cinta e ainda outros o selo... Só então são os charutos envolvidos em celofane e colocados nas caixas, que recebem uma marca feita a fogo" (43).

A presença do ramo "fumo" na indústria baiana decresceu consideravelmente entre 1940 e 1950. Neste último ano, o valor da produção do ramo representava, de acordo com o censo industrial, apenas 8% do total da indústria estadual e o número de operários (3.940) apenas 10,3%. No mesmo ano, o capital aplicado no ramo fumageiro não representava mais que 2,1% do capital aplicado em toda a indústria baiana (44).

5. Suerdieck: 1914-1942

No início da década de 1910, a manufatura Suerdieck empregava cerca de duas centenas de operários. Crescendo rapidamente, produziu, em 1914, pouco menos de cinco milhões de charutos. A firma comercial Suerdieck também cresceu, comercializando fumo em folha preparado por conta própria, ou exportando o tabaco enfardado por pequenos armazéns, que repassavam para a empresa instalada por imigrantes alemães o produto adquirido dos pequenos agricultores da região. Em 1914, a Suerdieck comercial exportou cerca de 2.500 toneladas da folha. No mesmo ano, as duas firmas implantadas pela família Suerdieck foram reunidas numa única empresa, sob o nome "Suerdieck & Cia." (45).

Os negócios, que cresceram em ritmo acelerado até 1914, viram-se subitamente bloqueados com o começo da primeira guerra mundial. Como a maior parcela da produção de fumo beneficiado e de charutos era destinada ao mercado externo, sobretudo ao mercado alemão, a desarticulação do comércio internacional afetou intensa e negativamente a vida da empresa. Além disso, a importação de folhas de melhor qualidade, indispensáveis para a elaboração das "capas" e "capotes" dos charutos exportados, foi interrompida com a guerra naval no Atlântico, pois estas folhas eram produzidas nas Índias Holandesas e chegavam à Bahia via Holanda.

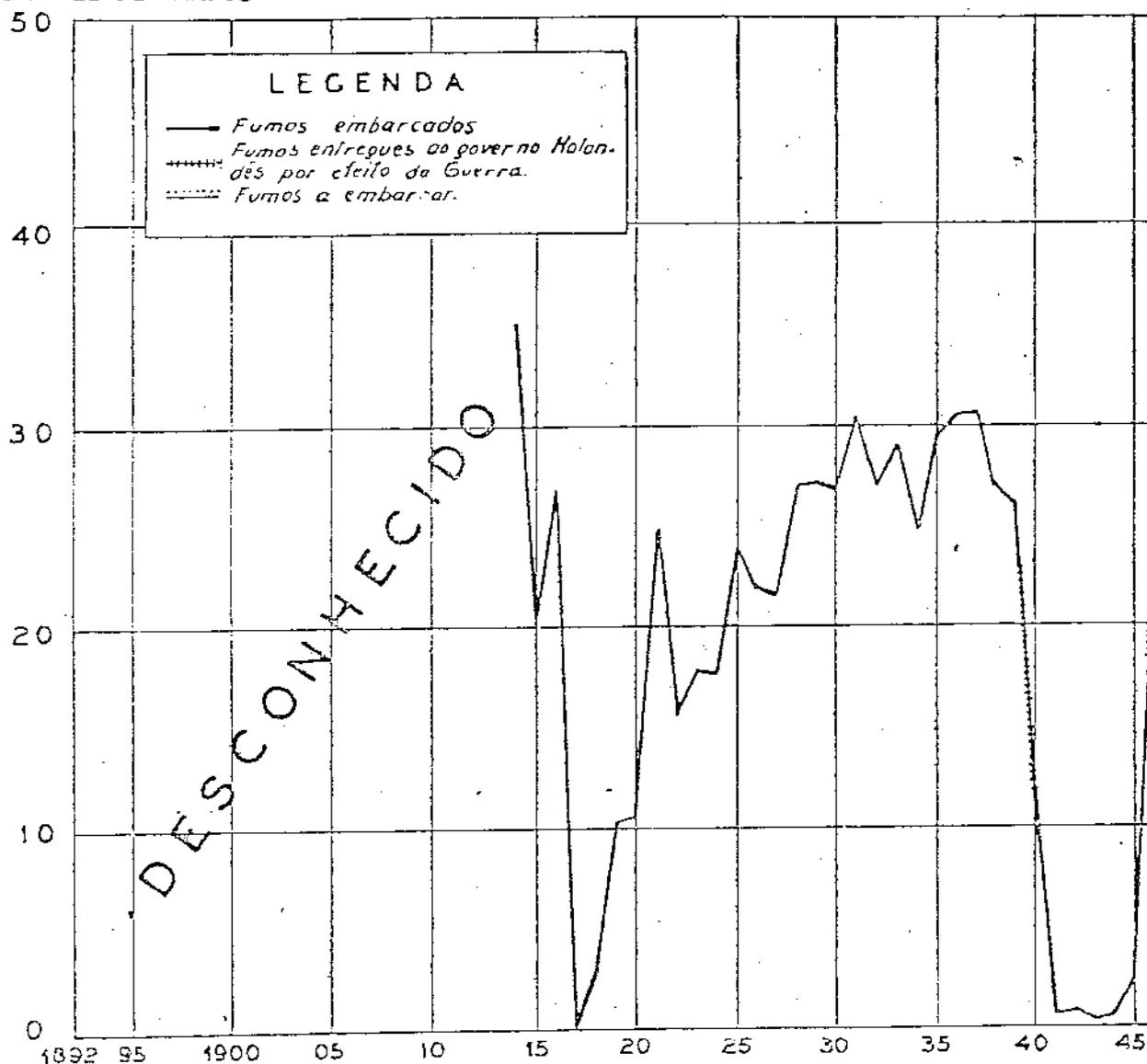
A Suerdieck passou a se abastecer de fumo "capeiro" em New York, mas a produção de charutos, que ainda se expandiu entre 1914 e 1916, acabou sendo paralisada parcialmente em 1917 por falta de matéria-prima. Também em 1917, ainda por causa da guerra, foram suspensas as exportações de fumo em folha (vide gráfico I).

Com o término do conflito, resolvido o problema do suprimento de matéria-prima e reaberto o mercado europeu para os charutos baianos, os negócios da firma voltaram a crescer. A produção de charutos saltou de cerca de 5 milhões de unidades em meados da década de 1910 para mais de 25 milhões por volta

Gráfico I

ESTATÍSTICA DA EXPORTAÇÃO DE FUMO SUERDIECK & C^{IA}

MILHARES DE FARDOS



Fonte: Documentos da empresa Suerdieck. Suerdieck: 1892-1946.
Salvador, 1946.

de 1930; as exportações de fumo beneficiado embora estabilizadas mantiveram-se num patamar alto, entre 1.500 a 2.000 toneladas anuais, de 1920 a meados dos anos 1930 (gráficos I e II).

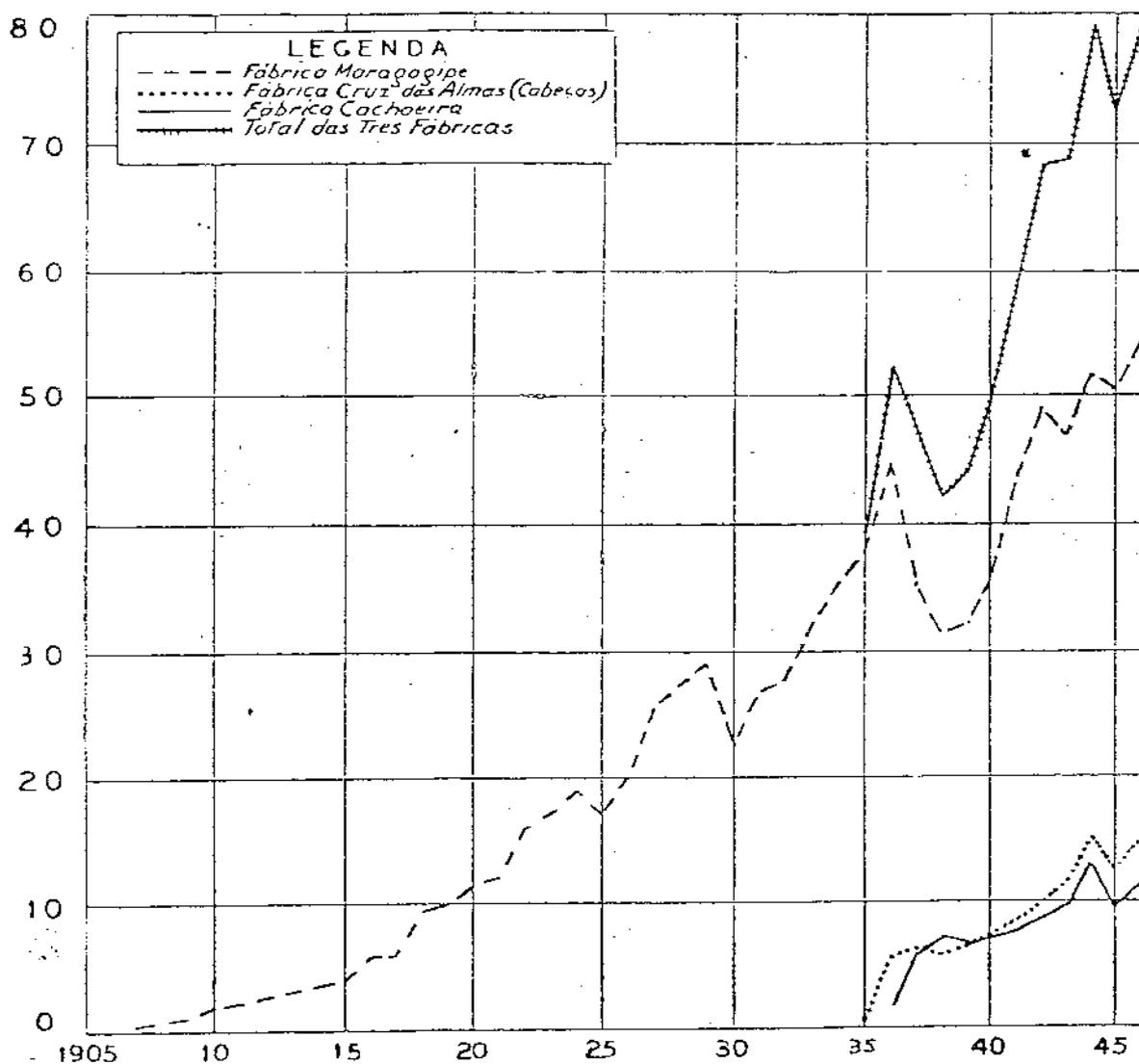
"Nos anos subsequentes (após 1918) com uma organização capaz, (a firma) conseguiu desenvolver,

Gráfico II

ESTATÍSTICA DA PRODUÇÃO DE CHARUTOS SUERDIECK & CIA

MILHÕES

1905/46



Fonte: Documentos da empresa Suerdieck. Suerdieck: 1892-1946. Salvador, 1946.

de modo eficiente, os seus negócios. A exportação de fumo que por efeito da guerra tinha sido suspensa, com a volta do mundo ao seu estado de paz, atingiu um volume razoável, reação natural causada pela falta completa dos fumos Suerdieck nos mercados consumidores, equilibrando-se finalmente nos anos seguintes. E a produção de charutos que, durante os anos de guerra vinha se mantendo limitada, tomou novo impulso, com o aumento progressivo do seu consumo" (46).

Em 1928, a Suerdieck arrendou os estabelecimentos da firma Vieira de Mello (produtora de charutos), em Maragogipe, Recôncavo Baiano. Eles seriam comprados pela empresa doze anos mais tarde. No início dos anos 1930, a firma também construiu (em "cimento armado") a unidade manufatureira de Maragogipe, desde então seu principal estabelecimento charuteiro.

"Com as suas instalações modernizadas e ampliadas e, conseqüentemente, com maior capacidade produtiva, a estatística de produção elevou-se quase verticalmente" (47).

Em novembro de 1935, a Suerdieck inaugurou um novo estabelecimento manufatureiro em Cruz das Almas, cidade onde até aquele ano só existiam armazéns de enfiamento da empresa. Este novo estabelecimento charuteiro iniciou a produção com 50 operários, que passaram a 500 em uma década. Outra manufatura foi inaugurada em Cachoeira, no ano de 1936, com pequena quantidade de trabalhadores.

Iniciada a segunda guerra mundial, os problemas já vividos em 1914-18 voltaram a aparecer, só que agravados sensivelmente pela maior dimensão do conflito e pelo surgimento de um novo fator: a pressão do movimento anti-fascista na Bahia sobre os alemães, proprietários e técnicos da empresa.

"As dificuldades surgidas com a guerra acentuaram-se principalmente no que se referia a embarques, os quais devido à falta de transportes, não podiam ser efetuados regularmente, trazendo conseqüências desastrosas e permitindo que novas marcas dominassem os mercados onde os nossos produtos costumavam ter a preferência. Os preços dos materiais elevaram-se assustadoramente e o que mais sérios embaraços trouxe à firma foi a elevação inexplicável do custo da matéria prima nacional" (48).

Nas manufaturas de charutos, os "charuteiros" passaram a exigir a demissão dos administradores alemães, especialmente dos que eram identificados como nazistas.

"... no intuito de isolar a firma de qualquer tendência política, o sócio chefe da firma,

Sr. Gehard Meyer Suerdieck, convidou o Sr. Karl Horn, em 1939, a retirar-se da nossa organização...

"... permaneciam porém (...) os empregados de nacionalidade estrangeira, os quais continuaram mantendo os nossos operários em estado de agitação..." (49).

A situação se complicou para os capitalistas alemães com o torpedeamento de navios brasileiros no litoral da Bahia em 1942.

"Na mesma noite de 17 de agosto de 1942, o povo, em grande exaltação pedia, pelas ruas, vingança contra os traidores, contra os 'quinta colunas', contra os integralistas. Até com exageros a que não faltaram depredações em casas comerciais ou residências de pessoas apenas suspeitas de serem de nacionalidade alemã.

"De outros municípios chegavam informações do mesmo nível. Em São Félix, tradicional concentração de alemães ligados a negócios de fumo, ocorriam várias prisões e o povo invadia o clube da colônia, reduzindo a escombros as suas instalações" (50).

Ao agravamento da situação política, a firma Suerdieck respondeu com sua "auto-nacionalização" apressada:

"Alemães da Bahia, fossem eles declaradamente adeptos do nazismo (e havia vários) ou simplesmente alemães, alguns saídos da pátria justamente para escapar a Hitler, todos eram vistos em pé de igualdade. Alguns, como os do Banco Alemão Transatlântico ou da centenária Westphalem Bach, sofreram intervenção e tiveram seus negócios liquidados. Outros procuraram salvar-se como podiam. Suerdieck e Cia que, tradicionalmente fabricavam charutos de fama internacional, modificavam a composição da firma e anunciavam:

"Fazemos notar que os empregados de nacionalidade alemã - apenas técnicos e em número de 10, dentre cerca de 3.000 operários e funcionários que trabalhavam nas nossas organizações - conservados até então somente em obediência às leis do nosso país foram, entretanto, imediatamente demitidos dos seus cargos, em consequência das revoltantes ocorrências nos últimos dias verificadas, cumprindo, destarte, a nossa firma, como sempre, o seu dever para com o Brasil, contra seus agressores" (51).

A entrada do Brasil na guerra, ao lado dos aliados, inaugurou um novo período para o capital estrangeiro na Bahia, marcando o término da época de ouro da colônia alemã no Estado e o início da presença americana em grande escala. Com efeito, a colônia germânica jamais voltaria a se recuperar dos choques político-econômicos do intervalo 1939-45. Sua presença diminuiu significativamente no após-guerra. As firmas do ramo fumageiro instaladas por alemães entre a segunda metade do século passado e o começo do século XX sobreviveriam ainda por algum tempo, mas seus laços com o capital comercial e financeiro alemão tornar-se-iam mais débeis.

Dez anos depois das primeiras ações dos submarinos germânicos na costa nordestina, os prejuízos da indústria do fumo regional, provocados pelos fatos ocorridos a partir de 1939-42, ainda eram lamentados na imprensa baiana:

"Todo o Brasil sabe, visto que provocou um quase clamor público, das injustiças praticadas contra essa empresa (Dannemann?), através de intervenções verdadeiramente calamitosas, como presa de guerra, vítima de um jacobinismo estreito, quando se tratava de uma organização genuinamente brasileira, criada e alentada no Brasil, de vintém a vintém, sem a menor parcela de dinheiro estrangeiro, e trabalhada por uma maioria de cidadãos brasileiros. Pois bem, uma indústria assim tão brasileira quanto as que mais o fossem, teve o tratamento de inimiga da pátria, foi ocupada sem restrições e castigada sem dó nem piedade, redundando em prejuízo para a economia do país e desemprego de milhares de famílias nossas" (52).

Sobrevivendo às pressões políticas agravadas no intervalo 1939-42, a Suerdieck teve que enfrentar as restrições colocadas no plano econômico pelo conflito, que impediam seu acesso ao mercado exterior. A solução encontrada pela firma foi a de dirigir esforços para o aumento das vendas no mercado nacional. E, desse modo, a empresa conseguiu efetivamente sustentar o crescimento de sua produção charuteira, ao mesmo tempo em que entravam em colapso suas exportações de fumo em folha. Em 1941, para reduzir as dificuldades provocadas pela impossibilidade da importação regular de fumo para as "capas", a empresa adquiriu um frigorífico, no qual passou a acumular por mais tempo estoques

de folhas "nobres" dificilmente disponíveis no mercado mundial em razão da interrupção do comércio internacional desta matéria-prima. Em 1943, fundou no Rio de Janeiro a "Distribuidora de Charutos Suerdieck Ltda.". Em 1945, criou em Santa Catarina uma empresa para fornecer madeira para as caixas de charutos. Na Bahia, comprou em 1944 mais um armazém de fumo e, em 1945, um trapiche "... passando assim a explorar também o ramo de armazenagem" (53).

6. Mudanças na Distribuição Regional da Indústria Brasileira do Fumo: 1920-1950

Em 1920, a indústria brasileira do fumo estava concentrada basicamente no Distrito Federal e em três Estados: Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul. Na Bahia, existiam 48 estabelecimentos que ocupavam pouco mais de 6.000 operários e respondiam por cerca de 20% do valor da produção nacional do ramo. Em São Paulo, 56 estabelecimentos ocupavam quase 1.300 operários e geravam cerca de 15% do valor da produção. No Rio Grande do Sul, existiam 47 estabelecimentos que ocupavam pouco menos de 1.000 operários e respondiam por aproximadamente 6% do valor produzido. E finalmente, no Distrito Federal, pouco menos de 2.500 operários, empregados por cerca de 40 estabelecimentos, produziam 41% do valor (tabela VII).

Entre 1920 e 1950, a indústria brasileira do fumo conheceu mudanças significativas na sua estrutura técnico-econômica e em sua distribuição regional. A concentração do crescimento urbano no Rio de Janeiro e em São Paulo e a penetração do truste mundial do fumo no Brasil levaram ao aparecimento de grandes fábricas no eixo carioca-paulista. Para o abastecimento dessas fábricas, expandiu-se a fumicultura e o beneficiamento do fumo em folha no Rio Grande do Sul e, mais tarde, em Santa Catarina. A difusão do consumo de cigarros, em detrimento do consumo de charutos, beneficiou as regiões produtoras de fumos "louros" - localizadas, principalmente, no sul do país - e prejudicou, sobretudo, a fumicultura do Recôncavo, especializada

Tabela VII

Brasil: Distribuição Regional da Indústria do Fumo: 1920 e 1950

Estados e Distrito Federal	estabelecimentos (nº)		operários ocupados (nº)		operários ocupados por estabelecimento		valor da produção (1.000 cruzeiros)		VP estado/BR	
	1920	1950	1920	1950	1920	1950	1920	1950	1920	1950
BA	48	47	6.158	3.940	128,3	83,8	21.356	112.724	20,0	7,6
DF	40	10	2.355	2.352	58,9	235,2	43.626	294.223	40,9	20,0
SP	56	17	1.271	3.078	22,7	181,1	15.679	473.085	14,7	32,1
RS	47	87	931	2.759	19,8	31,7	6.490	391.465	6,1	26,5
Outros	45	91	3.795	2.248	84,3	24,7	19.596	203.052	18,3	13,8
Brasil	236	252	14.510	14.377	61,5	57,0	106.747	1.474.549	100,0	100,0

Fontes: 1920 - Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio - Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil - Indústria - 1920. Rio de Janeiro, DGE, 1927.

1950 - IBGE. Censo Industrial.

em fumos "escuros" para charutos. A pressão da concorrência exercida pelo truste, a partir da instalação de suas empresas nos mais importantes centros urbanos do país (inclusive Salvador e Porto Alegre), levou certas firmas do ramo à fusão, como forma de resistência, e provocou o desaparecimento de outras, sendo que o próprio truste absorveu algumas das antigas empresas brasileiras produtoras de artigos de fumo.

No Distrito Federal, cabeça-de-ponte do truste, o número de estabelecimentos caiu de 40, em 1920, para 10, em 1950. Já o número de operários praticamente não se alterou no período, evidenciando o aumento do tamanho médio das unidades de produção. A indústria do fumo da capital do país, composta em boa parte por estabelecimentos produtores de bens finais, sustentou-se não só no crescimento do mercado do Rio de Janeiro, mas também na exportação interestadual de cigarros. Por isso, em 1950, a indústria do fumo do Distrito Federal ainda respondeu por cerca de 20% do valor da produção nacional do ramo.

A concentração da produção também ocorreu intensamente em São Paulo. Neste Estado, o número de estabelecimentos caiu de 56 em 1920 para 17 em 1950, enquanto o número de operários ocupados pelo ramo fumageiro mais que dobrou durante o mesmo intervalo. Em 1950, a produtividade da indústria paulista do fumo já superava a produtividade das outras indústrias estaduais, graças ao aumento da escala média de seus estabelecimentos e à mecanização mais rápida de suas linhas de produção. Segundo Wilson Cano, admitindo-se "o índice 100 para a produtividade média do resto do país, para cada ramo industrial em 1949, São Paulo atingia... 191 em fumo..." (54). Devido em grande parte ao crescimento dos mercados urbanos de sua região, passou a indústria paulista do fumo a responder por 32,1% do valor da produção nacional do ramo, em 1950.

No Rio Grande do Sul, o número de estabelecimentos cresceu de 47 para 87 entre 1920 e 1950, e o número de operários de 931 para 2.759 no mesmo intervalo. Neste Estado multiplicaram-se fundamentalmente as unidades de beneficiamento do fumo em folha produzido na região. Por causa da ampliação do beneficiamento,

o Rio Grande do Sul participou, em 1950, com 26,5% do valor da produção da indústria brasileira do fumo.

Na Bahia, o número de estabelecimentos manteve-se praticamente inalterado: 48 em 1920, 47 em 1950. No entanto, em função da crise do ramo fumageiro baiano no pós-guerra, o número de operários caiu de 6.158, em 1920, para 3.940 trinta anos mais tarde.

"... no decorrer dos anos 40, o volume da mão de obra empregada pela indústria de transformação na Bahia manteve-se praticamente estagnado, chegando mesmo, ao final do período, a registrar um decréscimo de pouco mais de 1%.

"Isso se deveu à redução do nível de emprego na indústria têxtil (menos 30%) e na de fumo (menos 54%). Ambas somaram uma perda de 16 mil empregados" (55).

Como resultado do avanço da industrialização do cigarro e da decadência do consumo de charutos, caiu a participação da indústria baiana de fumo no valor da produção nacional do ramo: de 20,0% para 7,6%, entre 1920 e 1950.

Referências Bibliográficas

1. BORBA, Silza Fraga Costa. Industrialização e exportação do Tomo na Bahia: 1870-1930. Dissertação de mestrado. Salvador, Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA, 1975, anexo.
2. BAHIA. Fundação Centro de Pesquisas e Estudos - CPE, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. A inserção da Bahia na evolução nacional - 2^a etapa: 1890-1930. Salvador, 1980, pp. 121-125.
3. BAHIA. Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo - Conder, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Estudos básicos para o projeto agropecuário do recôncavo. Tomo I. Salvador, Conder, 1974, p. 46.
4. BAHIA. Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo - Conder, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Op. cit., p. 46.
5. PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. 9^a edição. São Paulo, Editora Brasiliense, 1965, pp. 247-249.
6. BAHIA. Fundação Centro de Pesquisas e Estudos - CPE, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Op. cit., p. 77.
7. PRADO JÚNIOR, Caio. Op. cit., p. 248.
8. BAHIA. Fundação Centro de Pesquisas e Estudos - CPE, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Op. cit. p. 20.
9. BAHIA. Fundação Centro de Pesquisas e Estudos - CPE, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Op. cit. p. 88.
10. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978, p. 114.
11. CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo, Difusão Editorial S.A., 1977, p. 97.
12. SOUZA, Guaraci Aedeodato Alves de. Urbanização e fluxos migratórios para Salvador, in Bahia de Todos os Pobres. Petrópolis, Editora Vozes Ltda./CEBRAP, 1980, p. 104.
13. BAHIA. Fundação Centro de Pesquisas e Estudos - CPE, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Op. cit. p. 31.
14. BAHIA. Fundação Centro de Pesquisas e Estudos - CPE. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Op. cit. p. 118.
15. BAHIA. Fundação Centro de Pesquisas e Estudos - CPE. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Op. cit. p. 31.

16. LINS, Vieira. Uma economia em crise e a assistência do Banco da Bahia, in História do Banco da Bahia:1858-1958. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1969, p.228.
17. TAVARES, Luiz Henrique Dias. O problema da involução industrial da Bahia, Salvador, UFBA, 1966.
ARAÚJO, Luiz Coêlho de. A evolução industrial no Brasil e suas alternativas no período 1808-1950, in Revista Planejamento nº 2. Salvador, CPE, 1977.
18. AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli. Industrialização e incentivos fiscais na Bahia: uma tentativa de interpretação histórica. Dissertação de mestrado, Salvador, Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA, 1972, p. 35.
19. AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli. Op. cit., p. 39.
20. BAHIA. Fundação Centro de Pesquisas e Estudos - CPE, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Op. cit. p. 56.
21. BAHIA. Fundação Centro de Pesquisas e Estudos - CPE, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Op.cit. p. 54.
22. AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli. Op. cit., p. 35.
23. BAHIA. Instituto Bahiano do Fumo. Produção e comercialização do fumo no estado da Bahia. Salvador, IBF, 1968.
24. MARQUES, Antonio Nonato. Geografia do fumo na Bahia. Salvador, Centro de Estudos Ruralistas, s/d.
25. LIEDKE, Elida Rubini. Capitalismo e camponeses: relações entre indústria e agricultura na produção de fumo no Rio Grande do Sul. Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, 1977, pp. 36-39.
26. Apud LIEDKE, Elida Rubini. Op. cit., pp. 36-37.
27. MANDEL, Ernest. Tratado de Economía Marxista. México D.F., Ediciones Era, 1969, v.1, p. 128.
28. BORBA, Silza Fraga Costa. Op. cit., pp. 65-66.
29. Apud LENINE, V. I. O imperialismo fase superior do capitalismo, in Obras Escolhidas. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1979, t. 1, pp. 592-593.
30. BORBA, Silza Fraga Costa. Op. cit., pp. 65-66.
31. BORBA, Silza Fraga Costa. Op. cit., pp. 60-61.
32. CASTRO, Ana Célia. As empresas estrangeiras no Brasil: 1860-1913. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979, p. 29.
33. BORBA, Silza Fraga Costa. Op. cit., p. 52.
34. BORBA, Silza Fraga Costa. Op. cit., p. 59.

35. CASTRO, Antônio Barros de. A herança regional no desenvolvimento brasileiro, in 7 ensaios sobre a economia brasileira. 2^a edição. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1975, pp. 190-191.
36. CASTRO, Antônio Barros de. Op.cit., p. 188.
37. BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio - Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil - Indústria - 1920. Rio de Janeiro, DGE, 1927.
BRASIL. IBGE, Censo Industrial de 1950.
38. SIMONSEN, Roberto. Evolução industrial do Brasil e outros estudos. São Paulo, Editora Nacional e Editora da USP, 1973, p. 34.
39. Apud BORBA, Silza Fraga Costa. Op. cit., pp. 50-51.
40. BORBA, Silza Fraga Costa. Op. cit. p. 72.
41. BORBA, Silza Fraga Costa. Op. cit. p. 72.
42. BORBA, Silza Fraga Costa. Op. cit. p. 46 e seguintes.
43. ZWEIG, Stefan. Brasil, país do futuro. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981, pp. 223-224.
44. BRASIL. IBGE - Censo Industrial de 1950.
45. Documentos da empresa Suerdieck. Suerdieck: 1892-1946. Salvador, 1946.
46. Documentos da empresa Suerdieck. Loc. cit.
47. Documentos da empresa Suerdieck. Loc. cit.
48. Documentos da empresa Suerdieck. Loc. cit.
49. Documentos da empresa Suerdieck. Loc. cit.
50. AGOSTO de 1942: há quarent'anos, a Bahia na Guerra. A Tarde, Salvador, 17/08/82.
51. AGOSTO de 1942: há quarent'anos, a Bahia na Guerra. A Tarde, Salvador, 17/08/82.
52. GOMES, Antônio Osmar. A indústria de charutos na Bahia. Revista Fiscal da Bahia, Salvador, ano VIII, nº 72, jan. 1952.
53. Documentos da empresa Suerdieck. Loc. cit.
54. CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil - 1930/1970. Tese de Livre-Docência. Campinas, DEPE, IFCH, Unicamp, 1981, p. 154.
55. ALMEIDA, José. Industrialização e emprego no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, Relatório de Pesquisa nº 24, 1974, p. 81.

Capítulo III

Declínio das Manufaturas do Fumo na Bahia

1. A Economia Baiana a partir de 1950

A situação econômica da Bahia começou a mudar entre os últimos anos da década de 1940 e o início dos anos 1950. Algumas iniciativas estatais abriram caminho para rápidas transformações. Entre elas: a construção da usina hidrelétrica de Paulo Afonso, a implantação das atividades de extração e refino do petróleo no Recôncavo, a construção da ligação rodoviária Rio-Bahia e a criação do Banco do Nordeste do Brasil.

Paulo Afonso ampliou a oferta de energia elétrica para consumo industrial no Estado, eliminando um dos principais pontos de estrangulamento da economia baiana. A abertura da ligação rodoviária Rio-Bahia acelerou o processo de integração entre a economia regional e o centro industrial do país, possibilitando o rápido desenvolvimento do comércio interestadual. Com a criação do BNB surgiram financiamentos de baixo custo, amortizáveis a longo prazo, capazes de garantir novos investimentos.

A implantação da Petrobrás foi o mais importante dos eventos econômicos ocorridos no período. Além de transformações imediatas na economia do Recôncavo (redefinição do uso de terras antes destinadas à agropecuária, crescimento de algumas cidades de pequeno porte, surgimento de uma importante malha rodoviária), os investimentos da empresa estatal provocaram um incremento considerável da renda do Estado. No ano de pico para as inversões (1959), os investimentos da Petrobrás na exploração e refino do petróleo foram equivalentes a 59,9% do PIB industrial da Bahia e a 7,9% do seu PIB total (1). Além disso, os investimentos diretos somados aos investimentos nas atividades de suporte para a implantação e funcionamento da indústria

petrolífera permitiram a constituição de um mercado de força de trabalho especializada, passível de recrutamento para as novas atividades implantadas na esteira da Petrobrás.

Nas duas décadas seguintes à implantação da empresa estatal do petróleo no Recôncavo, a economia baiana continuou transformando-se aceleradamente, sobretudo com a expansão e diversificação do seu parque industrial. Como efeito combinado da realização das necessidades de expansão do capital monopolista já instalado em São Paulo, da intervenção estatal (Sudene, 34/18, PND's) e da entrada de capital estrangeiro, surgiram, nos anos 1960-70, as fábricas do Centro Industrial de Aratu e do Pólo Petroquímico de Camaçari.

Operando em grande escala e com tecnologia moderna, as novas fábricas do Centro Industrial de Aratu e do Pólo Petroquímico alteraram completamente o perfil da indústria baiana (no que foram ajudadas por outros investimentos isolados, como aqueles centrados na mineração-metalurgia do cobre). Em 1980, o Centro Industrial de Aratu era composto por 103 fábricas e o Complexo Petroquímico por 39. Existiam ainda 23 unidades em implantação e outras 26 em projeto. Os investimentos realizados ou ainda esperados implicavam na geração de cerca de 50 mil empregos diretos. A maioria das empresas estava concentrada nos ramos de petroquímica, química, minerais não-metálicos e metal mecânica, e apenas no Pólo Petroquímico de Camaçari os investimentos (incluídos os previstos) eram superiores a 4,5 bilhões de dólares (2).

Acompanhando a expansão industrial, o processo de urbanização na Bahia ganhou novo ritmo após 1950. Isso não significa dizer que a retomada da expansão urbana tenha se dado apenas a reboque do crescimento industrial. De fato, para explicar o novo ritmo da urbanização na Bahia deve-se levar em conta além dos novos investimentos industriais, também os investimentos estatais e privados em outros segmentos da economia baiana. A partir de 1950, cresceu o gasto público com obras de infraestrutura. Nas décadas de 1960 e 1970, o comércio, a prestação de

serviços, os sistemas de comunicação, transporte e crédito, modernizaram-se e se expandiram. No mesmo período, nos principais núcleos urbanos do Estado, deu-se a expansão da construção civil e da especulação imobiliária (impulsionadas pela criação do BNH), o que, por sua vez, incentivou o desenvolvimento da indústria e do comércio de materiais de construção.

Num quadro de relativa estagnação das atividades agropecuárias regionais, o conjunto das novas inversões na indústria de transformação, na construção civil, no comércio e na prestação de serviços, deu novo alento ao exodo rural. Como consequência da aceleração das migrações a população da então formada Região Metropolitana de Salvador atingiu a marca dos 1,766 mil habitantes em 1980. No resto do Estado, consolidaram-se ainda pelo menos oito centros urbanos importantes; centros que tinham, em 1980, população superior a 50 mil habitantes. (3).

A retomada da urbanização no Estado possibilitou o crescimento de ramos tradicionais da indústria baiana (produtos alimentares, vestuário, mobiliário, etc), mas se o mercado urbano estadual cresceu nas últimas décadas, permitindo a expansão de alguns ramos tradicionais, nem por isso formou a principal base de sustentação da nova indústria instalada na Bahia. Não foi uma indústria de bens de consumo voltada para o mercado regional que se instalou no Estado no período 1950-1980. O novo parque industrial foi constituído basicamente por fábricas de bens intermediários, com oferta destinada fundamentalmente aos mercados de São Paulo e do exterior. Em 1950, as indústrias de bens de consumo não duráveis ainda eram responsáveis por cerca de 80% do valor da transformação industrial na Bahia. Em 1973, essa proporção havia caído para menos de 40%. No mesmo ano de 1973, a participação do ramo química no valor agregado pela indústria baiana havia passado para 35%, e isso antes mesmo da entrada em operação das grandes empresas do Pólo Petroquímico de Camaçari (4).

Durante a década de 1970 o desenvolvimento dos diversos setores da indústria baiana continuou se dando de forma muito desigual. Cresceu ainda mais a presença do ramo química. Ele

responderia, em 1980, por 53,6% do valor da produção industrial do Estado. (5).

O capital privado baiano participaria apenas marginalmente na formação da nova indústria baiana. Em 1983, sua participação no capital social da indústria instalada na Bahia continuaria majoritária somente nos ramos tradicionais como produtos alimentares (58%), vestuário (100%), têxtil (100%), mobiliário (63%), madeira (60%) e material de transporte (98%). No ramo química predominariam o capital estatal (com uma participação de 36,6% no capital social das empresas do ramo), o capital estrangeiro (22,5%) e o capital privado de origem nacional (40,9%). A participação do capital privado baiano no ramo não ultrapassaria, em 1983, 7% do total. (6).

5234/BC
Como a utilização de matérias-primas regionais limitou-se basicamente ao aproveitamento das reservas minerais do Estado, a nova indústria não estabeleceu laços com a agropecuária baiana. A industrialização da produção agropecuária regional certamente avançou entre 1950 e 1980; surgiram sistemas agroindustriais para o processamento do cacau, de óleos vegetais (dendê e mamona), de frutas (sucos e concentrados) e de outros produtos agrícolas. Contudo, o processamento agroindustrial continuou sendo realizado de forma limitada, esbarrando sempre nos baixos níveis de produtividade e de volume de produção alcançados pela agricultura baiana de matérias-primas, - esta, pouco capitalizada e sujeita ciclicamente aos efeitos das secas.

No que se refere à agricultura baiana, pode-se dizer inicialmente que a produção agrícola do Estado cresceu de modo lento após 1950, compensando parcialmente a queda da fertilidade natural dos solos historicamente utilizados com a expansão mais acelerada da área cultivada. A fronteira agrícola foi com efeito ampliada, nas regiões do São Francisco, no extremo-sul e no oeste. Já a modernização da produção ocorreu vagarosamente na maior parte das lavouras, "... e mesmo assim através da incorporação ao processo produtivo de inovações tecnológicas que não resultam num aumento da quantidade produzida por hectare, mas sim num aumento do número de hectares que cada

trabalhador pode cultivar" (7).

Na década de 1970 acelerou-se a transformação das relações de produção no campo, com a expansão da força de trabalho assalariada e volante, residente na periferia de cidades do interior.

Depois de 1950, os principais produtos agrícolas exportados pela Bahia foram o cacau (amêndoas, manteiga e torta), o sisal (fibra), algodão e mamona (óleo) e fumo. Os principais alimentos cultivados foram a mandioca, o feijão, o milho e a cana-de-açúcar. No setor pecuário, destacou-se apenas a criação de gado bovino.

A Bahia continuou concentrando cerca de 90% da produção brasileira de cacau, destinando-o sobretudo à exportação. A cacauicultura permaneceu localizada no sul do Estado, sendo o cacau cultivado por médios e grandes proprietários, frequentemente, absenteístas. Em 1962, o governo criou a Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira, órgão de pesquisa, desenvolvimento e financiamento da produção, que introduziu em vinte anos novas espécies de maior produtividade, forneceu fertilizantes e defensivos e apoiou a renovação dos cacauais antigos, conseguindo através destas medidas elevar a produtividade por hectare na cacauicultura baiana. A produção voltou a crescer a partir da segunda metade da década de 1960, depois de ter permanecido estagnada entre o imediato pós-guerra e 1965. A cacauicultura baiana entretanto não recuperou a posição privilegiada que detinha no mercado internacional até os anos 1930. (8).

O sisal foi introduzido na Bahia logo após o fim da segunda grande guerra e conheceu grande expansão até os primeiros anos da década de 1970. O desenvolvimento da produção de fibras sintéticas no país e no exterior, contudo, redefiniu suas perspectivas. Caiu o preço da fibra e a rentabilidade da lavoura, diante da alta dos preços dos insumos, decresceu. Além disso, a lavoura do sisal enfrentou ainda outros problemas.

Cultura das regiões semi-áridas da Bahia, sofreu intensamente com as secas do período. Sem contar, durante muito tempo, com programas oficiais de crédito, e sem assistência técnica privada ou estatal, conheceu forte pressão da concorrência africana. A alternativa que chegou a ser apontada diante das dificuldades crescentes para o aumento das exportações, a industrialização do sisal exportado, não conseguiu resultados significativos, entre outras razões, pelo fato de que também nos outros países exportadores da fibra surgiu e desenvolveu-se o processamento. As poucas fábricas que acabaram constituindo a agroindústria sisaleira estadual, diante da situação do mercado mundial e da crise na economia brasileira dos últimos anos, não conseguiram expandir a produção de derivados do sisal a ponto de reverter o quadro da lavoura sisaleira baiana, que tornou-se delicado depois dos anos 1960 (9).

As lavouras do algodão e da mamona cresceram depois da guerra. Contudo, foram culturas de menor expressão na economia baiana do período, prejudicadas sobretudo pelas súbitas mudanças nos níveis de preços pagos ao produtor rural. A lavoura do algodão se caracterizou pela baixa produtividade e pela qualidade deficiente da fibra colhida. A mamona, o mais importante dos dois produtos, alcançou até o início dos anos 1970 bons preços no mercado externo. A crise mundial, entretanto, reduzindo a demanda pelo seu óleo, prejudicou sua cultura. Como ela não podia dispensar o uso de adubos, e como estes não podiam ser adquiridos pelos produtores descapitalizados, a produtividade por hectare decresceu consideravelmente. Sem acesso aos principais insumos, sem contar com apoio estatal ou privado para a inovação tecnológica e diante das enormes flutuações dos preços, os produtores acabaram por reduzir a área cultivada com a mamoneira. No final da década de 1970, a área cultivada voltaria crescer, graças ao crédito federal subsidiado. Mas a produtividade continuaria em queda por causa da seca.

O feijão, a mandioca e o milho, continuaram sendo cultivados por pequenos agricultores em todo o Estado. Pequenos proprietários ou parceiros que permaneceram submetidos a uma

intermediação comercial deficiente e que continuaram afastados do crédito. Estagnada tecnicamente, a produção desses alimentos cresceu apenas em razão do incremento da área cultivada, inclusive com a absorção de terras de pior qualidade. Estas lavouras foram constantemente deslocadas por outras atividades de maior dinamismo, como a citricultura (Recôncavo), pecuária (Sertão) e cafeicultura (Vitória da Conquista). Exceção parcial a esse quadro foi o desenvolvimento do pólo produtor de feijão de Irecê (mais tarde arrasado pela seca), onde este alimento foi cultivado em grande escala, sob o sistema de parceria, com mecanização de pelo menos parte do processo produtivo e com crédito subsidiado (10).

A produção estadual de cana-de-açúcar cresceu lentamente depois da guerra. Foram necessários cerca de 20 anos (1950-1970) para que a produção dobrasse. Áreas tradicionalmente produtoras do Recôncavo foram abandonadas, quer em função do aparecimento da extração do petróleo e das novas indústrias, quer em razão das características das terras historicamente cultivadas, que não permitiam a mecanização da lavoura. A expansão da área cultivada total, considerável entre o início dos anos 1960 e a primeira metade da década de 1970, ocorreu graças à difusão da cana em outras regiões do Estado e, em boa parte, não objetivou o crescimento da produção usineira de álcool ou açúcar, mas a elaboração artesanal ou semi-artesanal de aguardente, rapadura e forragem para o rebanho bovino. A produtividade física por hectare que já era baixa continuou caindo, e isto apesar do uso mais intenso de fertilizantes e defensivos nas poucas fazendas controladas por usinas. Praticamente, até meados dos anos 1970, não havia ocorrido introdução de novas variedades mais rentáveis, nem progresso técnico considerável nas atividades de plantio e colheita (11).

O número de usinas de açúcar decresceu consideravelmente. Das 20 usinas em funcionamento em 1920, restavam 10 em 1965 e apenas 5 na metade da década de 70 (12). A Bahia, um dos maiores centros açucareiros do mundo durante o período colonial, tornou-se importadora de açúcar refinado. Quanto à

produção de álcool-combustível, pode-se dizer que não conseguiu se transformar em alternativa para a recuperação da atividade canavieira estadual, pois as novas usinas de álcool-cana, como ocorreu na primeira metade do século com as usinas de açúcar, acabaram se concentrando em outras regiões do país dotadas de uma agroindústria canavieira mais avançada tecnicamente e onde se concentravam os principais mercados para o produto.

Durante a década de 1960 e o início dos anos 1970, a área ocupada pela pecuária (bovinos) no Estado da Bahia cresceu cerca de 50%, passando de 6 milhões de hectares para quase 9 milhões, ou seja, aproximadamente, quatro vezes a área ocupada por lavouras. Tratou-se, evidentemente, de uma expansão de caráter "extensivo", marcada pelo crescimento maior das pastagens "naturais", e cujo objetivo principal foi, muitas vezes, o de garantir a apropriação capitalista das terras de fronteira. Ponta-de-lança da colonização, acompanhando ou expulsando a pequena produção de alimentos, essa pecuária extensiva ao expandir-se estimulou a concentração da propriedade fundiária, eliminou a "quarteação", substituindo-a pelo assalariamento, mas não chegou a ampliar consideravelmente a oferta estadual de carne e leite. A Bahia continuou praticamente não exportando o primeiro destes produtos e permaneceu um Estado importador do segundo, apesar do aparecimento de uma modesta indústria baiana de laticínios. A pecuária avançou rumo ao Sertão e ao Extremo-Sul, porém, não foi criado um sistema estadual de silagem para a forragem do gado, nem foi dinamizado o transporte dos rebanhos e nem foi ampliada a armazenagem a frio. As secas, com a ausência de silos, dizimaram periodicamente boa parte do rebanho bovino do Estado, rebanho, aliás, de padrão genético inferior e desprotegido do ponto de vista sanitário (com exceção da febre aftosa, já controlada).

Em meados da década de 1970, existiam na economia baiana pontos de estrangulamento em todas as áreas conexas ao setor agropecuário. O crédito oficial, beneficiando sobretudo os grandes proprietários da pecuária e da cacauicultura, não atingia uma parcela considerável das lavouras do Estado. A própria

rede bancária não alcançava boa parte dos municípios baianos. No interior, continuava precário o sistema de transportes (estradas vicinais), o que se explicava apenas parcialmente pela rápida expansão da fronteira agrícola. O sistema de armazenagem para insumos ou produtos era deficiente. Não existiam esquemas de padronização e classificação dos produtos destinados ao mercado interno. Também não havia mecanismos de informação de mercado acessíveis ao pequeno ou médio produtor rural. A limitada intervenção do aparelho estatal nos setores de armazenagem, comercialização e apoio técnico, não conseguiu eliminar esses problemas. O sistema de centrais de abastecimento, restrito a determinados produtos, se garantiu uma melhora relativa nas condições de abastecimento alimentar da Região Metropolitana de Salvador, não abalou, ao contrário, até mesmo reforçou o papel negativo dos intermediários e especuladores no comércio de alimentos. A Companhia Brasileira de Alimentos, restringindo sua atuação à comercialização de cereais e intervindo somente em momentos de crise, pouco contribuiu para a expansão das lavouras do Estado. A Companhia de Armazéns Gerais e Silos do Estado da Bahia, criada em 1957, não aliviou a situação no setor de armazenagem: seus armazéns, mal localizados e quase sempre utilizados para a estocagem de produtos de exportação (quando não de produtos não agrícolas), acumulavam uma capacidade ociosa de cerca de 70% por volta da metade da década passada. A Companhia de Adubos e Materiais Agrícolas, teoricamente responsável pela distribuição de fertilizantes, máquinas e implementos, pouco pôde fazer na medida em que não contou com órgãos de suporte que dimensionassem e localizassem a demanda destes insumos, e na medida em que não tinha por trás de sua intervenção uma política global do Estado que visasse a modernização da agropecuária baiana (13).

Quanto a esse último aspecto - o progresso técnico - vale a pena lembrar, mais uma vez, que a existência na Bahia de terras livres em grande quantidade, terras passíveis de aproveitamento agrícola, contribuiu para bloquear a penetração de novas técnicas, ou para dirigí-la apenas no sentido da redução da mão-de-obra ocupada nos estabelecimentos rurais de

caráter empresarial. Não foi por outra razão - abstraída a necessidade mais geral de ampliação das exportações brasileiras - que o progresso técnico se concentrou na cacauicultura. Na lavoura do cacau as terras que reuniam condições de clima e solo ideais para o cultivo começaram a escassear ainda nos anos 1960. Não rarearam fisicamente, é claro, mas sim como resultado da apropriação capitalista das terras livres e da concentração da propriedade fundiária na zona cacaureira. A retomada da produção, estimulada pelo estado nas décadas de 1960 e 1970, exigiu a criação do Centro de Pesquisas do Cacau, órgão sustentado por uma taxa sobre as exportações dos cacauicultores, cujo objetivo era desenvolver e difundir novas técnicas para a produção agrícola do sul da Bahia.

Outras atividades agropecuárias foram desenvolvidas na Bahia entre 1960 e 1980. Inicialmente, foram consideradas como extremamente "dinâmicas". Com exceção da cafeicultura, beneficiada pela política federal de descentralização dos cafezais e protegida pelo crédito subsidiado, estas atividades, após algum crescimento, perderam quase todo o dinamismo inicial. No Recôncavo, a citricultura e a avicultura foram esmagadas pela concorrência nordestina (citrus) ou paulista e mineira (citrus e aves). Nas áreas de horticultura o grande entrave foi o lento crescimento da indispensável irrigação e do sistema estadual de comercialização e crédito. A Bahia continuou importando de outras regiões do país parcela relevante dos alimentos consumidos no Estado; fato que a seca, isoladamente, não podia explicar.

A vanguarda do processo de transformação da economia baiana entre o pós-guerra e 1980 coube ao estado. Ele estimulou, dirigiu, articulou, financiou ou realizou diretamente o grosso dos novos investimentos em todos os setores da economia regional.

No período 1956-61, quando se instalou no país a indústria pesada e de bens de consumo durável, o estado implantou na Bahia a extração e o refino do petróleo, a produção de energia hidroelétrica e o eixo da moderna rede rodoviária estadual - a BR-116. Com isso, cresceu a integração entre a economia regional

e o núcleo da economia brasileira e tomou forma o caráter complementar da economia baiana, desde então exportadora de matérias-primas industriais destinadas ao pólo industrializado. Durante a crise de 1962-67, a criação do sistema de incentivos fiscais permitiu a transferência de capitais ociosos do centro (vale dizer São Paulo) para a Bahia, e o estado articulou, com base nestes incentivos, a implantação do Centro Industrial de Aratu (indústrias química e metal-mecânica). Na década de 1970, o estado foi responsável por outros investimentos industriais, associando-se ao capital estrangeiro e ao capital privado nacional para a instalação do Pólo Petroquímico de Camaçari e implantando por conta própria a mineração-metalurgia do cobre.

O investimento estatal também foi responsável pelo crescimento da rede rodoviária nos anos 1960-1980 (BR-101 e BR-242) e pelo incremento da eletrificação rural, que viabilizaram a expansão da fronteira agrícola e da produção e comercialização de produtos agropecuários destinados aos mercados interno e externo. Graças ao crédito oficial subsidiado, a agropecuária baiana pôde se modernizar parcialmente e diversificar suas exportações.

Os investimentos do estado e do setor privado na indústria, na produção de habitações e de serviços (comunicações, rede bancária, turismo), ampliando a oferta de empregos urbanos, provocaram a aceleração do exôdo rural. A Bahia, na verdade, permaneceu como um dos Estados menos urbanizados do país - tinha, em 1980, um grau de urbanização ainda muito inferior ao grau médio de urbanização do Brasil, com 49,25% da sua população residindo em cidades, enquanto 67,57% da população brasileira encontrava-se nesta situação (14). Porém, nas décadas de 1960 e 1970 ocorreu a "metropolização" de Salvador, fato que não pode ser desprezado. Com quase 1,8 milhão de habitantes, a nova Região Metropolitana de Salvador constituiu um mercado considerável, que possibilitou o crescimento da pequena indústria local (alimentos, materiais de construção, mobiliário, etc) e atraiu, com o incremento da concentração da renda, os grandes grupos econômicos não-industriais já instalados no eixo Rio-São Paulo. Estes grupos avançaram sobre setores antes

controlados pelo capital mercantil de origem regional, como o comércio varejista (lojas de departamentos), construção de habitações e oferta de crédito agrícola.

Concluindo esta seção, pode-se dizer que no período 1950-1980, apesar da nova indústria e do fim da hegemonia do capital mercantil regional sobre o processo de acumulação no Estado, a Bahia não se "industrializa". Isto é: não se forma no Estado um setor industrial com movimento próprio, diversificado e integrado, capaz de acelerar a urbanização, alterar a distribuição do emprego em favor do setor secundário, elevar significativamente o nível da renda regional e redefinir o papel e os métodos de produção da agricultura regional. O desenvolvimento da agroindústria e da produção industrial de bens finais é limitado; a nova indústria é basicamente produtora de insumos e divisas (crescem as exportações de produtos petroquímicos). Sua evolução está, deste modo, subordinada unicamente à dinâmica da acumulação do grande capital financeiro e industrial concentrado no pólo econômico do país. A nova indústria não elimina o atraso relativo da economia regional diante da economia do "pólo"; ela apenas o repõe num patamar mais elevado.

2. O Mercado Internacional do Tabaco depois da Guerra

O desenvolvimento da fumicultura acompanhou a expansão do tabagismo em quase todos os países, das regiões equatoriais às regiões de clima mais frio do planeta. Desigual, o desenvolvimento da produção de tabaco em diversos países não diminuiu a importância do comércio internacional do fumo. Ao contrário, foi no período do "capitalismo tardio", no período de maior difusão internacional do tabagismo (sob a forma do consumo de cigarros), e também de maior expansão da industrialização da folha e de seus produtos e subprodutos, que o comércio internacional do tabaco alcançou seu momento de auge. Cerca de uma quarta parte da produção mundial de alguns milhões de toneladas foi comercializada anualmente no mundo, envolvendo "... como

importador ou como exportador, ou como ambos, quase todos os países..." (15).

No segundo após-guerra, as empresas norte-americanas, ainda na vanguarda tecnológica da indústria do tabaco, fizeram dos Estados Unidos o maior produtor e exportador mundial da folha. Até os anos 1960, as empresas americanas responderam por cerca de 25% da produção internacional e chegaram a obter, a partir de então, na lavoura fumageira, uma produtividade física equivalente ao dobro da média encontrada na fumicultura de outros países. A superioridade da indústria americana, firmada com o controle do maior mercado nacional, garantiu ainda aos Estados Unidos o papel de grande importador da folha. Isto porque, neste país, no após-guerra, desenvolveu-se um comércio que envolveu a importação de fumo de qualidade superior, a mistura deste fumo ao tabaco produzido internamente, a industrialização da mistura sob a forma de cigarros e a exportação destes bens para vários países através de marcas de consumo internacional. (16).

A participação americana na oferta mundial do fumo só começou a cair na década de 1960, sobretudo como resultado do crescimento da produção da folha na China, URSS, Índia e Brasil. No início da década de 1970, a produção chinesa ultrapassou em volume a produção dos Estados Unidos. Além dos já citados, destacaram-se nesses anos 1960-70 os seguintes países produtores, todos com participação próxima ou superior a 2% na oferta mundial de tabaco: na Europa, a Bulgária, Itália, Grécia e Polónia; na Ásia, Turquia, Japão, Indonésia, Coreia e Paquistão; na América, Canadá, Argentina e México; na África, a Rodésia (17).

Enquanto na maioria dos países produtores a fumicultura continuou se expandindo nos marcos da pequena produção, ao nível da comercialização da folha e da industrialização do tabaco o processo de concentração do capital e da produção continuou avançando nas últimas décadas. Não só se consolidou no ramo o oligopólio de multinacionais, que internacionalizou seus investimentos na produção, comercialização e industrialização do fumo em folha, como em vários países, tanto do chamado "bloco

socialista", quanto do mundo capitalista (Turquia e Espanha, por exemplo), surgiram monopólios estatais com controle sobre o comércio e/ou indústria do fumo.

Durante as décadas de 1960 e 1970, as multinacionais do ramo ampliaram seus investimentos em países subdesenvolvidos, buscando não apenas a conquista de seus mercados internos, mas explorando também a possibilidade de implantação de sistemas exportadores de fumo em folha em regiões de fumicultura.

Para explicar esta nova onda de internacionalização do capital no ramo fumageiro é necessário lembrar que, no pós-guerra, com a expropriação do capital na Europa do Leste e na China e com a formação de monopólios estatais do tabaco nestes e em outros países, as empresas multinacionais perderam mercados muito promissores. Por outro lado, tornou-se evidente por volta das décadas de 1960 e 1970 que a capacidade de produção (cigarros) acumulada pelas grandes empresas do ramo sobrepassava em muito as possibilidades de crescimento de seus principais mercados. Nos países centrais o ritmo de expansão do tabagismo já acompanhava unicamente as taxas de crescimento da população. Havia terminado o período áureo de difusão do cigarro. A situação agravava-se em razão de uma característica particular do produto: sua baixa elasticidade-preço da demanda. Os ganhos de produtividade obtidos na fumicultura ou na industrialização do tabaco, mesmo quando transformados em redução do preço dos produtos finais, pouco contribuíam para a expansão do consumo nas economias industrializadas. Além disso, cresceu o peso das campanhas anti-tabagismo que, nos países centrais, impuseram várias derrotas às grandes empresas do ramo: proibição do uso do fumo em recintos públicos, restrições à publicidade, etc. Para as grandes empresas restou a possibilidade de expandir seus investimentos em países subdesenvolvidos, onde a liberdade total para a propaganda do vício entre as novas gerações, a inexistência de defesas que protegessem a indústria fumageira autóctone, a urbanização e a ampliação dos mercados no campo, garantiam (evidentemente até o aprofundamento da atual crise mundial) altas taxas de expansão dos mercados locais.

Cientes do relativo esgotamento do ciclo do cigarro, as grandes empresas internacionais do ramo centraram nos últimos anos suas pesquisas tecnológicas em duas frentes. Em primeiro lugar, buscaram desenvolver novas variedades de tabaco com menores teores de nicotina e "alcatrão", que pudessem, com o apoio da máquina publicitária, convencer os consumidores do caráter atóxico das novas marcas de cigarros "light" e "ultra-light". Mais que isso: avançaram alguns passos na pesquisa de matérias-primas alternativas (celulose por exemplo), também supostamente inócuas à saúde.

"A médio e longo prazos, essas pesquisas, na medida em que consigam sucesso em encontrar um sucedâneo inócuo à saúde e com as mesmas características de sabor e aroma, poderão provocar drástica redução no consumo de fumo em folha" (18).

Em segundo lugar, exatamente na medida em que diminuiam potencialmente as possibilidades de uma contínua difusão do tabagismo tradicional, o grande capital dirigiu esforços para a descoberta de usos alternativos para o tabaco, inclusive como matéria-prima nas indústrias químicas e de alimentos.

Os últimos avanços na pesquisa e desenvolvimento de usos alternativos para o tabaco não se traduziram em mudanças imediatas nos padrões de produção e consumo do fumo. Assim, o comércio internacional da folha continuou a crescer em função da expansão do tabagismo. Este crescimento, contudo, passou a ser garantido exclusivamente pelo aumento do consumo e da produção de fumos "leves" ou "claros", enquanto a oferta e a demanda de fumos "escuros" e "fortes" (como os produzidos na Bahia) permaneceram praticamente estagnadas. Além disso, o incremento da produção mundial de tabaco passou a ser determinada fundamentalmente pela expansão da oferta e do consumo nos países de economia planificada (especialmente China) e nos países subdesenvolvidos; neste último caso graças à internacionalização da produção das multinacionais do ramo.

Isso não significa dizer, contudo, que para os países

subdesenvolvidos exportadores de tabaco tenham sido abertas perspectivas muito favoráveis no mercado mundial de fumo em folha. Se é verdade que o fumo tem se mantido como um dos únicos produtos primários com preços relativamente estáveis no comércio internacional, firmando-se como uma fonte segura de divisas para estes países exportadores, é verdade também que ampliam-se - e mais intensamente com a crise mundial - as barreiras colocadas nos países centrais contra a importação de tabaco produzido nos países atrasados. Com efeito, além da concorrência da produção dos países desenvolvidos, que conta com inúmeros estímulos por parte de seus governos, os países subdesenvolvidos enfrentam elevadas barreiras tarifárias e controles sanitários cada vez mais rígidos. E ademais, os países subdesenvolvidos conhecem dificuldades para acompanhar o deslocamento do eixo do mercado mundial do tabaco no sentido da produção de fumos "light". Não contam com tecnologia própria para a produção de variedades dotadas de menores teores de "alcatrão" e nicotina, nem com a possibilidade de aumentar a produtividade por hectare ou por trabalhador empregado na fumicultura, via mecanização da lavoura, redução das perdas no beneficiamento inicial, ou introdução de espécies mais rentáveis.

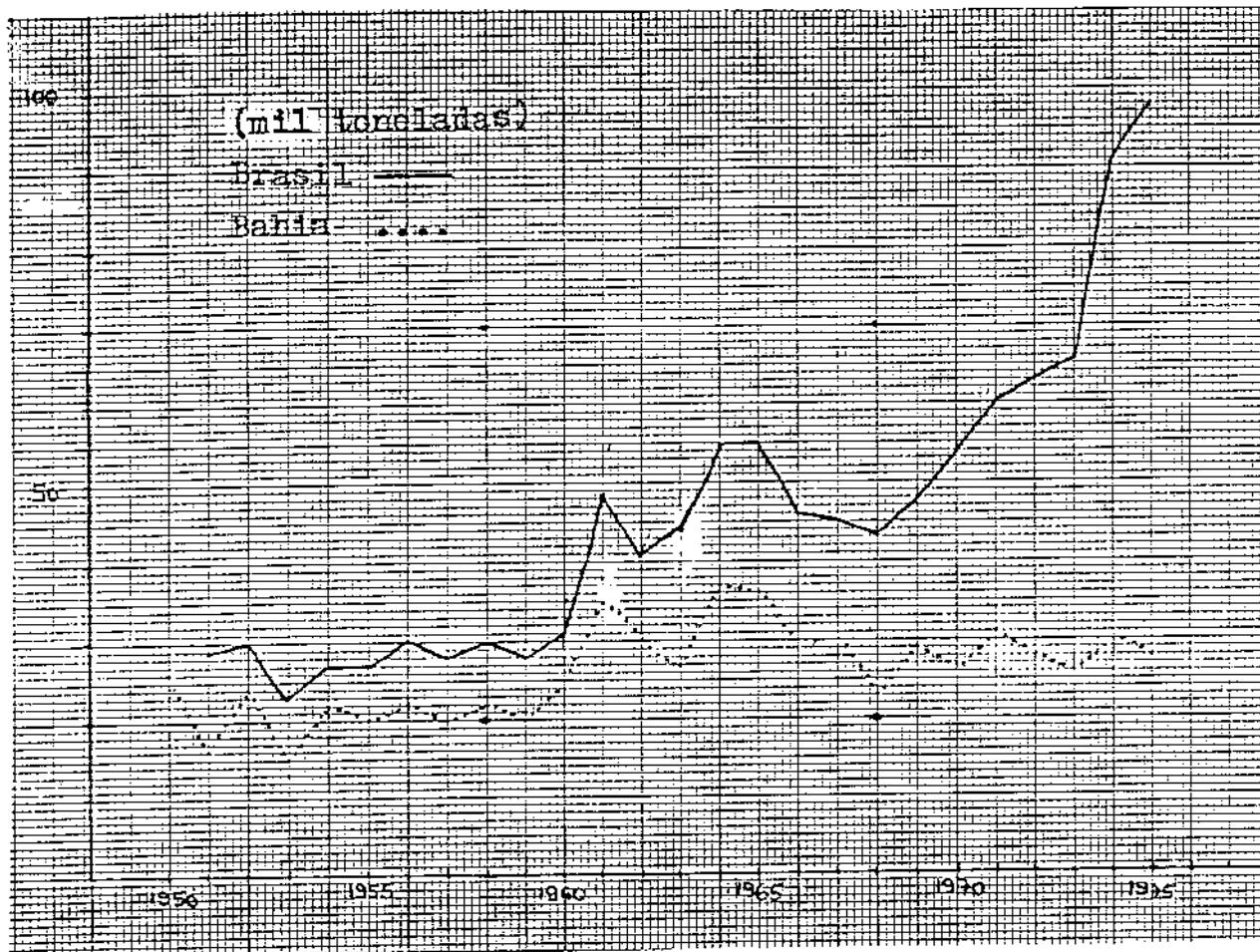
3. Exportação do Fumo e Fumicultura no Brasil.- Evolução Recente

Entre 1950 e 1960, as exportações brasileiras de fumo em folha permaneceram relativamente estabilizadas, somando, em média, cerca de 29 mil toneladas por ano. No mesmo intervalo, a Bahia respondeu por mais de 70% das exportações nacionais, comercializando apenas fumo forte e escuro no exterior (gráficos I e II). Por causa da rigidez da demanda internacional por este tipo de tabaco, estabilizaram-se as exportações brasileiras de fumo (+). A partir da década de 1960, o quadro mudou:

(+) Existem três categorias relevantes de tabaco: o fumo de estufa, secado com calor artificial (no Brasil, o Virgínia e o Amarelinho); o fumo de galpão, secado naturalmente, porém protegido das variações climáticas (Burley e Comum); o fumo "Escuhro", secado ao ar livre e pouco utilizado na fabricação de cigarros (19).

Gráfico I

Brasil e Bahia - Quantidade Exportada de Fumo em Folha:
1950-1975



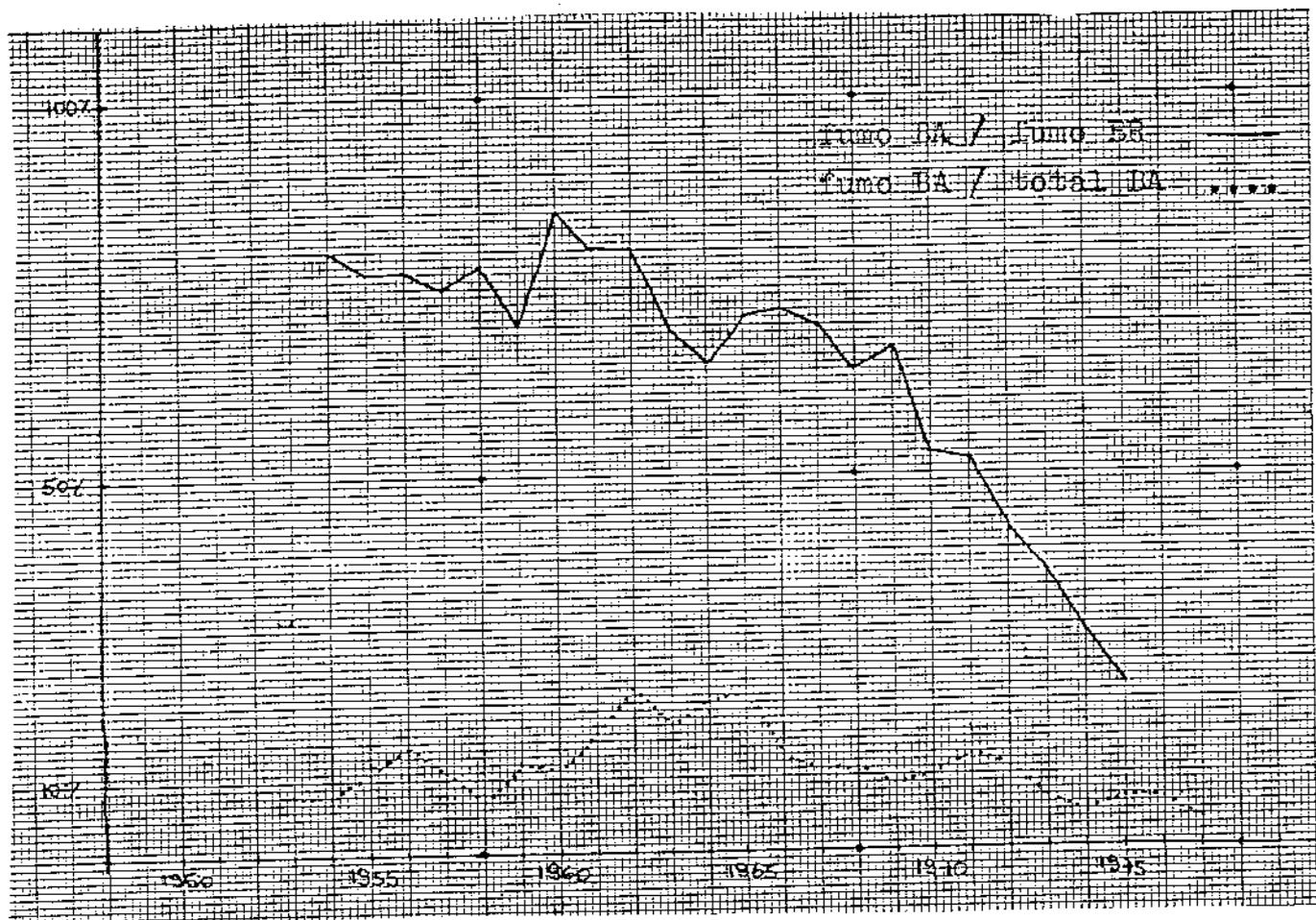
Fontes: BAHIA. Centro de Pesquisas e Estudos - CPE, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. 105 anos de economia baiana - estatísticas básicas - 1872-1976, v. 2, t. 2. Salvador, CPE, 1979.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Estudos básicos para o planejamento agrícola - subsídios para a análise da cultura do fumo. Brasília, MA, 1978.

a quantidade de fumo exportada pelo país voltou a crescer, atingindo, nos anos 1960, a média de 45,5 mil toneladas por ano. Na década de 1970, ocorreu novo surto exportador, com as exportações brasileiras de fumo em folha alcançando quase 100 mil toneladas em 1975 e continuando a crescer nos anos seguintes. O novo surto decorreu sobretudo do aumento das vendas do fumo sulista no mercado externo. Com efeito, a participação da Bahia nas exportações brasileiras de fumo em folha (em valor)

Gráfico II

Participação das Exportações Baianas de Fumo em Folha nas Exportações Brasileiras de Fumo em Folha e no Total das Exportações da Bahia - 1954-1975 (em valor)



Fontes: idem Gráfico II

caiu dos 70-75% das décadas de 1950 e 1960, para 52,5% em 1970 e 21,7% em 1975.

Entre 1965 e 1975, o Brasil firmou-se como o quinto maior produtor mundial de tabaco, respondendo por cerca de 5% da produção internacional. Em 1980, o país exportou cerca de 300 milhões de dólares de folhas de fumo, ou seja, 5% do valor das exportações brasileiras de produtos agrícolas nesse ano (20). Nos últimos anos, cerca de um terço da produção brasileira foi destinada ao mercado externo, principalmente para os Estados Unidos e para a Comunidade Econômica Européia.

Os preços para o tabaco brasileiro no mercado mundial permaneceram estáveis até 1968, mas começaram a crescer a partir desse ano. Os preços internacionais para o fumo nacional, melhoraram, especialmente após o início da década de 1970, sem impedir, contudo, que o preço médio das exportações brasileiras continuasse abaixo do preço médio pago para as exportações de tabaco realizadas pelos principais concorrentes do Brasil. Isso ocorreu basicamente em razão da qualidade ainda deficiente do fumo brasileiro (inclusive do produzido no Sul), inferior à do fumo colhido em outros países tradicionalmente exportadores. (21).

Nas décadas de 1960 e 1970, o fumo exportado pelo Brasil foi produzido fundamentalmente em duas regiões: no Sul (Rio Grande, Santa Catarina e Paraná) e no Nordeste (Bahia e Alagoas). A participação do Sul nas exportações do país cresceu aceleradamente nos últimos anos porque nesta região se desenvolveu a produção de fumos leves para cigarros; produção que foi incentivada por algumas multinacionais do ramo fumageiro, principalmente pela Souza Cruz, que tornou-se a maior empresa exportadora de fumo em folha no Brasil exatamente nesse período.

As multinacionais estavam interessadas, durante os anos 1960-70, não apenas na conquista de fatias do mercado brasileiro, mas também no crescimento de sua participação no comércio internacional de fumos leves a partir do aproveitamento das potencialidades da fumicultura sulista. É necessário lembrar que o Rio Grande do Sul era o maior produtor nacional de fumo desde a década de 1940, embora o fumo gaúcho fosse até a década de 1960 destinado quase que exclusivamente ao mercado interno. É necessário lembrar ainda que as multinacionais se beneficiaram com os estímulos oficiais ao incremento das exportações do país.

Graças à especialização em fumos leves para cigarros e às inovações difundidas pelas multinacionais em todos os segmentos da produção e da comercialização do tabaco, o preço médio do fumo exportado pelo Sul ultrapassou o preço médio do fumo exportado pelo Nordeste. A presença do fumo sulista no mercado mundial também cresceu, principalmente nos anos 1970. Ao

contrário, caiu a presença do fumo nordestino no mercado internacional: de cerca de 4% do fumo comercializado no mundo entre 1965-69, para pouco mais de 2% em meados dos anos 1970. A queda na participação da fumicultura nordestina, tanto no total das exportações brasileiras, quanto no comércio internacional, resultou, mais uma vez, da estagnação da demanda mundial pelos fumos escuros e fortes produzidos no Nordeste, destinados na maior parte dos casos à elaboração de charutos e pouco ou nunca utilizados nas misturas das novas categorias de cigarros (22).

Nas décadas de 1960 e 1970, o mercado interno do Brasil para o fumo em folha e seus produtos expandiu-se a taxas muito superiores às registradas nos países desenvolvidos. Nos anos 1970, as vendas de cigarros no país cresceram de 7 a 10% por ano, taxas elevadas se comparadas ao ritmo de expansão do mercado americano - o maior do mundo. Nos Estados Unidos, com efeito, o crescimento do mercado foi de 1% ao ano, isto é, apenas acompanhou a expansão da população norte-americana (23). Em 1981, o mercado de cigarros no Brasil consumiu 134,9 bilhões de unidades no valor de 370 bilhões de cruzeiros, ou seja, duas vezes o orçamento da prefeitura de São Paulo (24).

O Brasil se tornou um dos principais mercados do globo para o tabaco. Tal fato resultou, em primeiro lugar, do intenso processo de crescimento urbano-industrial: de um lado, o êxodo rural ajudou a eliminar certas formas de consumo do fumo, como o cigarro de palha, por exemplo, forçando a difusão do cigarro industrializado entre a população rural migrante; de outro, a elevação da renda de pelo menos parte das populações urbanas, mesmo quando considerada a baixa elasticidade da demanda de fumo em relação aos incrementos da renda, contribuiu para que surgissem novos espaços para a grande indústria do tabaco no Brasil, especialmente na medida em que permitiu a "sofisticação" do produto final. Em segundo lugar, a inexistência de restrições oficiais à publicidade no ramo e a pequena expressão dos movimentos anti-tabagismo no país contribuíram para a difusão do vício, em grande escala, entre as novas gerações de brasileiros. Quanto a este ponto, vale a pena lembrar que o governo, interessado em elevar as receitas obtidas com a industria-

lizações e a comercialização do fumo e de seus produtos, boicotou sistematicamente todas as propostas apresentadas no Parlamento que propunham maiores restrições à propaganda das multinacionais do ramo.

O cigarro tornou-se, de fato, o produto mais tributado do país. Em 1983, os impostos já absorviam mais de 75% do preço de venda de uma unidade, cabendo ao imposto sobre produtos industrializados 68,41% e ao imposto sobre o consumo de mercadorias somado a outras contribuições (PIS, Finsocial) 7,56%. Com isso, a margem bruta de lucro do varejista reduziu-se a 9,24% do preço e o lucro bruto do fabricante a 14,79%. O fumo e seus produtos passaram a gerar boa parte da receita fiscal do governo, sendo que apenas a Souza Cruz ficou responsável por cerca de 10% da receita tributária da União (25).

O ritmo de expansão do mercado brasileiro de cigarros só foi quebrado pelo aprofundamento da crise da economia nacional no início dos anos 1980. Em 1981, o mercado declinou 5,5% e, em 1982, 1,9%. Os consumidores passaram a preferir as marcas mais baratas, reagindo à elevação dos preços, provocada entre outras coisas pela alta da alíquota do IPI e pela criação do Finsocial. Além disso, ressurgiu nas regiões metropolitanas a venda do cigarro "picado" ou "a retalho", enquanto que no interior reapareceu o quase extinto cigarro de palha (26).

No período 1950-1980, a pequena produção continuou predominando na fumicultura brasileira. Na Bahia, praticamente desapareceram os grandes e médios fumicultores, restando na lavouira fumageira poucas empresas: a Agro-Comercial Fumageira S.A., especializada em fumos nobres para charutos e explorando cerca de 100 hectares, e as firmas Suerdieck e Menéndez & Amerino, produzindo fumo para suas próprias manufaturas de charutos. Em Alagoas também continuou predominando o pequeno fumicultor, apesar da significativa expansão da fumicultura estadual. Neste Estado, contudo, mantiveram-se presentes médios e grandes fumicultores, utilizando força de trabalho assalariada e dispondo "de equipamentos e instalações mais ou menos apropriadas aos trabalhos de beneficiamento e armazenamento do produto" (27). É que em Alagoas, no período, foi maior a rentabilidade da

lavouira do fumo (se comparada à rentabilidade da fumicultura baiana), pois, neste Estado, ainda foi grande a produção de fumo em corda, destinada ao mercado interno e livre do controle sobre os preços exercido pelas grandes firmas comerciais. No Sul, a pequena produção consolidou-se na fumicultura, contando para isso com o estímulo das empresas internacionais interessadas na preservação dessa lucrativa associação entre minifúndios e grande capital da agroindústria do tabaco.

As inovações técnicas, introduzidas quase que exclusivamente pelas multinacionais no sul do país, ficaram limitadas, na fumicultura, à difusão mais ampla do uso de corretivos, fertilizantes e defensivos, e à introdução, no beneficiamento, de novos métodos e equipamentos (estufas).

Vale a pena lembrar que a pesquisa tecnológica, até o imediato após-guerra concentrada em mãos do estado (Instituto Baiano do Fumo, inicialmente), passou a ser feita apenas pelas multinacionais do ramo, que instalaram no Sul laboratórios próprios e estações experimentais, nos quais desenvolveram novos métodos de produção e novas variedades de tabaco para a indústria de cigarros (28).

A mecanização não avançou na fumicultura brasileira, a não ser no que diz respeito ao preparo do solo (tratores). Em parte isso ocorreu porque não existia uma oferta de máquinas e equipamentos nacionais destinados especificamente à fumicultura. Mas não se pode esquecer que a inexistência de uma oferta de máquinas e implementos particulares decorreu, sobretudo, do baixo nível de capitalização da esmagadora maioria dos fumicultores brasileiros, em geral, pequenos produtores submetidos à exploração exercida pelo oligopólio industrial e/ou comercial e, quase sempre, afastados do crédito estatal ou privado.

Bloqueado o progresso técnico, ainda que parcialmente, o crescimento da produção da folha ocorreu basicamente como resultado da expansão da área cultivada, especialmente no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina (fumos leves) e Alagoas (fumos fortes). O rendimento físico por hectare, que aumentou

entre fins da década de 1960 e início dos anos 1970 devido à intervenção das multinacionais no Sul, voltou a cair, permanecendo bem abaixo do nível médio alcançado na lavoura fumageira de outros países. No Nordeste, o rendimento, prejudicado pelo desgaste do solo utilizado durante décadas seguidas, sofreu queda ainda mais intensa que na região Sul, pois, na região nordestina houve pouco progresso técnico, na fumicultura a partir dos meados do século.

A comercialização do fumo em corda continuou sendo realizada por atacadistas, muitas vezes, também financiadores da produção. Adquirindo o produto diretamente do fumicultor, o atacadista o redistribuía a pequenos varejistas (feirantes, ambulantes, etc) que realizavam a venda final nos centros consumidores.

No Nordeste, o fumo em folha beneficiado e destinado ao mercado externo - maior parcela da produção - continuou sendo absorvido pelas grandes empresas exportadoras, frequentemente de capital estrangeiro. Sobreviveram, contudo, pequenos e médios intermediários enfiadores operando entre os fumicultores e as grandes firmas do comércio de exportação. No Sul, esses intermediários praticamente desapareceram na comercialização do fumo em folha para cigarros:

"Na Região Sul, a intermediação no fluxo de comercialização do produtor até a indústria ou companhia exportadora é insignificante, pois, geralmente, não existem agentes de comercialização de fumo entre o produtor e a empresa beneficiadora. Normalmente, as empresas têm vários postos de aquisição e beneficiamento do fumo em folha, nos diversos estados produtores. Durante o período de cultivo, colheita e comercialização, o elemento de ligação produtor/empresa são os instrutores das companhias que, além da assistência técnica fornecida ao fumicultor, vinculam-no à companhia compradora, geralmente multinacional. O vínculo criado é de exclusividade na aquisição do produto do fumicultor, (tendo como contrapartida) a oferta de insumos, esta última caracterizada como uma forma de auxílio ao produtor" (29).

Quanto ao crédito, pode-se dizer que os recursos dos

programas oficiais atingiram a fumicultura apenas marginalmente. Na Bahia, por exemplo, no final da década de 1970, pouco mais de 10% dos fumicultores tinham acesso aos programas de crédito (Banco do Brasil).

Segundo um documento do BNB, o governo não se sentiu disposto a ampliar a oferta de crédito de custeio para a fumicultura por temer o espectro da superprodução. Este fantasma realmente existia, se consideradas as condições particulares da comercialização do fumo: mercados controlados por algumas grandes empresas, forte concorrência internacional e baixa elasticidade da demanda do produto em relação a mudanças no nível de preços. Ainda temendo a superprodução, os bancos impuseram a partir da década de 1960 uma série de restrições à oferta de crédito de custeio para a fumicultura (área máxima financiável equivalente à área de plantio do ano anterior, tamanho mínimo para as plantações, exigência de utilização de equipamentos, etc). Em decorrência da limitação do crédito oficial ou privado, fortaleceram-se, no decorrer das últimas décadas, os mecanismos tradicionais de financiamento para a lavoura fumageira. No Nordeste, o crédito continuou sendo ofertado basicamente pelas firmas exportadoras, mediante contratos de exclusividade para a compra do produto. No Sul, o financiamento da cultura foi feito principalmente pelas multinacionais do ramo, que por este meio conseguiram ampliar ainda mais os laços de dependência que ligavam os fumicultores às suas empresas comerciais e/ou industriais. Tal dependência, aliás, não se desenvolveu apenas através do crédito direto fornecido pelas grandes firmas. Em todo o Brasil, para que os fumicultores tivessem acesso ao crédito bancário tornou-se indispensável a "carta de recomendação" de uma grande empresa comercial ou industrial, o que, mais uma vez, pressupunha um "contrato" de exclusividade no momento da venda do fumo colhido (30).

Vale a pena lembrar ainda um aspecto importante da política agrícola recente para a fumicultura: a questão dos preços mínimos. Existente em outros países, uma política de preços mínimos para o fumo em folha brasileiro foi reivindicada durante muitos anos por organizações de produtores. A reivindicação, no

na fumicultura, ampliando, ao mesmo tempo, uma rede cativa de fumicultores que pudesse garantir um fluxo constante de matéria-prima para seus estabelecimentos produtores de artigos de fumo. Assim, os novos mercados para esses artigos (especialmente cigarros) e para o próprio fumo em folha beneficiado (enquanto matéria-prima industrial), criados pela industrialização e pela urbanização, foram ocupados fundamentalmente pelo capital estrangeiro, capaz de mobilizar recursos técnicos e financeiros muito maiores para o aumento da produtividade e da qualidade do produto, tanto na fumicultura por ele organizada, quanto nas suas próprias empresas de beneficiamento e industrialização do fumo.

Até a década de 1960, a presença do capital estrangeiro se materializou na indústria brasileira do fumo sob a forma de um quase monopólio: a Souza Cruz, subsidiária da British-American Tobacco, senhora de mais de 75% do mercado nacional de cigarros no período do pós-guerra. Nenhuma empresa estrangeira tinha até então cacife suficiente para tentar deslocar a Souza Cruz dessa posição. A partir de meados dos anos 1960, o crescimento do mercado brasileiro de cigarros, os incentivos estatais para o investimento estrangeiro e para a exportação e, ao mesmo tempo, as dificuldades crescentes para a operação das multinacionais do ramo em outros países (estagnação do mercado de cigarros nos países desenvolvidos, bloqueio comercial contra a antiga Rodésia, etc), acabaram atraindo para o Brasil outras empresas internacionais da indústria do fumo. Estas empresas instalaram-se no país, na maior parte dos casos, através da compra de empresas nacionais que ainda atuavam na fabricação de cigarros e no beneficiamento do fumo.

Pressionadas pela Souza Cruz, muitas das empresas de capital nacional ainda existentes nos anos 1960 capitularam diante da nova onda de internacionalização da indústria fumageira no Brasil. Elas não tinham outra alternativa. Não dispunham de meios técnicos e financeiros próprios para acompanhar o novo surto de progresso técnico na fabricação de cigarros (com a automatização das linhas de produção), na fumicultura (com a difusão do uso de fertilizantes e defensivos químicos,

entanto, não foi atendida. Argumentou o governo que o fumo era um produto perecível, pois passava por um processo deficiente de beneficiamento inicial (a secagem nos estabelecimentos agrícolas), o que tornava impraticável uma política de preços mínimos. Para o governo, tal política só poderia ser implantada se precedida da ampliação da infra-estrutura de beneficiamento e armazenagem. Assim, os preços para o fumo em folha continuam sendo determinados exclusivamente pelas organizações da indústria e do grande comércio, onde, evidentemente, a Souza Cruz, dada a sua posição hegemônica no mercado, controla a palavra final.

Os fumicultores brasileiros, geralmente pequenos agricultores descapitalizados e instalados em minifúndios, não puderam resistir à pressão exercida pelas grandes empresas comerciais ou industriais do ramo. Na Bahia, jamais foi criada uma cooperativa de fumicultores. Em Alagoas, a única cooperativa implantada acabou se dedicando à pecuária. No Rio Grande do Sul, as dezenas de cooperativas existentes entre 1940 e 1960 foram forçadas a desaparecer pelo combate dado a elas pelas multinacionais (31). Também os sindicatos de trabalhadores rurais pouco puderam fazer na luta por melhores preços para o fumo, pois enfrentaram a resistência combinada dos sindicatos e associações patronais aliados aos Ministérios e Secretarias do estado (32).

4. Concentração do Capital na Indústria Brasileira do Fumo

No Brasil, desenvolveu-se, desde fins do século XIX, uma indústria nacional de cigarros, charutos e cigarrilhas, concentrada sobretudo na Bahia, no Rio Grande do Sul e no eixo Rio-São Paulo. Por volta da metade do século XX, esta indústria, já seriamente abalada pela concorrência imposta pelo truste do tabaco, reunia apenas estabelecimentos tecnicamente obsoletos e empresas que só raramente dividiam mercados fora das regiões onde estavam localizadas. Além do obsoletismo de suas máquinas e equipamentos, pesava contra essa indústria de capital nacional o fato de que era incapaz de impulsionar o progresso técnico

sementes selecionadas, implementos e assistência técnica), no beneficiamento (com a utilização da secagem em estufas). Não dispunham de meios para unir, sob seu próprio controle, a fumicultura e a fabricação de cigarros, construindo uma moderna agroindústria fumageira, baseada em poucas fábricas automatiza das e em uma ampla, concentrada e diretamente subordinada rede de fumicultores assistidos técnica e financeiramente. Não dispunham de recursos para ampliar a capacidade de armazenagem da matéria-prima (+), ou para expandir a rede de distribuição de seus produtos, a fim de enfrentar as concorrentes estrangeiras no conjunto do mercado nacional. Além disso, não tinham também condições para mobilizar o capital necessário para enfrentar as elevadas despesas com publicidade e com as frequentes alterações no acabamento do produto final (embalagem, desenho dos cigarros, modelos de filtro, etc), mudanças que provocavam a obsolescência precoce dos equipamentos.

Não dispoñdo de recursos próprios, não podiam contar com o crédito estatal, pois o governo federal impunha restrições ao financiamento de investimentos no setor, ao tempo em que, coerentemente com seus interesses imediatos, incentivava as associações com o capital estrangeiro - caminho mais curto para a elevação do volume arrecadado de impostos e para a expansão das exportações da folha.

Por volta de 1965, existiam no país cerca de 16 empresas nacionais dedicadas à fabricação de cigarros. Estava em vigor um acordo tácito entre a Souza Cruz e estas empresas, segundo o qual o mercado brasileiro era dividido em dois segmentos: os cigarros mais sofisticados eram fabricados pela multinacional, ficando os cigarros "populares" reservados aos fabricantes nacionais. Descapitalizadas, estranguladas pela hegemonia absoluta da Souza Cruz e atingidas pela crise econômica do início dos anos 1960, as empresas nacionais sofreram um golpe de misericórdia com as reformas fiscais do período 1964-66: o

(+) O fumo tem apenas uma safra anual. Mas esta não é a única razão a impor a necessidade de grandes estoques da folha. O fumo em folha, uma vez colhido e "pré-beneficiado", passa por processos de ressecagem e esterilização e é guardado para que "amadureça". O período de amadurecimento pode chegar a um ano.

o peso dos impostos sobre os preços finais de seus produtos e levou-se brutalmente, enquanto a demanda por seus cigarros começava a encurtar, vitimada pelo arrocho salarial. Três empresas encerraram suas atividades: Brastola, San Bernardo e Independência. Outras sobreviveram apenas mais alguns anos, até serem absorvidas por multinacionais. Em 1975, haviam sido absorvidas pela Reynolds ou pela Philip Morris, diretamente ou por meio de associações com outras empresas multinacionais, as empresas Tabacaria Londres, Flórida, Tabacos Sabrati, Caruso, Gracioli, Ibrac (estas últimas quatro controladas pela Anchieta), Araken, Sinimbu, Lopes Sá (fundada em 1842) e Santa Cruz. Restavam, portanto, na segunda metade da década de 1970, apenas três empresas nacionais fabricantes de cigarros: a Sudam, a Cia. de Cigarros São Sebastião - esta fundada em 1923 e operando meio século depois com o mesmo maquinário - e a Alfredo Fantini. (32).

Com a nova onda de desnacionalização no ramo, a participação dos fabricantes nacionais no mercado brasileiro de cigarros, que ainda girava em torno dos 8% em meados dos anos 1970, caiu, segundo o Jornal do Brasil, para cerca de 2% em 1981. (33). Este dado, no entanto, é discutível. Segundo a revista Exame, a participação das três empresas nacionais no mercado era de apenas 0,3% (das vendas totais) em 1978 (34). Quem constituía o mercado nesta faixa de 2 a 0,3%? Na maioria dos casos (marcas), a população marginalizada dos subúrbios e favelas do Rio e de São Paulo.

Em 1981, a Sudam vivia a situação típica das empresas nacionais. Após passar toda a década de 1970 apresentando balanços deficitários, a empresa devia, em outubro de 1981, apenas à Receita Federal, 2 bilhões e 300 milhões de cruzeiros de impostos (IPI) sonegados em exercícios anteriores. Tinha atravessado reformas administrativas modernizadoras e definido um novo eixo para suas atividades: a exportação de fumo e cigarros (estes para o mercado africano). No mercado interno, considerava impossível a ampliação das vendas, pois não tinha como vencer a concorrência imposta pelo oligopólio estrangeiro (35).

Nas décadas de 1960 e 1970, investiram na indústria do fumo no Brasil e/ou na fumicultura do país as empresas internacionais Liggett & Myers, Brinkmann (pertencente a uma corporação multinacional que engloba a Dunhill, Carreras, Rothmans, Hebrant e outras), Reemtsma Zigarretfabriken, Philip Morris, August Blase (charutos), Reynolds, entre outras. Durante a década de 1970, algumas das subsidiárias de multinacionais se fundiram no país. Em fins da década, restavam, no mercado de cigarros, além da Souza Cruz, apenas mais duas empresas de capital estrangeiro: a R. J. Reynolds do Brasil e a Philip Morris. Suas matrizes nos Estados Unidos eram, na mesma ordem, primeira e segunda maiores empresas do ramo. E a Philip Morris era proprietária da marca de cigarros mais vendida no mundo: a "Marlboro". Dispunham de enormes recursos técnicos e financeiros para lutar contra a Souza Cruz. (36).

Ainda assim, era tão privilegiada a posição da Souza Cruz no período, que a penetração no Brasil da Reynolds e da Philip Morris não conseguiu abalar sua participação no mercado nacional. Ao contrário, a Souza Cruz conseguiu ao longo da última década aumentar sua presença no mercado brasileiro, chegando a controlar, entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980, mais de 80% das vendas de cigarros (37).

Pelo menos até 1978, as duas multinacionais concorrentes da Souza Cruz continuavam operando "no vermelho", envolvidas numa batalha extremamente dispendiosa da grande guerra que moviam umas contra outras no mercado mundial. Eram obrigadas apesar de tudo a continuar acumulando no Brasil prejuízos da ordem de dezenas de milhões de dólares. Com efeito, nos Estados Unidos, principal mercado do globo, a demanda apresentava sinais de saturação e os controles sobre a publicidade, somados às campanhas anti-tabagismo, pesavam cada vez mais sobre o crescimento do consumo, já penalizado pela recessão. Exatamente por isso, tanto a Reynolds quanto a Philip Morris começavam a retirar capital do ramo, nos EUA e em outros países, deslocando recursos para investimentos na indústria de alimentos e bebidas (no Brasil a Souza Cruz também diversificava suas inversões, interessando-se, por exemplo, pela produção de celulose).

Pode-se dizer que a desnacionalização da atividade fumageira no país marcou o período 1965-1975. A fumicultura continuou a existir com base no trabalho de pequenos fumicultores nacionais, mas estes passaram a uma condição de completa dependência técnica e financeira com relação ao capital estrangeiro. O setor de beneficiamento e exportação do fumo em folha conheceu um rápido movimento de concentração e centralização do capital comandado por multinacionais. Embora na comercialização do fumo tenham sobrevivido algumas empresas de capital nacional, ou ainda capitais nacionais associados, no setor de industrialização (basicamente fabricação de cigarros) as empresas nacionais foram quase que riscadas do mapa - a desnacionalização da indústria brasileira de artigos de fumo, iniciada nos anos 1920, completou-se entre 1965 e 1975.

Com a desnacionalização, concentração e centralização do capital, avançaram também as técnicas de produção de fumo em folha e de seus artigos industrializados. Na fumicultura, difundiu-se o uso de fertilizantes químicos, corretivos de solo, defensivos e estufas para o "pré-beneficiamento". Na indústria, surgiram as máquinas automáticas e, mais tarde, os processos robotizados de produção (em 1982, a Souza Cruz já havia instalado "robôs" em pelo menos uma de suas fábricas de cigarros, a de Uberlândia - MG) (38).

As inovações do período não atingiram apenas os processos de produção da matéria-prima e dos produtos finais; além disso, transformaram a própria matéria-prima e o próprio produto. No caso dos cigarros, uma inovação importante ocorreu com o desenvolvimento e difusão dos filtros. No Brasil, a Souza Cruz introduziu o cigarro com filtro no início dos anos 1960, com a marca "Minister". Em 1966, apenas 10% dos cigarros consumidos no país eram deste tipo. Em 1969, a participação dos cigarros com filtro no mercado havia saltado para 49%, e, em 1974, 88,4% da produção da Souza Cruz já pertencia a esta categoria de produto (39).

Outra inovação relevante surgiu com a introdução dos cigarros de baixos teores (acompanhada pelo uso maior de aditi

vos químicos na matéria-prima), que resultou do desenvolvimento simultâneo de novas variedades de tabaco, de novos papéis com maior grau de porosidade e de novos desenhos de filtros. Neste caso, a Philip Morris assumiu a vanguarda introduzindo o "Galaxy" em 1976. Em 1982, cerca de 5% dos cigarros fumados no Brasil eram de "baixos teores". Esta proporção ainda reduzida tendia a aumentar rapidamente, pois no mercado americano (53 milhões de fumantes e 650 bilhões de cigarros produzidos por ano) os cigarros com teores de até 10 miligramas de "alcatrão" já tinham conquistado 40% do consumo (40).

É interessante notar como estas inovações das últimas décadas buscaram reduzir a quantidade de componentes tóxicos no tabaco consumido. Se por um lado isso refletiu a existência de pressões contrárias à expansão do vício (comprovou-se a correlação entre o tabagismo e doenças como o câncer), por outro, assegurou algum incremento das vendas e da massa de lucro das grandes empresas do ramo. Com efeito, a redução da quantidade de componentes tóxicos por cigarro frequentemente implica em aumento da quantidade de unidades consumidas no mesmo intervalo de tempo: o viciado tenta compensar assim a redução da dose gem de nicotina em cada cigarro tragado.

A urbanização e o extraordinário incremento dos gastos com propaganda - completamente livre, apesar de criminosa - garantiram o aumento do consumo de cigarros no mercado interno. A expansão do mercado e a diferenciação das faixas de consumo através do sucessivo lançamento de novas marcas (estratégia que acompanhou a concentração da renda nas regiões metropolitanas) permitiram uma enorme ampliação da massa de lucros no ramo (Souza Cruz).

A entrada no mercado brasileiro de mais duas empresas multinacionais produtoras de cigarros acirrou a concorrência, colocando na ordem do dia o reinvestimento dos lucros acumulados e dirigindo-o para aplicações que reduzissem os custos de produção dos cigarros. A redução dos custos deu-se em duas frentes.

Em primeiro lugar, tratou-se de eliminar a intermediação do capital mercantil de forma a colocar a fumicultura sob o controle direto, financeiro e tecnológico, do capital industrial. Com isso, buscou-se não só a apropriação do excedente até então absorvido pelos intermediários comerciais, mas também o aumento da produção e da produtividade nos fumais, além da garantia da qualidade e da padronização da matéria-prima. Forçou-se o uso de insumos industrializados no plantio e no cultivo, assim como a utilização de estufas. Para o atendimento das novas exigências técnicas, expandiu-se o crédito fornecido pela própria empresa industrial ou obtido na rede bancária através das "cartas de recomendação". Determinando a quantidade produzida, os métodos de produção, a qualidade e a especificidade do produto, o capital industrial aproximou a fumicultura das necessidades técnico-econômicas de suas fábricas. Fixando por conta própria os preços para o produto, comprando diretamente a produção e utilizando ainda sistemas de classificação da folha que reduziam o valor real do fumo, o capital industrial baixou seus custos de produção, apropriando-se de um "sobrelucro" as custas do fumicultor.

Em segundo lugar, buscou-se reduzir as despesas com a mão-de-obra ocupada nas fábricas de cigarros e nos estabelecimentos de beneficiamento. O incremento da automatização levou a uma redução absoluta do número de operários ocupados. Paralelamente, a concentração da produção em grandes fábricas automatizadas alterou significativamente o perfil da mão-de-obra ainda empregada no ramo. O grau de especialização da força de trabalho cresceu, pois a indústria passou a necessitar de uma proporção maior de engenheiros, químicos, técnicos agrícolas (para a assistência técnica na fumicultura) e pessoal de vendas, administração, publicidade, etc. Mas, ao mesmo tempo, passou a demandar cada vez menos trabalhadores manuais não qualificados - número maior nos períodos de safra, menor nos períodos de entressafra. Do ponto de vista dos custos, enquanto aumentaram enormemente as despesas com comercialização, propaganda e pesquisa, caíram a proporções irrisórias as despesas com salários.

Com a diversificação dos investimentos da indústria

na direção da fumicultura e do comércio exterior do fumo beneficiado, o capital mercantil foi expulso do ramo, no sul do país, e consolidou-se a moderna agroindústria brasileira do tabaco. Os "armazéns" de fumo, as manufaturas e a forte presença do capital mercantil no setor exportador continuariam existindo apenas no Nordeste. No Sul, a moderna agroindústria se desenvolveria com base em grandes usinas de beneficiamento, fábricas automatizadas e numa fumicultura "tecnificada", subordinada diretamente ao capital industrial.

No período entre o pós-guerra e 1975, o processo de concentração regional da produção, que a indústria brasileira do fumo conheceu a partir dos anos 1920, não voltou a ocorrer. Não voltou a ocorrer, apesar do novo movimento de concentração do capital e da produção no ramo, que resultou na quase extinção da indústria de capital nacional produtora de cigarros e charutos. Ao contrário, houve uma relativa descentralização da indústria brasileira do fumo. Ela resultou, sobretudo, da expansão da fumicultura em Santa Catarina e do crescimento da lavoura somado à expansão do beneficiamento/industrialização do fumo em Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e outros Estados.

No caso da fumicultura, entretanto, a descentralização foi apenas parcial: se o Rio Grande do Sul perdeu terreno na lavoura do fumo, isto se deveu ao desenvolvimento da fumicultura em outros Estados da região sul do país. Assim, apesar da expansão da produção de fumos fortes em Alagoas, a tendência à concentração da lavoura nos Estados de agricultura mais capitalizada e mais próximos dos mercados do eixo Rio-São Paulo permaneceu em vigor.

No que se refere à industrialização do tabaco, observou-se uma descentralização mais efetiva. Neste caso, manteve-se a tendência de localização das unidades fabris junto aos principais mercados consumidores, buscando-se a redução das despesas com transporte e comercialização dos produtos finais. A Souza Cruz, por exemplo, controlava no início dos anos 1980 mais de 80% do mercado nacional de cigarros com sete fábricas estrategicamente instaladas em Salvador, Uberlândia, Recife, Belém, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Tabela I

Distribuição Regional da Indústria do Fumo no Brasil em 1950, 1960, 1970 e 1975, Segundo o Valor da Produção

Estado	Valor da Produção: Estado/Brasil			
	1950	1960	1970	1975
Bahia	7,6	10,1	5,0	7,1
DF/GB/RJ	20,0	15,5	20,1	17,2
São Paulo	32,1	34,1	30,6	22,7
Rio Grande do Sul	26,5	21,9	18,1	20,0
Outros Estados	13,8	18,5	26,2	33,0
Brasil	100,0	100,1	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Censos Industriais

5. Fumicultura na Bahia: Evolução Recente

O rápido esgotamento do solo caracteriza a lavoura fumageira. Este fato impõe, em todas as regiões produtoras, o uso permanente de sistemas de rotação de culturas e de adubação química ou orgânica. O sistema de rotação de culturas - com alternância do fumo, da mandioca e/ou do milho - baseado na adubação com esterco de curral foi implantado na Bahia pelos portugueses no início da colonização. Por volta da metade do século XX, ele ainda não havia sido modificado, conforme notou Leo Waibel, geógrafo alemão que visitou o Recôncavo Baiano nessa época, encontrando na zona fumageira uma agricultura intensiva praticada por pequenos proprietários ou arrendatários em municípios densamente povoados.

"... não são japoneses que cultivam tão intensamente a terra, nem tampouco europeus: são caboclos, na maioria de cor, e também brancos, que plantam fumo num solo que é adubado com estrume de três em três anos. As propriedades são muito pequenas, geralmente com poucos hectares, e os seus donos ou arrendatários não possuem nenhuma cabeça de gado; portanto, são forçados a comprar, por preço elevado, o esterco nas fazendas de gado das vizinhanças. Este comércio de adubo entre as fazendas de gado e as pequenas lavouras é muito intenso, e da quantidade de esterco que cada produtor de fumo possa adquirir dependerá a área de terra que ele poderá cultivar" (41).

Na segunda metade do século, o adubo de gado foi substituído, total ou parcialmente, pela "torta" - subproduto da industrialização da mamona e do cacau. Isso ocorreu devido aos preços elevados do esterco e ao crescimento da oferta do novo adubo, fornecido pelo comércio local.

O balanço que se faz hoje dessa substituição é negativo. Trata-se de uma adubação incompleta, incapaz de compensar o desgaste dos solos utilizados há décadas; solos que ademais são pobres em matéria orgânica, porque estão situados no Planalto do Recôncavo e sofrem intenso processo de lixiviação e erosão. Apenas uma adubação equilibrada, química e orgânica, assistida tecnicamente, poderia gerar um aumento significativo da produtividade física, compensando a sangria de nutrientes básicos que exige o cultivo do tabaco. Contudo, por este tipo de adubação o fumicultor baiano não pode pagar.

O problema da baixa produtividade foi agravado pelo fato de que o sistema de rotação na Bahia também não serviu para compensar o empobrecimento do solo. Sem orientação técnica, a rotação foi realizada basicamente com a mandioca - planta que se assemelha ao fumo no que diz respeito às exigências de nutrientes orgânicos e que, na verdade, disputa com ele a adubação da terra. Mas esse equívoco secular tem explicação: o fumicultor baiano precisa produzir seu próprio alimento.

A produtividade na fumiicultura baiana estagnou. Aparentemente, estabeleceu-se um "teto" de 800 kg por hectare, só

superado pela fumicultura baiana em um ano, 1978. Este nível de rendimento ficou bem abaixo do registrado em outras regiões do país. Em 1975, o rendimento médio obtido por hectare foi de 1.398 kg no Paraná, 1.377 kg em Santa Catarina, 1.134 kg no Rio Grande do Sul, 918 kg em Alagoas, 852 kg em Minas Gerais e de apenas 650 kg na Bahia (tabela II).

Além do baixo rendimento físico, outra evidência da estagnação técnica na fumicultura baiana é a queda da qualidade do tabaco produzido no Estado, resultante das condições de cultivo e beneficiamento. Assim como a baixa produtividade (que impede a redução do preço do fumo para a indústria), a queda da qualidade tem afastado tradicionais fabricantes compradores do fumo regional, levando tais compradores à diversificação de suas fontes de suprimento no mercado internacional. A queda da qualidade do produto baiano torna-se evidente com a mudança dos esquemas de comercialização a partir dos anos 1960. As firmas importadoras passam a exigir nesta década o envio prévio de amostras do fumo ofertado por exportadores da Bahia; condição colocada como indispensável para o fechamento de contratos, respeitada até pelas marcas mais tradicionais. Além disso, as firmas importadoras passam a reter uma parcela significativa dos pagamentos, liberando-a somente após a entrega dos fardos. E mais: o controle das firmas estrangeiras sobre a comercialização e o beneficiamento no Recôncavo torna-se presente, voltando-se, assim, aos mecanismos de comercialização existentes no século passado, anteriores ao estabelecimento de firmas de renome internacional como a Dannemann ou a Suerdieck (42).

A partir da década de 1950, a fumicultura baiana expandiu-se no interior do Estado, abandonando parcialmente as áreas do Planalto do Recôncavo, pois muitos fumicultores - principalmente médios e grandes - desta região desistiram da lavoura em função de sua baixa rentabilidade. A zona fumageira de Feira de Santana tornou-se a principal área produtora de tabaco na Bahia. A expansão da fumicultura em direção ao interior, notadamente a partir das últimas décadas, implicou na queda da qualidade média do fumo produzido e afetou negativamente o rendi-

Tabela II

Brasil - Fumo em Folha: Quantidade Produzida, Área Colhida e Rendimento Médio por Hectare, Segundo a Unidade da Federação em 1975

Unidade da Federação	Quantidade Produzida (t)	%	Área Colhida (ha)	Rendimento Médio (kg/ha)
Alagoas	21.773	9,29	23.721	918
Bahia	30.216	12,90	46.518	650
Minas Gerais	16.283	6,95	19.111	852
Paraná	13.907	5,94	9.948	1.398
S. Catarina	47.811	20,41	34.727	1.377
R. G. do Sul	81.784	34,91	72.108	1.134
Outras	22.506	9,61	29.112	773
Brasil	234.280	100,01	235.245	996

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1975.

mento obtido por hectare. Isso ocorreu, em parte, porque as novas áreas de fumicultura não eram alcançadas pelos serviços de assistência técnica, mas também porque no interior do Estado não existiam condições de clima e solo satisfatórias para o cultivo (+). Em razão da pior qualidade, o fumo de regiões produtoras como Feira de Santana foi exportado em mistura com o fumo do Recôncavo e, em grande parte, foi destinado apenas à produção de fumo em corda ou fumo picado para consumo doméstico.

(+) Caso diferente é o do novo "pólo fumageiro" do sul da Bahia. Em 1982, a empresa Agrocomercial Fumageira firmou convênio com a CEPLAC e o IBF objetivando a implantação de uma nova área de fumicultura no extremo-sul do Estado. Este projeto amadureceu exatamente em função da existência de ótimas condições de clima e solo na região, e também por causa do decréscimo da produção nas áreas tradicionalmente dedicadas ao cultivo do fumo em folha de melhor qualidade no Recôncavo. A Agrocomercial definiu como meta do novo pólo a expansão da oferta de fumos de qualidade superior para charutos, tanto para os "miolos", quanto para as "capas". Fumos amarelos para cigarros também poderiam vir a ser cultivados, porém apenas secundariamente (43).

É interessante lembrar que é considerável o acervo acumulado de conhecimento técnico sobre a produção de tabaco na Bahia. Afinal, o Instituto Baiano do Fumo foi criado na década de 1930 e o fumo já era cultivado no Recôncavo, geração após geração de agricultores, muito antes da criação deste órgão. Não seria uma tarefa impossível recuperar este acervo e, a partir daí, com financiamento estatal, eliminar o atraso técnico na lavoura fumageira baiana. Com isto, poder-se-ia elevar o rendimento por hectare na fumicultura e reconquistar os padrões de qualidade tradicionais.

A situação de exploração a que estão submetidos os fumicultores impede o desenvolvimento e a difusão de tecnologias mais modernas sem o apoio estatal. Para o pequeno fumicultor, o investimento em técnicas alternativas não tem perspectiva de retorno. Apesar disso, o fumo foi excluído dos produtos assistidos pela Emater-Ba. Ao mesmo tempo, o IBF transformou-se num órgão dedicado quase exclusivamente à produção e distribuição de sementes e mudas selecionadas. Se é verdade que ainda hoje realiza alguma atividade de orientação técnica para o cultivo, é verdade também que perdeu sua condição de centro de pesquisa, gerador e difusor de novas tecnologias, limitando, além disso, sua atuação a poucas áreas produtoras de fumo, sem alcançar o conjunto da fumicultura estadual. Mesmo após a criação do Polo nordeste, programa de desenvolvimento agrícola financiado pelo governo federal, a assistência técnica continuou atingindo menos de 10% dos fumicultores, e apenas em algumas áreas de maior concentração da lavoura fumageira (44).

Vale a pena detalhar um pouco mais a história da pesquisa do fumo no Estado. Ela começou a ser realizada em 1943, graças a um acordo entre a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio e o IBF, prevendo-se a execução de experimentos planejados com a Escola de Agronomia de Cruz das Almas. Objetivava o melhoramento de plantas, a racionalização da adubação, dos tratamentos culturais e do combate a pragas e doenças. Edificaram-se instalações no campus e contrataram-se muitos técnicos. Ainda na década de 1940, a falta de verbas oficiais começou a entrar o trabalho do IBF. Sustentado por uma quota retirada do

valor das exportações, o IBF era pressionado pelos exportadores. Em 1948, foi criado o Instituto Agrônomo do Leste - IAL, mais tarde IPEAL, que conseguiu atrair a maior parte do corpo técnico do IBF. O IAL criou em 1951 um setor de pesquisas sobre o fumo. A experimentação desapareceu do IBF e parte do seu acervo foi entregue ao IAL. Este órgão continuou ampliando suas pesquisas, voltadas para o melhoramento do fumo Brasil-Bahia, desde 1951, e do fumo Sumatra para charutos exportados (1953). As pesquisas e a assistência técnica oficial foram ampliadas entre os anos 1950 e meados da década de 1960, estimuladas também pelas "missões rurais" do Ministério da Educação. No final da década de 1960, por falta de recursos, a pesquisa entrou em colapso. No IPEAL (IAL) o "setor fumo" foi praticamente desativado, perdendo-se o acervo de material genético acumulado. O IBF passou a atuar, enquanto isso, apenas na área de fomento, distribuindo sementes e mudas.(45).

O atraso tecnológico da fumicultura baiana aumentou porque as multinacionais do ramo não se interessaram pelo desenvolvimento da lavoura do fumo na Bahia. A intervenção das empresas regionais neste campo foi limitada em primeiro lugar pela própria dimensão destas empresas. As únicas iniciativas importantes foram tomadas pela Agrocomercial Fumageira, pela Menéndez e Amerino e pela Suerdieck. A primeira empresa procurou desenvolver um modelo de plantação "eficiente", visando a produção de fumo "capeiro". A segunda desenvolveu o "havana" baiano com sementes cubanas e investimento em plantações próprias. A terceira procurou melhorar a qualidade do fumo para charutos. Foram, no entanto, iniciativas isoladas, prejudicadas pela ausência de apoio estatal - vide, por exemplo, as dificuldades colocadas para a importação de talagarças para a cobertura das plantações.

Nos últimos anos, o fumo ocupou em média 2% da área cultivada no Estado da Bahia, contribuindo também com cerca de 2% para o valor total da produção das lavouras baianas (vide tabela III). Estas porcentagens deixaram a fumicultura entre as 10 principais atividades da agricultura estadual, ainda que numa posição secundária se comparada à situação de culturas

como a do cacau ou do feijão.

Tabela III

Bahia - Participação do Valor da Produção do Fumo em Folha no
Valor Total da Produção Agropecuária: 1970-1978

Ano	Participação (%)
1970	1,7
1971	1,9
1972	2,1
1973	2,3
1974	2,4
1975	2,3
1976	2,2
1977	1,7
1978	3,7
Média	2,3

Fontes: 1970-76: - BAHIA. Secretaria Estadual do Planejamento, Ciência e Tecnologia - Ceplab. Economia baiana - subsídios para um plano de governo. Salvador, Ceplab, 1978
1977-78 - BAHIA. Secretaria Estadual do Planejamento, Ciência e Tecnologia - Ceplab. Anuário estatístico da Bahia 1978-79. Salvador, Ceplab, 1979.

Disseminada em toda a Bahia, ainda que mais concentrada no Recôncavo e na região de Feira de Santana, a fumicultura continuou sendo uma atividade típica dos minifúndios. Continuou sendo também uma lavoura complementar, fonte de renda monetária para pequenos agricultores, aliás, ainda frequentemente mais importante, deste ângulo, que outras lavouras de alimentos ou matérias-primas.

"O cadastro do INCRA fornece evidências da plantação de fumo em minifúndios, de propriedade ou

não do lavrador, ou em regime de parceria em fazendas de grandes áreas. Enquanto, aproximadamente, metade da produção do Estado em 1972 foi obtida em pequenas propriedades agrícolas de área inferior a vinte hectares, fazendas com mais de mil hectares produziram cerca de 16% do fumo naquele ano...

"... devido ao elevado número de fases da lavoura do fumo e as diversas etapas de seu beneficiamento, é necessária a utilização de grande quantidade de mão de obra e de consideráveis esforços de organização e capatazia, de forma que grandes e médios estabelecimentos produtores requerem complexa estrutura administrativa, além de requisitos técnico-agronômicos, o que representa elevada estrutura de gastos e grandes aplicações financeiras. Tais condições explicam, em parte, a existência de um único agente econômico do tipo empresa comercial produtora" (a Agrocomercial Fumageira)(46).

No Recôncavo, zona produtora tradicional, "... as propriedades médias (de 10 a 100 ha) e pequenas (inferiores a 10 ha) representavam respectivamente 18% e 80% do número de fazendas e ocupavam 30% a 20% da área agrícola..." em 1970 (47).

Uma pesquisa realizada em 1979 mostrava que 70% dos fumicultores trabalhavam em estabelecimentos de menos de 50 hectares, e que 34% cultivavam a folha em propriedades de até 5 hectares. A mesma pesquisa revelava que o fumo ocupava em média 20% da área cultivada em cada estabelecimento, ou seja, menos de 1,5 hectare (48).

Cultivavam o fumo principalmente pequenos proprietários e, em menor escala, arrendatários, parceiros e posseiros. O uso do trabalho assalariado na fumicultura era esporádico, existindo apenas em determinados momentos do cultivo, a não ser no caso das plantações de empresas exportadoras. A baixa rentabilidade da lavoura do fumo forçou a utilização quase exclusiva do trabalho familiar não remunerado. Por outro lado, o empobrecimento dos fumicultores implicou na necessidade de garantir a sua sobrevivência de outra forma que não o trabalho familiar na lavoura do fumo associada à produção de alimentos. Quase sempre o caminho encontrado foi o do assalariamento temporário, em geral, em grandes estabelecimentos agropecuários e em outros setores da economia regional (manufatura e artesanato do fumo, serviços).

De acordo com a pesquisa citada acima, pouco mais de 60% dos fumicultores baianos utilizavam apenas meios manuais em todas as fases da cultura. Menos de 10% utilizavam exclusivamente a tração animal além do trabalho braçal, e cerca de 30% usavam a tração mecânica (preparo do solo), combinada com a tração animal e os meios manuais. Mais ou menos 30% dos fumicultores não utilizavam qualquer método de adubação, enquanto os outros usavam a torta de mamona e o esterco, combinados ou separadamente. A adubação, quando ocorria, era feita sem qualquer assistência técnica, sem análise prévia do tipo de solo, etc. Quase todas as plantações eram atingidas por pragas e quase 40% dos fumicultores não faziam uso de qualquer método moderno de combate às doenças ou aos parasitas do fumo. A utilização de defensivos, quando existia, também não contava com orientação técnica. Tal fato se refletia, naturalmente, em elevadíssimos índices de perdas na produção, que, muitas vezes, alcançavam mais de 50% do total do fumo plantado.

Willian S. Saint, pesquisando a fumicultura baiana na metade da década de 1970, encontrou resultados diferentes, mas que retratavam basicamente o mesmo quadro. Segundo ele, nenhum fumicultor possuía arado, cultivador, grade ou trator, carro ou camionete. Cerca de 5% tinham pulverizador, 57% tinham aplicador de formicida e 30% possuíam motor a gasolina. Cerca de 13% dos fumicultores preparavam o solo com trator alugado e 87% utilizavam para isso apenas a enxada. A adubação não era feita por 5% dos produtores (proporção bem menor que a registrada pela pesquisa citada acima), enquanto 68% usavam a torta de mamona, 22% o esterco e 2% adubos químicos. Além disso, 98% dos produtores não contava com qualquer orientação técnica (49).

A força de trabalho é o principal componente dos custos de produção na fumicultura. A emigração provocada pela estagnação econômica da maior parte dos municípios tradicionalmente produtores de fumo, na medida em que reduziu a oferta local de mão-de-obra, elevou em muito as despesas com o cultivo do tabaco. De acordo com o Instituto Baiano do Fumo, a estrutura dos custos para a produção de fumo em um hectare de terra na Bahia, em 1975, era a seguinte:

Tabela IV

Bahia - Custos Para a Produção de Fumo em um Hectare em 1975

Operações	Custos (Cr\$)
Preparo do solo	585,00
Adubação	1.440,00
Coveamento	345,00
Plantio e replantio	180,00
Tratos culturais	1.320,00
Colheita	1.035,00
"Pré-beneficiamento"	1.200,00
Custo total	6.105,00
Receita: 50 arrobas x Cr\$ 110,00	5.500,00
Resultado	- 605,00

Fonte: BRASIL. Ministério da Agricultura, Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, Estudos básicos para o planejamento agrícola - subsídios para a análise da cultura do fumo. Brasília, MA, 1978.

Os dados falam por si. A lavoura fumageira na Bahia, com o controle oligopólico sobre a comercialização e a alta dos custos dos insumos básicos (adubo e mão-de-obra), tornou-se uma atividade de rentabilidade mínima, nula ou até mesmo negativa, do ponto de vista dos pequenos fumicultores.

Nas últimas décadas, quase todo o crédito estatal foi ofertado pelo Banco do Brasil. O volume total de crédito oferecido beneficiou apenas uma parcela mínima dos fumicultores e foi ainda, para os poucos mutuários, insuficiente para custear as despesas com o cultivo. O Banco do Estado da Bahia e o Banco do Nordeste do Brasil tiveram uma participação ainda menor na oferta de crédito. A solução para o fumicultor foi continuar recorrendo ao crédito dos armazéns de beneficiamento e exportação ou de grandes proprietários de terras. Assim, os fumicultores baianos continuaram presos ao sistema de comercialização baseado na venda antecipada do fumo financiado de forma usurária.

ria pelo capital mercantil, que fixa a sua própria taxa de juros. Além disso, entregando o produto no momento da safra, em condições negociadas meses antes, o produtor nada ganhou com eventuais altas do preço do fumo entre o plantio e a colheita, ou no período seguinte à safra. Os armazéns forneceram crédito apenas para o custeio, não o fazendo, em benefício de suas próprias manobras especulativas, para a "pré-comercialização" (50).

A produção baiana de fumo em folha conheceu flutuações de amplitude considerável nas últimas décadas. Parte dessas flutuações pôde ser debitada ao comportamento dos preços internacionais, por sua vez explicado por uma infinidade de fatores, tais como condições climáticas em outros países produtores, restrições políticas à exportação de charutos e fumos de determinado país (Cuba, Rodésia), etc. Porém, outro elemento importante para a explicação dessas flutuações foi o caráter desregulador da intervenção do capital mercantil no Recôncavo. Desregulador, de fato, pois tratou-se de uma intervenção especulativa que afetou intensamente a fumicultura.

O mecanismo é conhecido. A queda dos preços pagos ao fumicultor leva à redução da área cultivada e da produção. Com isso, diminuem os estoques dos exportadores e importadores e os preços sobem. Estimulados pelos níveis mais altos dos preços, os fumicultores que haviam reduzido o tamanho de suas plantações voltam a expandir a área cultivada, e aqueles que haviam abandonado a lavoura voltam a plantar o fumo (+). Assim, novos estoques são formados e, se os preços continuam em alta, ocorre a superprodução. Com a superprodução os preços caem rapidamente, desestimulando o cultivo. Não há política de preços mínimos e o fumo não é uma lavoura permanente: a resposta do fumicultor é a redução da área cultivada e da produção.

(+) Em meados da década de 1960, em função da queda dos preços pagos pelo fumo, muitos fumicultores da área do Planalto do Recôncavo abandonaram a lavoura fumageira, trocando-a por atividades consideradas, na época, mais promissoras, principalmente a citricultura e a avicultura. Estas atividades, também baseadas em pequenos estabelecimentos, não puderam resistir à concorrência dos centros produtores de agricultura mais capitalizada. É provável que agricultores fracassados nestas atividades tenham retornado à fumicultura com a alta dos preços verificada a partir dos anos 70.

6. Fumo Baiano: Produção, Exportação e Mercados

A produção do fumo na Bahia não acompanhou a expansão do mercado brasileiro, nem o crescimento da presença do fumo em folha nacional no mercado externo. A participação da Bahia na produção brasileira de fumo em folha (em quantidade) caiu de 18,7% em 1960 para 17,6% em 1965, 13% em 1970 e 11,9% em 1975 (tabela V). A participação baiana no total das exportações brasileiras do produto caiu de 80% em 1954 para 22% em 1975.

Pelo porto de Salvador foi comercializada a maior parte da produção de fumo em folha de Alagoas. Assim, as estatísticas de exportação do fumo "baiano" revelam uma exagerada relação entre o volume total produzido no Estado e a fração destinada ao mercado externo. As estatísticas para o período 1964-79, por exemplo, mostram um volume de exportação equivalente a 80% das safras baianas. Trata-se, provavelmente, de uma estimativa equivocada, pois, a quantidade de fumo alagoano exportada por Salvador representou cerca de 10% do total das exportações de fumo "baiano" em 1972, 19,2% em 1973 e 17,1% em 1974. Não existem razões para acreditar que tais proporções tenham sido muito diferentes nos últimos anos (51).

Feita a ressalva, pode-se dizer que segundo as estatísticas disponíveis cerca de 60 a 80% do fumo produzido na Bahia foi destinado ao exterior, sob a forma de fumo em folha beneficiado, nas últimas décadas. O restante foi comercializado no mercado interno, sob a forma de fumo em corda ou como matéria-prima para fábricas de cigarros e, em maior escala, para manufaturas de charutos e cigarrilhas. Estas últimas absorveram uma quantidade estimada em mais de 10% da produção regional, entre 1960 e os anos 1970 (52).

Os principais importadores do fumo baiano foram a Espanha, Alemanha, França, Dinamarca, Holanda, Suíça, Estados Unidos e Suécia (53).

Para a economia baiana o fumo manteve até os anos 1970 alguma importância enquanto produto de exportação. Depois do

Tabela V

Brasil - Produção de Fumo em Folha Segundo os Principais Estados
Produtores: 1960, 1965, 1970 e 1975

Estado	1960		1965		1970		1975	
	toneladas	%	toneladas	%	toneladas	%	toneladas	%
AL	7.030	4,4	16.885	6,8	11.456	4,7	17.619	6,1
RS	55.209	34,2	91.159	36,7	99.635	40,8	97.722	34,0
SC	21.082	13,0	37.751	15,2	50.223	20,6	78.570	27,4
PR	12.690	5,1	13.335	5,5	12.000	4,2
MG	18.341	11,4	17.345	7,0	14.835	6,1	25.847	9,0
BA	30.161	18,7	43.581	17,6	31.700	13,0	34.068	11,9
Outros	29.603	18,3	28.771	11,6	22.816	9,3	21.295	7,4
Brasil	161.426	100,0	248.182	100,0	244.000	100,0	287.121	100,0

Fontes: BRASIL. IBGE. Anuários Estatísticos do Brasil.

BRASIL. BNB-ETENE. Produção e mercado do fumo no Nordeste.
 Fortaleza, BNB, 1970.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Op. cit.

após-guerra, respondeu, em média, por cerca de 10% do total das exportações da Bahia. No final da década de 70, ainda era o quarto produto da pauta de exportações agrícolas do Estado. Mas o peso do fumo em folha no total das exportações estaduais começou a cair, rapidamente, a partir da implantação da indústria petroquímica na Bahia e do novo avanço da lavoura e da agroindústria exportadora do cacau, sisal e mamona. De fato, o incremento da participação dos produtos industrializados e semi-industrializados no comércio exterior da Bahia colocou em segundo plano as exportações do fumo em folha produzido no Recôncavo, um produto básico cuja demanda no mercado internacional se caracterizou pela inelasticidade (fumo para charutos). Isso não significa dizer que as exportações de fumo tenham se reduzido em termos absolutos durante os últimos anos. Na verdade, as

exportações baianas de fumo (em quantidade) ficaram estáveis na década de 1950, apresentaram algum crescimento a partir de 1959 e conheceram nova estabilização, num patamar mais elevado, entre 1961 e 1975. Porém, a participação das exportações de fumo no valor total das exportações do Estado caiu de mais de 20% para menos de 5%, entre 1962 e 1977 (gráficos I e II).

De 1950 até o início dos anos 1960, a produção total de fumo da Bahia manteve-se relativamente estabilizada, num nível ligeiramente mais elevado que o da década anterior. No final dos anos 1950, a área cultivada com o tabaco voltou a crescer e, a partir dos primeiros anos da década de 1960, também a quantidade produzida (gráfico III). Em 1965, a produção atingiu um pico de 43,5 mil toneladas para uma área cultivada de pouco mais de 50 mil hectares.

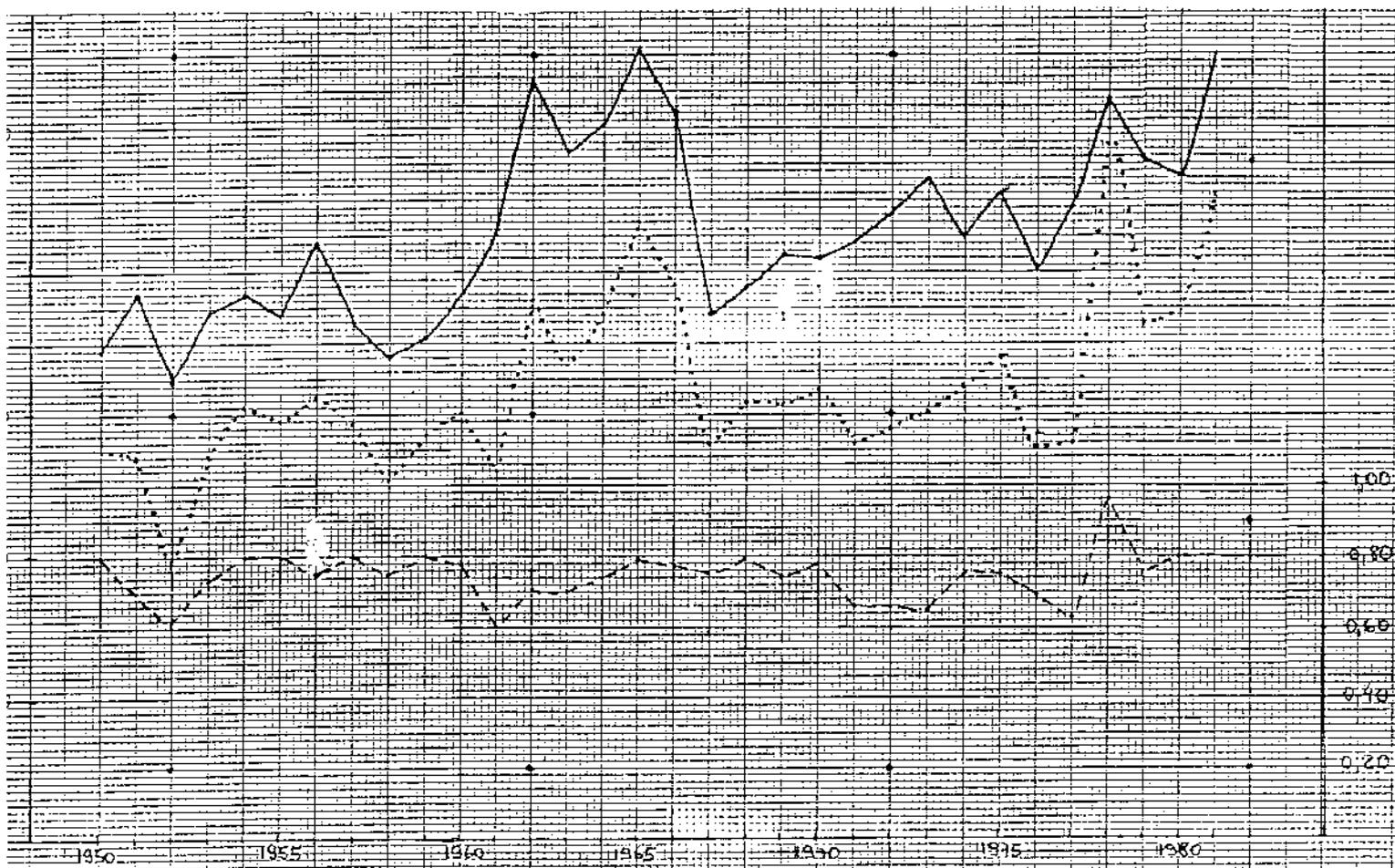
A fumicultura baiana conheceu uma grave crise nos anos seguintes. As boas safras do intervalo 1962-65 permitiram a formação de grandes estoques, levando a uma rápida queda dos preços médios pagos aos produtores. O aprofundamento da crise das manufaturas de charutos encurtou o mercado interno para o produto. O surgimento de culturas supostamente mais rentáveis afetou negativamente a lavoura do fumo. A partir de 1966, a área cultivada e a quantidade produzida decresceram, estabilizando-se mais uma vez entre o final da década e o ano de 1978. Em alguns textos técnicos do período, a fumicultura baiana chegou a ser vista como uma atividade condenada a médio prazo, sacrificada pela rigidez da demanda de fumos fortes no mercado mundial e pela decadência da produção charuteira do Recôncavo.

No entanto, a partir de 1974, ocorreu nova elevação do valor pago pelo fumo baiano no mercado internacional, que saltou de US\$ 0,95 por kg naquele ano para US\$ 2,00 em 1978 (54). A valorização do fumo da região no mercado externo estimulou as exportações e, conseqüentemente, a produção. Desse modo, ocorreu em 1978 uma outra boa safra (50 mil toneladas), que provocou, em seguida, nova depressão dos preços. A produção e a área cultivada não voltaram, entretanto, aos níveis médios do período anterior. De fato, recuperaram-se a partir de 1980

Gráfico III

Área Cultivada, Produção e Rendimento Físico por Hectare na Fumicultura Baiana: 1950-1982

área cultivada (mil hectares) ———
produção (mil toneladas)
rendimento físico (t/ha) - - - - -



Fontes: BAHIA. Fundação Centro de Pesquisas e Estudos - CPE, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. 105 anos de economia baiana - estatísticas básicas - 1872-1976. Volume 2, tomo 2. Salvador, CPE, 1979.
BAHIA. Instituto Baiano do Fumo. Programa plurianual para o desenvolvimento da fumicultura no estado da Bahia. Salvador, IBF, 1981.
BAHIA. Fundação Centro de Pesquisas e Estudos - CPE, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Informe Conjuntural, n.ºs 1 e 15. Salvador, CPE, junho de 1981 e outubro de 1982.

e, em 1981, uma boa safra (pouco mais de 45 mil toneladas) foi novamente obtida.

A rigidez da demanda internacional para a variedade de fumo produzida na Bahia - utilizada sobretudo na elaboração de charutos - marcou a evolução recente da fumicultura baiana. Ela atravessou o intervalo 1950-1980 sem conseguir ultrapassar seu "teto" de produção (50 mil toneladas), perdendo terreno no mercado mundial para a produção de fumos leves do sul do Brasil e de outros países.

Mas no seu segmento específico do mercado - tabaco para a indústria charuteira - o fumo baiano continuou sendo procurado, especialmente pelos importadores europeus. Ele não deixou de ser considerado como um dos melhores tipos de tabaco para a elaboração de charutos e cigarrilhas, sendo comparado em qualidade aos fumos Havana e Sumatra. Por isso, a fumicultura baiana pôde manter-se presente no comércio internacional do fumo, resistindo à pressão de seus concorrentes diretos, isto é, de centros produtores de tipos de tabaco semelhantes ao Brasil-Bahia.

"O mercado internacional tem se mostrado favorável ao fumo da Bahia pois sua participação no valor médio das importações dos principais países consumidores tem aumentado, a despeito das condições que caracterizam a atividade fumageira no Estado. Entre os anos de 1963 a 1973 o preço médio para a Alemanha, a Espanha, a Dinamarca e os Países Baixos, em termos de suas próprias importações, foi cada vez mais elevado. No caso dos Estados Unidos e da França, o produto baiano alcançou, inclusive, um valor superior ao preço médio das compras de fumo realizadas por estes países" (55).

O fumo baiano conservou algum espaço no seu segmento específico do mercado, mas com isso não foi eliminada a tendência ao declínio da fumicultura regional. Até mesmo a recuperação das exportações e o aumento da produção e da área cultivada, nos últimos anos, não podem ser vistas como uma mudança nesta tendência histórica. A entrada de capital e know-how estrangeiro na manufatura reativou a produção regional de charu-

tos, com efeitos positivos sobre a fumicultura baiana. Também no comércio de exportação, a entrada de novos capitais (inclusive do grupo Melitta) abriu novas perspectivas para a reconquista do terreno perdido para fumos semelhantes ao Brasil-Bahia no mercado externo. Contudo, a amplitude da recuperação continuou limitada pelas condições a longo prazo da procura internacional por fumos fortes e charutos, especialmente da demanda nos países desenvolvidos, principais mercados para o fumo baiano. E esta procura permaneceu estagnada.

Os consumidores substituíram, nas últimas décadas, os charutos pelos cigarros. Este processo é hoje reforçado pela certeza de que os charutos são muito mais prejudiciais à saúde do que os cigarros, dada a maior presença de substâncias tóxicas nos fumos utilizados nos primeiros. Além disso, os cigarros mais fortes - que poderiam usar o fumo produzido na Bahia - têm sido substituídos pelos "light". Isto diminui ainda mais o espaço para o fumo baiano nos mercados interno e externo, pois, reduz as possibilidades de seu aproveitamento industrial nas misturas com que são feitas as marcas de cigarros mais consumidas. É necessário lembrar ainda que as cigarrilhas têm substituído parcialmente os charutos (são mais baratas) e que elas absorvem uma proporção menor de tabaco por unidade, sem que isto seja necessariamente compensado por um aumento do total de unidades consumidas por cada dependente (como no caso da substituição dos charutos por cigarros).

Deve-se lembrar também que os fumos fortes são produzidos por quase todos os grandes países consumidores deste tipo de tabaco e que, deste modo, a importação do produto só ocorre, frequentemente, em razão de quebras esporádicas das safras nestes países. Mercados como o da França, o da Itália ou o da Espanha, comportam-se desta maneira com relação ao fumo da Bahia. Finalmente, o consumo de tabaco tem diminuído ou parado de crescer, entre outras razões por causa da crise internacional, nos países da Europa e nos Estados Unidos, principais importadores do fumo baiano. E o caso do tabaco e dos charutos baianos é mais grave, porque são produtos sofisticados e superfluos do ponto de vista dos consumidores nos países importadores, sofrendo, por isso, a pressão das medidas protecionistas.

A produção de fumos leves na Bahia só estaria assegurada caso interessasse as multinacionais que atuam no ramo produzindo cigarros. Aparentemente, o interesse não existe e a produção de fumos para cigarros continua se concentrando no sul do país, onde as "economias externas" são bem maiores. Descartada esta possibilidade, como poderia crescer a produção baiana de fumo?

De acordo com os exportadores regionais, a solução estaria na elevação da qualidade - o mercado para o fumo baiano é um mercado de reduzido dinamismo, onde cada fatia deve ser conquistada contra concorrentes espalhados em todo o mundo. A Bahia exporta apenas pequenas quantidades de fumo de alta qualidade, basicamente destinado ao revestimento de charutos. Este produto, no entanto, alcança preços elevados no exterior e conta com mercados assegurados para uma ampliação da oferta. Países como a Alemanha importam da Bahia principalmente o fumo "capeiro", desprezando o fumo para "buchas" de pior qualidade, que constitui o grosso da produção estadual. O fumo "capeiro" baiano goza de alto conceito no mercado internacional, pois, conta com décadas de exportação e a presença de marcas tradicionais consolidadas durante o período áureo do consumo de charutos. Mas, apesar disso, a produção baiana deste tipo de tabaco continua estabilizada, não ultrapassando certamente mais de 5% da produção total. Eliminados os entraves internos, as exportações poderiam crescer, com a reconquista de mercados perdidos nos últimos anos, ainda que este crescimento viesse a ter limites definidos pela tendência histórica ao desaparecimento do consumo de charutos. (56).

Além disso, a baixa qualidade do fumo baiano e a limitada produção regional do fumo "capeiro" continuam tornando obrigatória a utilização de tabaco importado (da Indonésia) na elaboração das capas dos melhores charutos produzidos na Bahia. Isto eleva o custo de produção nas manufaturas do Recôncavo, encarecendo bastante o produto final. O incremento da produção regional do fumo "capeiro" poderia ser absorvido também pela manufatura de charutos.

Os entraves para a elevação da qualidade do fumo produzido na Bahia e para o aumento da produção de fumo para "capas" estão situados, basicamente, nos setores de pesquisa e assistência técnica, crédito e comercialização. Não existem problemas para o transporte do fumo destinado à exportação na Bahia. O fumo colhido e "pré-beneficiado" é transportado em animais de carga, carroças, caminhonetes e caminhões, no percurso entre os estabelecimentos rurais e os armazéns de beneficiamento e enfiamento. Os dois principais centros de comercialização são Cruz das Almas (Recôncavo) e Feira de Santana. Além deles, vale a pena citar somente Cachoeira e Santo Antônio de Jesus, também localizados no Recôncavo (mapa I). De Feira de Santana e de Cruz das Almas, assim como dos centros menores de comercialização, o fumo segue para Salvador em caminhões que podem usar as boas rodovias do Recôncavo.

Ao contrário, são graves os problemas no setor de armazenagem e beneficiamento. Os armazéns para o beneficiamento, enfiamento e estocagem do fumo, existentes na Bahia foram construídos sem obediência aos padrões técnicos recomendados para a conservação de um produto facilmente perecível e sujeito a pragas. Os armazéns também não operam com métodos científicos para o beneficiamento, classificação do produto, manuseio no enfiamento, etc. Ocorre com frequência a reinfestação com pragas, o que prejudica a comercialização. Tudo isso contribui para a elevação dos custos de produção, com o conseqüente encarecimento do produto beneficiado. Mesmo no porto de Salvador, que conta com grandes instalações para a estocagem, "... há falta de ambiente adequado para o expurgo de mercadorias ("câmaras de expurgo" para a eliminação de parasitas da folha), bem como há deficiência de organização para a manipulação de mercadorias. Até o ato de embarque, é comum a reinfestação de pragas, determinando prejuízos à qualidade do produto, havendo frequentes reclamações dos importadores" (57).

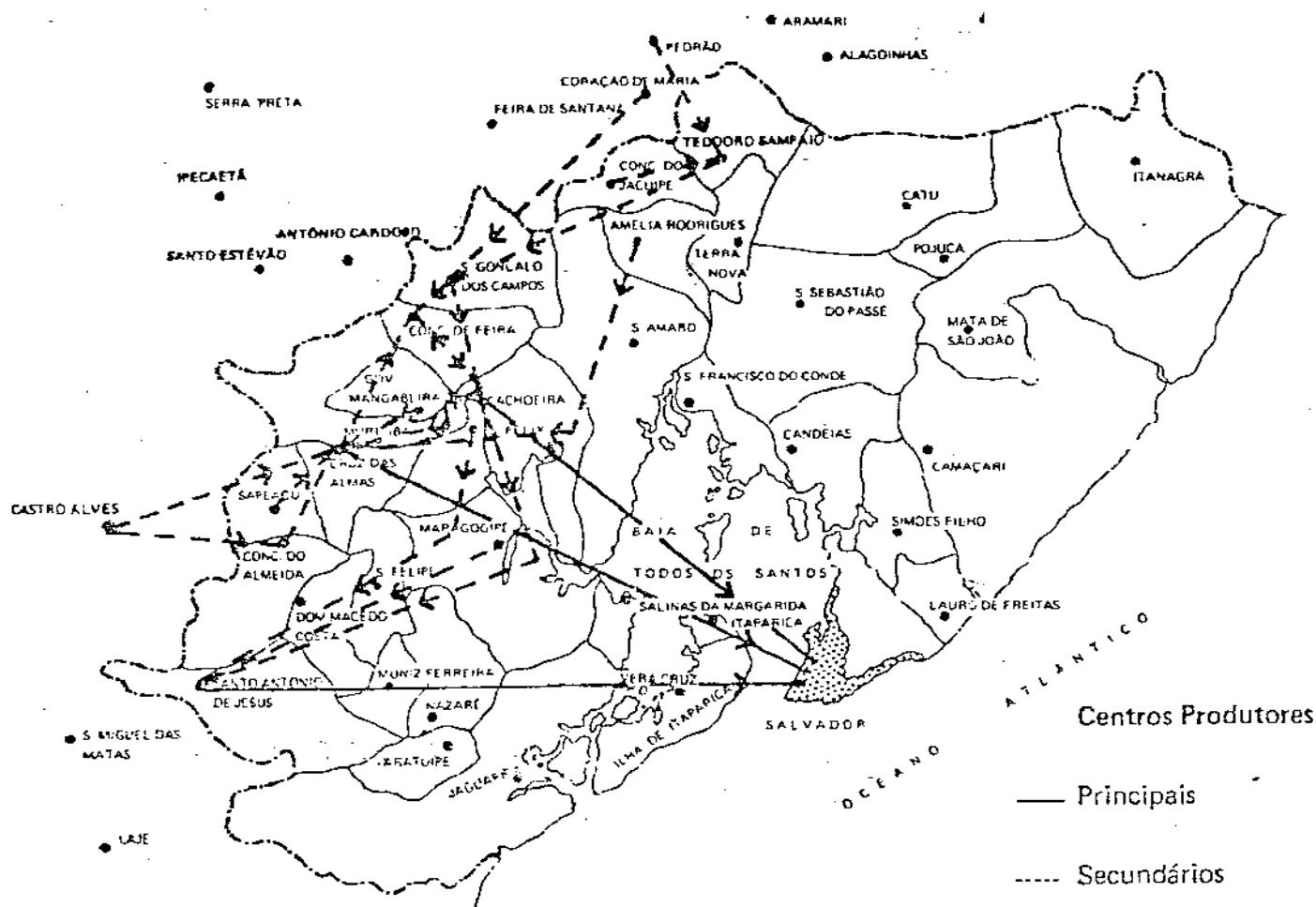
Os problemas da pesquisa e da assistência técnica foram comentados na seção anterior. Mudanças tecnológicas no cultivo e no beneficiamento, que elevassem a qualidade do produto, inclusive reduzindo seus altos teores de nicotina e alcatrão, e

que ainda incrementassem a produtividade da fumicultura regional, poderiam ampliar em muito sua utilização na indústria ch ruteira e cigarreira, no país e no exterior. Mas, para que isto ocorresse seriam necessários investimentos em pesquisa e em extensão, o que implicaria, primeiramente, em reorientação e/ou reforço da intervenção de instituições como a Emater-Ba e o IBF.

Quanto ao crédito, o fundamental seria a garantia por parte de instituições oficiais do financiamento ao custeio, ao investimento e, sobretudo, à pré-comercialização do produto, de modo a proteger o fumicultor das manobras especulativas do grande comércio de exportação. Para isso, seria necessário ainda uma política estatal de preços mínimos.

Mapa I

Fluxos de Comercialização do Fumo no Recôncavo



Fonte: BAHIA. Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo - Conder, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Estudos básicos para o projeto agropecuário do Recôncavo. Tomo V. Salvador, Conder, 1974.

7. Crise das Manufaturas Baianas do Fumo

Apesar da consolidação de um segmento manufatureiro no complexo baiano do fumo, não se desenvolveu na Bahia uma moderna agroindústria fumageira. O crescimento das cidades e da indústria concentrou-se em São Paulo e nas vizinhanças deste Estado. Com a urbanização, concentrou-se também ali o consumo de produtos industrializados de tabaco, com o que prosperou a indústria do fumo destas regiões que produzia cigarros - vale dizer, o truste. Sob o comando do truste expandiu-se a fumicultura no sul do país. A expansão da Souza Cruz jogou para fora do mercado de cigarros as manufaturas baianas que produziam estes artigos. Os impostos sobre o comércio interestadual e a precariedade dos transportes encareceram os charutos e cigarrilhos baianos nas praças do eixo Rio-São Paulo. No próprio mercado de Salvador foi instalada uma fábrica do truste. Para as empresas baianas, restou a "opção" das tradicionais exportações de fumo em folha e charutos manufaturados, destinadas, sobretudo, ao mercado europeu. "Opção" suicida, pois a depressão mundial, a segunda grande guerra e os anos de reconstrução da Europa, condenaram as empresas baianas a um período de modesto crescimento, ou mesmo de estagnação. Saltar dos "armazéns" e das manufaturas para as usinas e fábricas tornou-se uma tarefa impossível.

Por "moderna agroindústria fumageira" se quer nomear o sistema que integra a fumicultura, o beneficiamento, a comercialização e a industrialização do tabaco, onde a acumulação do capital e a introdução do progresso técnico são diretamente comandadas pelo capital industrial. No Sul, sob a hegemonia do capital industrial monopolista e estrangeiro, ocorreu esta união entre os vários segmentos da atividade fumageira, formando-se, do pós-guerra a 1975, uma agroindústria capaz de abastecer o grosso do mercado nacional e ainda multiplicar algumas vezes o volume das exportações brasileiras de fumo em folha. No Sul, o capital industrial estrangeiro alterou as relações técnicas de produção na fumicultura, expulsou os "armazéns" da comercialização do fumo e assumiu o controle das exportações. Com base nesta fumicultura, implantou fábricas automatizadas e usinas de

beneficiamento estrategicamente localizadas em vários Estados.

Ao contrário, na Bahia, mesmo após a guerra, o comando da atividade fumageira permaneceu em mãos do capital mercantil, abstraído, é claro, o caso da fábrica do truste. Capital mercantil, vale a pena lembrar, já majoritariamente nacional ou "nacionalizado" em função da entrada do Brasil na guerra. A hegemonia do capital mercantil prejudicou o desenvolvimento do conjunto da atividade fumageira na Bahia.

Em primeiro lugar, porque o controle do comércio de exportação sobre a lavoura do fumo implicou no atraso técnico da fumi-cultura baiana. Os fumi-cultores do Recôncavo foram submetidos a um verdadeiro regime de "caderneta de barracão", isto é, foram ludibriados sistematicamente pelo sistema de financiamento (usurário) e compra antecipada (especulativa) da produção. Descapitalizados, estes fumi-cultores não puderam contar com apoio técnico e financeiro para a absorção de novas tecnologias. O grande comércio do fumo deixou ao estado esta tarefa. E o estado a cumpriu insatisfatoriamente. O resultado foi a conservação de técnicas seculares de cultivo e "pré-beneficiamento" no campo, com a conseqüente estagnação da produtividade na fumi-cultura e da qualidade do fumo produzido na Bahia.

Em segundo lugar, a hegemonia do grande comércio sobre a atividade fumageira implicou, no interior da atividade industrial, em predominância do beneficiamento (para a exportação) sobre a manufatura de produtos destinados ao consumo final. No pós-guerra, na maioria das empresas que realizavam simultaneamente as duas atividades - exportação do fumo beneficiado e manufatura - a produção de charutos e cigarrilhas permaneceu em segundo plano, o mesmo acontecendo no conjunto do ramo. Uma conseqüência importante deste fato foi a fragilidade dos laços que uniam a fumi-cultura e as manufaturas na Bahia - a fumi-cultura baiana não foi, por exemplo, capaz de produzir o fumo "capeiro" em larga escala e tratava-se de uma matéria-prima indispensável para a elaboração dos charutos.

As manufaturas do Recôncavo não se mecanizaram, embora

em outros países, no após-guerra, a produção de charutos já se fizesse com uso de máquinas. Por que? Omitida a delicada situação financeira das empresas baianas no período, situação que proibia grandes inversões em máquinas e equipamentos, restavam dois motivos, ambos citados pela direção da Suerdieck em 1946. O primeiro era a preferência dos consumidores pelos charutos "hand made". O segundo era o baixo nível dos salários pagos aos "charuteiros" no Recôncavo, os quais, em mais de 80% dos casos, eram mulheres.

"Os charutos de classe alta só podem ser feitos à mão pois exigem perfeição e cuidados especiais impossíveis a uma máquina. Os charutos de tipos médio e baixo já são, em muitos países, feitos à máquina, parcial ou totalmente. Em nosso meio, porém, a mecanização não foi ainda introduzida, pois, mesmo com o aumento (do custo) da mão-de-obra verificado nos últimos anos, os salários ainda possibilitam a fabricação manual" (58).

Expulsas do mercado de cigarros pelo truste, produzindo com os mesmos métodos do século XIX, contando com uma limitada expansão das vendas de seu principal produto no mercado interno e prejudicadas pela desorganização dos mercados europeu e asiático (fonte de matéria-prima), em decorrência do conflito mundial, as manufaturas baianas se encontravam, no imediato após-guerra, impossibilitadas de resistir à qualquer restrição adicional a seus negócios. Em razão da concorrência exercida por firmas européias produtoras de charutos e também por causa das mudanças políticas e econômicas no Leste Europeu, firmas instaladas na Bahia perderam parte de seu principal mercado (Europa Central, sobretudo Alemanha). Novas restrições se materializaram, no início da década de 1950, com a política de industrialização do governo federal.

A política de comércio exterior do início dos anos 50, que visava proteger a indústria como um todo e baratear a importação de equipamentos para o setor industrial, prejudicou consideravelmente as empresas baianas que produziam charutos. Para o governo, as folhas de fumo "capeiro" importadas pelas manufaturas baianas não podiam ser consideradas indispensáveis como queriam os industriais baianos do ramo. Ao contrário,

foram classificadas como supérfluas, com o que se restringiu sua importação. Agravou ainda mais a situação da indústria baiana de charutos o fato de que o fluxo de importação do fumo "capeiro" dependia do ciclo de safras na Ásia. As dificuldades colocadas pelos órgãos de controle do comércio exterior, que não liberavam licenças e divisas para a compra das folhas para as capas, deixavam as manufaturas diante da permanente ameaça do colapso dos estoques de uma matéria-prima insubstituível. E realmente insubstituível, pois as tentativas de produção de fumo "capeiro" no Recôncavo não tinham frutificado a ponto de permitir a eliminação das importações (59).

Ainda na primeira metade da década de 1950, fecharam, no Recôncavo, a Dannemann, empresa tradicional, fundada nos anos 1870, que empregava cerca de 3.000 pessoas, e a Costa & Penna, com mais ou menos 800 funcionários (60).

A Leite e Alves, fundada em 1856, sobreviveu por mais duas décadas. Ela chegou a empregar algumas centenas de pessoas no período da guerra, produzindo cigarrilhas, charutos e fumo para cachimbo (produziu cigarros até os anos 1930), pois ocupou parte do espaço das firmas alemãs, estas envolvidas então com sérios problemas políticos e financeiros. Com administração deficiente, falta de capital de giro e maquinaria obsoleta e desgastada, conheceu sua crise definitiva no início dos anos 1970. Fechou em 1976, despedindo cerca de 300 operários (61).

A manufatura de charutos e cigarrilhas Carlos Pimentel, fundada em 1933, também sobreviveu até os anos 70. Em 1979, produziu cerca de 18 milhões de charutos, dos quais 30% foram exportados e outros 30% destinados ao mercado de São Paulo (62). Quase todos estes charutos eram do tipo "popular", de qualidade inferior. Por volta do final da década de 1970, começaram a se agravar os problemas administrativos e financeiros da Pimentel. No dia 22 de janeiro de 1981, a direção da empresa concedeu férias coletivas e interrompeu a produção. A manufatura empregava cerca de 400 pessoas e era a principal fonte de recursos do município de Muritiba, Recôncavo Baiano. Seu fechamento deixou em crise a raquítica economia municipal. Os pedidos de exportadores continuavam chegando, os equipamentos

- ainda que obsoletos - continuavam em condições de uso, mas a empresa já estava estrangulada por dívidas contraídas nos anos anteriores (e segundo alguns, nem sempre em proveito da firma). A Pimentel já não pagava à Previdência Social e aos fornecedores de matéria-prima, nem depositava o FGTS de seus funcionários. Pior: novos empréstimos não podiam ser obtidos com prazos e juros razoáveis, dada a situação do mercado de crédito no país, no início dos anos 1980. O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Fumo local reivindicou em nome da empresa uma linha especial de crédito do governo, para que ela pudesse saldar suas dívidas e formar capital de giro (63). Cinco meses após o fechamento, ainda que aparentemente não tivesse obtido o financiamento necessário, a empresa voltou a funcionar parcialmente. Dos 400 funcionários ocupados em janeiro foram readmitidos 120, "... ficando o restante para ser aproveitado mais tarde, quando a fábrica atingir sua plena capacidade de produção" (64).

8. Suerdieck: 1942-1983

A Suerdieck, maior e mais tradicional empresa baiana do ramo no pós-guerra, passou de firma familiar para sociedade anônima em julho de 1946. Contava, então, com cinco armazéns de fumo e quatro manufaturas de charutos instalados no Recôncavo. Enfrentando sucessivas crises, continuou operando como empresa de capital nacional até a primeira metade da década de 1970. Mas sua situação financeira tornou-se delicada, basicamente em razão da escassez de capital de giro para a manutenção de estoques de fumo e para o financiamento de fumicultores. A Suerdieck apelou para o governo federal. Não foi atendida. Permaneceu fechada por vários meses (65).

Em 1975, a família Suerdieck passou o controle da firma para a multinacional Mellita, que já havia se instalado no ramo de charutos em 1965, com a aquisição da empresa alemã August Blase. A Mellita interessou-se pela compra da Suerdieck por três razões: tradição internacional das marcas de sua propriedade, inclusive da marca "Dannemann" e de outras também

pertencentes a antiga firma Dannemann, que tinham sido compradas pela Suerdieck em 1961; condições vantajosas para a aquisição do grande patrimônio da empresa baiana (plantações de fumo, armazéns de beneficiamento, manufaturas, plantação de cedro no Sul, etc); e, finalmente, em razão do baixo nível dos salários pagos às operárias no Recôncavo, o que possibilitava a produção de charutos "hand made" a preços satisfatórios (66).

Com a nova injeção de capital, a Suerdieck, que havia chegado a interromper a produção em suas manufaturas, voltou a crescer. Para isso, no entanto, foi necessária a sua desnacionalização. Voltando a crescer graças aos investimentos da Melitta, a Suerdieck sustentou-se como a maior empresa produtora de charutos do país e, apesar de não conseguir recuperar seus níveis de produção da primeira metade do século, acabou ocupando uma fração considerável (mais de 65%) do mercado brasileiro para estes artigos.

Porém, na medida em que conseguiu o controle da maior parcela do mercado interno, tornou-se difícil para a Suerdieck continuar aumentando suas vendas no Brasil. Para que isso ocorresse, seria necessário vencer as multinacionais do cigarro na batalha pela conquista dos novos dependentes do tabaco. E contra estas multinacionais, a Suerdieck, mesmo contando com os investimentos do grupo Melitta, teria pouco fôlego para competir no corpo a corpo da publicidade e da concorrência tecnológica. A verdade é que os jovens já não fumam charutos e que as mulheres, outro mercado promissor para os cigarros, nunca constituíram mercado para este produto. Inverter esta situação, consolidada por décadas de hegemonia dos fabricantes de cigarros, tornou-se uma tarefa impraticável para a indústria charuteira.

"Diante da maciça publicidade veiculada de todas as maneiras pelos cigarros, o charuto não tem alternativas. Mesmo porque, apesar de movimentar muito dinheiro, a rentabilidade das indústrias de charuto não permite a utilização de grandes verbas para induzir as pessoas a adquirir este novo hábito ou a trocar o cigarro por ele. Não só no Brasil mas também no mundo inteiro, as

fábricas de charuto não costumam anunciar, por exemplo, na televisão ou em outdoors, mas apenas em revistas" (67).

E' até possível que, em 1975, ao comprar a Suerdieck, o grupo Melitta tenha lançado um olhar sobre o crescente mercado brasileiro de cigarros. Mas se o fêz, não seguiu adiante de pois de constatar o impasse da Reynolds e da Philip Morris na luta contra o monopólio da Souza Cruz.

Assim, a Suerdieck permaneceu produzindo exclusivamente cigarrilhas, charutos e, mais tarde, fumo para cachimbo. E foi obrigada a procurar crescer sobretudo no rumo do mercado externo. E mais: nos dois mercados, interno e externo, buscou sustentar suas vendas com os charutos "finos", de preço unitário elevado e destinados a segmentos de alta renda. Nos últimos anos, a Suerdieck exportou cerca de 50% da sua produção, principalmente para a Alemanha, mas também para a Holanda, França, Dinamarca, Itália e Estados Unidos (neste último caso, beneficiando-se com o boicote aos charutos cubanos). Parte destas exportações foram feitas a granel, sem marca ou embalagem, sob encomenda de firmas atacadistas da Europa. Mas a Suerdieck ainda pôde contar com a rede de distribuição do grupo Melitta na Alemanha (68).

A Suerdieck enfrentou nova crise no início dos anos 1980. Em primeiro lugar, elevaram-se enormemente as despesas com a matéria-prima, não apenas com o fumo produzido internamente mas, principalmente, com o fumo importado e destinado às "capas". Em segundo, elevaram-se também em muito os custos com a mão-de-obra, devido a nova política salarial de reajustes semestrais, pois, tratando-se de produção manufatureira, as despesas com salários e contribuições da folha atingiam cerca de 50% dos custos totais para a elaboração de um charuto. A nova conjuntura econômica provocou o rápido encarecimento dos produtos Suerdieck. O mercado interno encolheu, principalmente nos segmentos consumidores de charutos de "tipo médio" (69).

Em janeiro de 1982, o diretor-gerente da Suerdieck S.A. declarava:

"Quando fizemos o investimento na Suerdieck (o grupo Melitta), acreditamos no mercado brasileiro. Não funcionou muito: a fábrica brasileira não dá lucro, apenas equilibra suas contas" (70).

Na mesma declaração, a Suerdieck era ameaçada com um prazo-limite: até 1983 - para "sair do vermelho". Caso voltasse a ocorrer deficit operacional, o grupo Melitta tentaria vendê-la. O prazo dado pela Melitta aparentemente foi esticado. No início de 1983, a firma anunciou um novo plano de expansão. O grupo Melitta decidiu investir cerca de 2 milhões de dólares num projeto que definia uma "ampla reestruturação administrativa", reforço publicitário da imagem tradicional da empresa, ampliação das vendas nos mercados externo e interno, além de outras medidas. A Melitta encarregou-se de criar novos canais de venda no país e a Suerdieck assumiu a meta de exportar 2 milhões de dólares (0,8 milhão de fumo beneficiado e 1,2 milhão em artigos manufaturados) (71).

A Suerdieck centralizava o trabalho de 300 fumicultores que cultivavam 2.000 hectares em Arapiraca (Alagoas) e no Recôncavo Baiano, produzindo fumos escuros na primeira região e fumos claros na segunda. Estes agricultores eram assistidos pela empresa, técnica e financeiramente, de modo a garantir a boa qualidade de pelo menos parte do fumo comprado. Os quatro armazéns de beneficiamento e os dois estabelecimentos produtores de charutos, cigarrilhas e fumo para cachimbo, tinham sido modernizados. Fora substituída a maior parte da maquinaria obsoleta. A Melitta havia instalado casas de força e novos frigoríficos (para o beneficiamento do fumo e "purificação" dos charutos). A Suerdieck contava ainda com a plantação de cedro e a serraria em Santa Catarina para a produção de caixas de charutos (72).

Na produção de cigarrilhas e fumo para cachimbos foram introduzidas novas máquinas, mas os charutos continuaram sendo produzidos à mão. Com 1.100 funcionários (dos 3.000 existentes no período áureo da empresa), a Suerdieck esperava produzir de 46 a 48 milhões de charutos e cigarrilhas em 1983, além de fumo para cachimbo. Cerca de 27 milhões de unidades seriam desti

nadas ao exterior, onde a empresa iria concorrer com a produção de outros centros charuteiros europeus e latino-americanos. Os principais importadores seriam a Alemanha, Suíça, Portugal, Estados Unidos, Argentina e Países Árabes.

A empresa, modernizada apenas parcialmente, continuava operando com larga margem de capacidade ociosa. Em 1982, foram produzidas 33 milhões de unidades para o mercado interno e externo, enquanto que na década de 1940 eram produzidas 50 milhões por ano. A Suerdieck tinha condições de alcançar uma produção de 100 milhões de unidades. Com este objetivo foi lançada uma nova marca de cigarrilha, que buscava atingir os consumidores jovens e as mulheres no mercado nacional. O mercado para charutos, de acordo com sua diretoria, estava estabilizado há anos. A empresa pretendia ainda reduzir os tipos de charutos e cigarrilhas produzidos (cerca de 60), com o intuito de reduzir os custos e manter a qualidade de seus artigos, para enfrentar a concorrência externa (73).

9. A Situação Atual da Indústria Baiana do Fumo

O declínio das manufaturas do fumo na Bahia deve ser visto como um caso particular do processo de decadência da antiga indústria nordestina. Estranguladas pelo limitado desenvolvimento do mercado regional e pela concorrência das indústrias implantadas em outros Estados, obsoletas técnica e administrativamente, prejudicadas ainda pelas secas, fábricas têxteis, usinas de açúcar e manufaturas de charutos tiveram um mesmo destino: quebraram, desempregando milhares de trabalhadores.

"... para algumas regiões, notadamente o nordeste, o crescimento acentuadamente mais baixo desse grupo I (bens de consumo não durável) deve ser também explicado pelos padrões de miséria de sua população e pelo baixo nível de eficiência operativa (alto grau de obsolescência) e de produção de boa parte dos ramos industriais que constituem este grupo, notadamente o têxtil,

onde inclusive registra-se o encerramento de atividades de muitos de seus tradicionais estabelecimentos.

"... o período de 1959-1970 reforçou as tendências pronunciadas já na década anterior, referentes à modernização e obsolescência... na Bahia, o ramo de farmácia expulsava 52% de seu operariado, enquanto na têxtil saíam 11% e no fumo 24%..."(74).

Em 1950, existiam na Bahia 47 estabelecimentos do ramo fumageiro segundo o censo industrial. Deste total, 29 dedicavam-se exclusivamente ao beneficiamento do fumo em folha e 18 à produção de cigarros, fumos desfiados ou charutos (tabela VI). Estes estabelecimentos eram responsáveis, em 1950, por cerca de 7,6% do valor da produção do ramo no Brasil. O beneficiamento (pouco mais de 60% dos estabelecimentos) respondia por 50,7% do valor da produção do ramo na Bahia e por 41,4% dos operários ocupados. A produção de charutos e cigarros contava com 38,3% dos estabelecimentos e respondia por 49,3% do valor da produção e 58,6% dos operários. O censo industrial de 1950 dividia este segundo setor em dois segmentos: produção de cigarros e fumos desfiados (3 estabelecimentos) e produção de charutos (15). A presença da Souza Cruz justificava a alta participação do segmento de cigarros e fumos desfiados na força motriz instalada no ramo: 93,1%. Justificava também a considerável participação do segmento no valor da produção total (19,1%), apesar da pequena quantidade de operários ocupados em seus três estabelecimentos (377, ou seja, 9,6% do total).

De acordo com o censo industrial de 1950, ainda era forte a presença da produção charuteira na Bahia. Quinze estabelecimentos produziam charutos. Eram manufaturas, pois, concentravam 49,0% dos operários do ramo e apenas 6,9% da sua força motriz (30 hp). Estas manufaturas respondiam em 1950 por 30,2% do valor da produção da indústria do fumo baiana.

Os censos industriais de 1960 e 1970 não desdobraram o setor de produção de cigarros e charutos como o censo de 1950. Provavelmente, porque a partir da década de 1950 só restava na Bahia uma única empresa no segmento produtor de cigarros e fumos

Tabela VI

Bahia - Estrutura da Indústria do Fumo em 1950

Setores	Estabelecimen- tos (nº)	%	Valor da Produ- ção (Cr\$ 1.000,00)	%	Operários (média mensal)	%	Força Motriz (HP)	%
Beneficiamento ⁺	29	61,7	57.114	50,7	1.632	41,4	-	-
Cigarros e cha- rutos	18	38,3	55.610	49,3	2.308	58,6	436	100,0
Cigarros e fu- mós desfiados	3	6,4	21.567	19,1	377	9,6	406	93,1
Charutos	15	31,9	34.043	30,2	1.931	49,0	30	6,9
Total da Indús- tria	47	100,0	112.724	100,0	3.940	100,0	436	100,0

+ secagem, defumação e outras preparações do fumo
Fonte: BRASIL. IBGE. Censo Industrial de 1950.

desfiados: a Souza Cruz. Ainda assim, é possível verificar-se o esvaziamento do segmento charuteiro. Dos 15 estabelecimentos produtores de charutos registrados pelo censo de 1950, sobravam apenas 5 em 1970, de acordo com o censo deste ano. Na verdade, os dados levantados pelo censo de 1970 podem estar ligeiramente subestimados. Em pesquisa direta realizada no Recôncavo, em 1980, foram encontradas mais 3 manufaturas de charutos e/ou cigarrilhas implantadas antes de 1970; todas, porém, de pequena importância. O esvaziamento da produção charuteira, entretanto, continua patente, apesar desta observação.

Com relação ao beneficiamento, pouco se pode dizer da sua evolução entre 1950 e 1970. O censo de 1960 registrou a presença de 45 estabelecimentos dedicados à secagem, defumação e outras preparações do fumo em folha, na Bahia. Tal número, bem superior ao levantado em 1950 (29), teria caído para 11 em 1970, de acordo com o censo. É provável que muitos "armazéns" tenham desaparecido durante a década de 1960 (período de crise para a atividade fumageira na Bahia), mas certamente a redução do seu número não deve ter sido tão significativa.

Mais problemática ainda é a análise da evolução da indústria baiana do fumo com base nos censos posteriores a 1970. Como se sabe, foi alterada a metodologia do recenseamento industrial a partir de 1975, inclusive com o aparecimento dos gêneros 31 e 32 (atividades de apoio e serviços de caráter industrial e atividades administrativas), que antes eram considerados como parte integrante dos ramos da listagem tradicional do IBGE. Além disso, tanto o censo de 1975 como o de 1980 (sinopse preliminar) subestimam o número de estabelecimentos do setor de beneficiamento, apresentando uma quantidade (28 em 1975) nem de longe comparável à registrada por outras fontes. (cadastro industrial por exemplo).

O certo é que a indústria fumageira da Bahia perdeu terreno tanto no que se refere a sua participação na indústria brasileira do fumo, quanto no que diz respeito a sua importância para o conjunto da indústria baiana.

A participação da indústria fumageira da Bahia no valor da produção do ramo no Brasil passou de 7,6% em 1950, para 10,1% em 1960 e 5,0% em 1970, segundo os censos industriais. O mesmo processo se verifica com a comparação dos censos de 1975 e 1980. A participação da indústria baiana do fumo, de acordo com os dois últimos censos, caiu de 7,1% para apenas 4,6% no intervalo 1975-1980. A redução da importância da indústria fumageira do Estado no ramo nacional decorreu, sobretudo, da expansão do beneficiamento do fumo em folha no sul do país (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e no Nordeste (Alagoas), assim como da implantação de fábricas de cigarros em outros Estados (Pernambuco, Minas Gerais e outros) (75).

Para a economia baiana, a indústria do fumo perdeu qualquer importância no período 1950-1980, isto é, durante os anos de diversificação da indústria baiana (implantação da Petrobrás, do Centro Industrial de Aratu e do Pólo Petroquímico). Com efeito, abstraídas as mudanças metodológicas verificadas nos recenseamentos, a participação do ramo no valor da produção industrial do Estado caiu de 14% em 1941 para 8% em 1949, e de 7,3% em 1959 para 3% em 1970 e 2,6% em 1975. Em 1980, esta participação já havia diminuído para 0,8%, valor próximo do registrado pelo censo industrial para a participação do ramo fumo no valor da produção do conjunto da indústria brasileira: 0,6%. A participação do ramo na geração de emprego também decresceu, ainda que de forma mais lenta (devido certamente à presença do trabalho manufatureiro). O ramo fumo respondeu por cerca de 7,5% do pessoal ocupado pela indústria baiana em 1949 e em 1959. Esta proporção caiu para 5,3% em 1970. Considerados os censos de 1975 e 1980, a queda também fica demonstrada: 5,9% para 3,2%.

A produção de charutos e cigarrilhas reúne hoje na Bahia cerca de 6 empresas, das quais as maiores são a Suerdieck e a Pimentel. A evolução recente destas duas já foi comentada, mas, além delas, existem ainda a H. Madeiro da Silva, a Ideal, a Cooperativa Artesanal Mista do Vale do Paraguaçu e a Menéndez e Amerino.

A H. Madeiro da Silva é uma manufatura de capital

Tabela VII

Bahia - Participação da Indústria Fumageira no Valor da
Produção e no Total do Pessoal Ocupado no Setor Industrial:
1950-1980

	Participação (%)				
	1949	1959	1970	1975	1980
Valor da Produção	8,0	7,3	3,0	2,6	0,8
Pessoal Ocupado	7,5	7,5	5,3	5,9	3,2

Fonte: BRASIL. IBGE. Censos Industriais.

nacional instalada em Cachoeira (Recôncavo). Produz charutos e cigarrilhas, utilizando matéria-prima da região para as "buchas" e fumo produzido em Santa Catarina (tipo "Sumatra") para as "capas". A produção é totalmente destinada aos mercados nacional e regional. Seu principal produto é a cigarrilha marca "Talvis". A H. Madeiro da Silva empregava em 1981 apenas 70 pessoas. A produção (manual) em 1980 foi de cerca de 80 mil charutos e 3 milhões de cigarrilhas (76).

A Ideal é uma pequena manufatura de capital nacional fundada em 1958 e localizada em Muritiba (Recôncavo). Obtém a maior parte da matéria-prima que utiliza na zona fumageira da região. Mas também importa fumo de Alagoas. Produz charutos de qualidade média para os mercados do Rio, São Paulo, Ceará e de outros Estados. Empregava, em 1981, apenas 17 pessoas (77).

A "Cooperativa" é uma empresa híbrida de manufatura e estabelecimento centralizador de trabalho a domicílio. Empregava, em 1981, cerca de 20 mulheres sob o regime manufatureiro e 100 pessoas sob o sistema "de encomenda" nas cidades de São Félix e Cachoeira. Produziu, em 1980, cerca de 1 milhão de charutos de qualidade inferior, destinados quase totalmente ao mercado do sul do país, notadamente ao mercado de Santa Catarina.

É neste mesmo Estado que a "Cooperativa" se abastece de fumo "capeiro", enquanto a matéria-prima para as "buchas" é obtida no Recôncavo.

A Menéndez e Amerino Cia. Ltda. é a mais jovem das manufaturas baianas, tendo sido implantada entre 1978 e 1979, poucos anos depois da venda da Suerdieck e no momento de crise maior da Pimentel. Ela é apenas uma exceção a confirmar a regra geral do declínio do ramo, pois, sua instalação resultou de um motivo bem particular: o controle do know-how charuteiro cubano pela família Menéndez no exílio. Em 1960, a família abandonou Cuba, onde havia perdido para o novo regime cubano a empresa produtora dos charutos H. Upmann e Montecristo. Ela instalou-se primeiramente nas Ilhas Canárias, onde montou uma nova empresa charuteira. Em 1975, conheceu Mário Amerino Portugal, exportador de tabaco na Bahia. Associaram-se em 1976 e fundaram em seguida a Menéndez e Amerino. Estabeleceram uma manufatura de charutos de alta qualidade em São Gonçalo dos Campos, Recôncavo Baiano. Com sementes contrabandeadas de Cuba, desenvolveram o "havana baiano". Instalaram plantações próprias deste tipo de tabaco e de outros. No início dos anos 1980, definiram um mercado-alvo (os Estados Unidos), pois, pensavam em aproveitar o boicote americano às exportações cubanas. Manufaturando charutos caros e sofisticados, a empresa pretendia, em 1980, atingir em dois anos a marca dos 5 milhões de unidades/ano, 80% dos quais destinados ao mercado externo. No entanto, de 1978 a 1982, "quando consolidou sua posição no mercado, a empresa perdeu 160 milhões de cruzeiros, que foram cobertos nesse início de ano (1983) por uma injeção de capital de 170 milhões de cruzeiros..." (78).

O mercado para charutos baratos, isto é, consumidos em massa, encurta aceleradamente. Os charutos baratos são as principais vítimas da concorrência exercida pela indústria de cigarros. Eles custam pouco, de fato, mas os cigarros, produzidos em fábricas de elevado nível de automação, custam menos ainda. Outras desvantagens do charuto em relação ao cigarro: elevados teores de nicotina e "alcatrão", que afastam novos consumidores preocupados com a saúde, e a proibição do seu consumo em ambientes fechados.

"Para Peter Wimmer, presidente da Suerdieck, não parece haver caminhos que conduzam à fabricação de charutos em condições de concorrer com os cigarros. Nos EUA, por exemplo, a utilização de fumo homogeneizado para capear o charuto, que permite reduzir a mão-de-obra e chegar a uma industrialização próxima do cigarro, não impediu que as vendas continuassem caindo 6% ao ano. Na sua opinião, essa modificação eliminou, aos olhos dos consumidores, a vantagem representada pelo fato de ser produzido manualmente, com folhas selecionadas individualmente e com cuidados maiores" (79).

Na medida em que diminui o mercado para charutos baratos, as principais manufaturas baianas especializam-se em charutos de alta qualidade, sofisticados e caros. Mas, no Brasil, dada a alta concentração da renda, produzir charutos sofisticados, para o "consumo capitalista", significa exportar. O problema é que o mercado mundial também é o canal de escoamento para a produção das Ilhas Canárias, da Jamaica ou de Cuba. As empresas baianas enfrentam no mercado externo, além do decréscimo geral do consumo de charutos, a dura concorrência de outros centros charuteiros internacionais, alguns com enorme tradição. Neste mercado de crescimento mais que reduzido, a concorrência em qualidade ganha importância crescente.

"Apurar a qualidade e restringir sua fabricação às marcas de prestígio procuradas pelos consumidores mais refinados dos Estados Unidos e da Europa. Este parece ser o único caminho vislumbrado pelos fabricantes brasileiros de charutos para se manterem no mercado..." (80).

Uma vez que crescem as exigências em qualidade, cresce também a necessidade de criação de plantações próprias e/ou de formação de uma sólida base de fumicultores capacitados para fornecer boa matéria-prima. Isso implica em ampliar as despesas com inovações, com financiamento ao pequeno produtor de fumo, com assistência técnica no campo. Produzir charutos de alta qualidade implica também em contar com pessoal de gerência qualificado e em ampliar as despesas com publicidade e comercialização. É necessário ainda ter capital suficiente para enfrentar as exigências naturais do ramo: grandes estoques de fumo em folha (só ocorre uma safra por ano) e grande quantidade de operários especializados para o beneficiamento e a manufatura.

Durante muitos anos as manufaturas baianas não reuniram estas condições, sem as quais era impraticável a competição no mercado externo. Por isso, perderam terreno na Europa, apesar da tradição de seus produtos e marcas. Por isso, perderam espaço também no mercado interno, onde, apesar da reserva de mercado oficial, sempre foi grande o contrabando (81).

Somente na década de 1970, com a compra da Suerdieck pelo grupo Melitta e com a união entre o maior exportador baiano de fumo em folha e um industrial cubano exilado, as duas condições básicas - capital e know-how - foram reunidas. A partir daí, voltaram a crescer as exportações baianas de charutos para o exterior e as vendas para outros Estados do país (+).

O gráfico IV mostra o comportamento das exportações baianas de charutos no intervalo 1964-1980. Em quantidade (toneladas), as exportações mantiveram-se instáveis, num nível baixo, entre 1964 e o início da década de 1970 (média de aproximadamente 130 toneladas/ano entre 1964 e 1973). Voltaram a crescer em 1974 e estabilizaram-se num nível mais elevado nos anos seguintes (média de 290 toneladas entre 1974 e 1980). Já o valor médio (US\$/kg) manteve-se relativamente estável entre 1966 e 1976 (em torno de 3 dólares por kg), cresceu a partir de 1977, atingindo um novo nível de mais ou menos 6 dólares por kg em 1978-79. Esta elevação do valor médio deve ter refletido, em parte, o aumento das exportações de charutos de melhor qualidade. Assim, explica-se a quadruplicação do valor total exportado em charutos, entre 1973 e o início dos anos 1980, apesar de ter ocorrido apenas a duplicação da quantidade exportada.

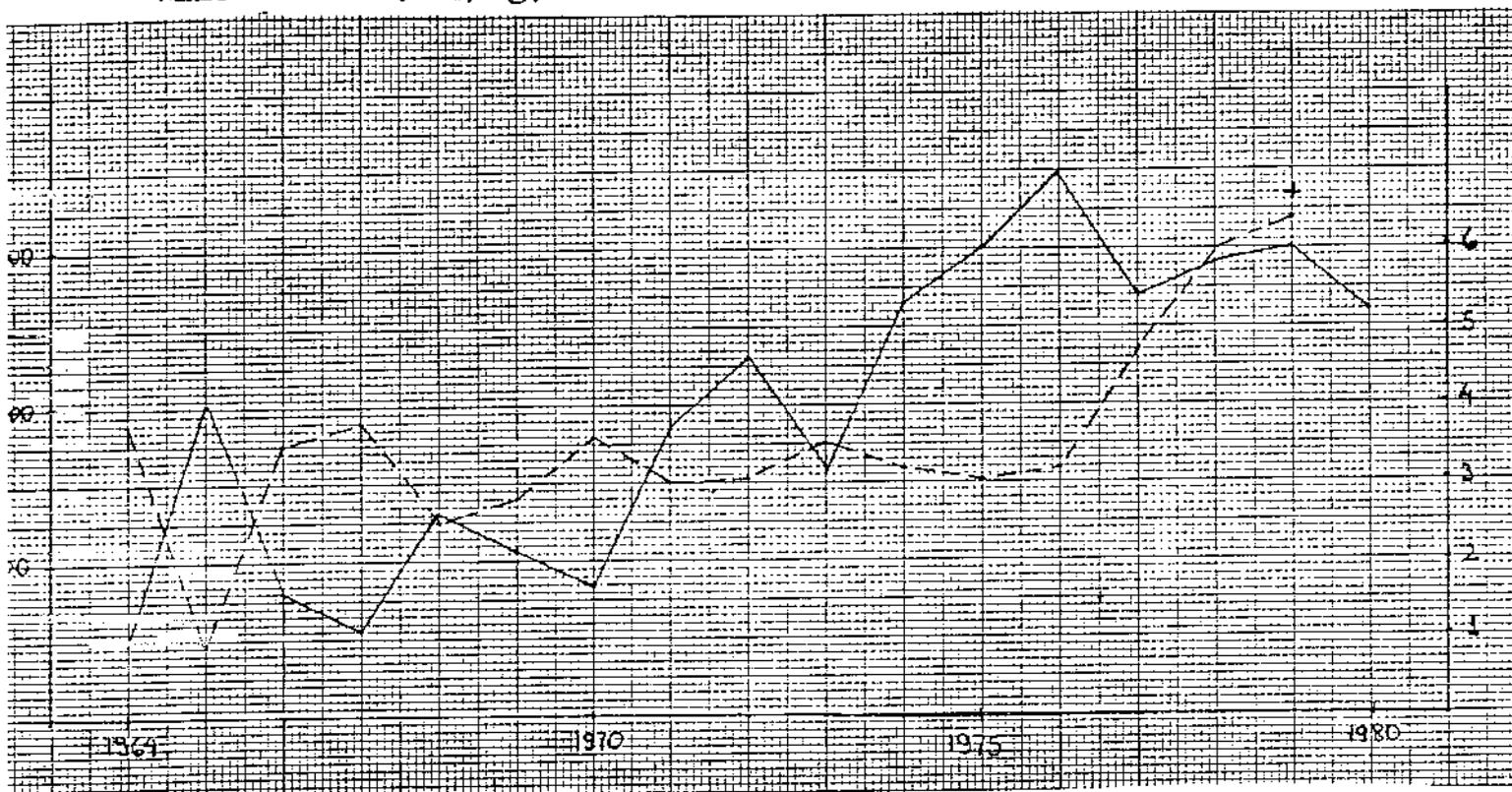
(+) O comércio interestadual de charutos continua sendo importante para as empresas baianas. Evidentemente, não tem hoje a importância para o conjunto da economia baiana que tinha antes da década de 1950, quando charutos e cigarrilhas eram dois dos poucos produtos manufaturados na pauta de exportações interestaduais da Bahia.

Se este comércio continua, o mesmo não acontece com o comércio interestadual de fumo em folha. As exportações interestaduais de fumo beneficiado caíram a níveis desprezíveis. Entre 1958 e 1967, exportou-se para outros Estados, em média, cerca de 0,1% das exportações totais de fumo da Bahia. E mesmo mais recentemente, tem sido pequena a parcela da produção das principais empresas beneficiadoras da Bahia que é destinada ao mercado nacional (82).

Gráfico IV

Bahia - Exportações de Charutos: 1964-1980

Quantidade (toneladas) ———
 Valor médio (US\$/kg) - - - -



+ estimativa

Fontes: BAHIA. Instituto Baiano do Fumo. Programa plurianual para o desenvolvimento da fumicultura no estado da Bahia. Salvador, IBF, 1981.
 SO para ricos. Visão, 7/01/80, pp. 74-5.

O recente incremento das exportações baianas de charutos não pode negar a tendência ao desaparecimento da produção charuteira no Recôncavo. As ameaças de fechamento da Suerdieck, a crise da C. Pimentel e os prejuízos da Menéndez e Amerino, estão aí para confirmá-la.

Como se afirmou anteriormente, é delicada a situação da fumicultura baiana, especializada em fumos que não contam com mercados promissores e pressionada pela concorrência sulista e alagoana. A quebra definitiva das últimas manufaturas baianas de charutos implicaria numa redução da demanda de fumo em

foina no Recôncavo da ordem de 10%. Isso traria novos problemas para a fumicultura regional, que também não conta com a demanda da fábrica da Souza Cruz instalada em Salvador, nem com a expansão do consumo de fumo em corda.

A substituição parcial dos charutos por cigarrilhas (linha de ação já adotada pela Suerdieck) também afetaria negativamente a fumicultura regional. Uma cigarrilha absorve cerca de um décimo do fumo necessário para a elaboração de um charuto, sem que o consumo final de unidades aumente na proporção inversa. Assim, a compra da produção regional de tabaco pelas empresas manufatureiras encontraria mais um obstáculo.

Quanto ao fumo em corda, o relativo aumento de seu consumo nos últimos anos, em função da crise econômica e do encapecimento dos cigarros, não pode ser levado em consideração. A longo prazo, com o incremento da urbanização, o consumo do fumo em corda tende a desaparecer.

O fechamento das últimas manufaturas e a redução da atividade de beneficiamento resultariam no colapso do mercado de trabalho nos municípios fumageiros do Recôncavo. Em entrevistas realizadas nestes municípios, esta questão foi lembrada frequentemente. A população da zona fumageira do Recôncavo passou pela experiência da crise de sua principal indústria nas últimas décadas, quando a quebra de importantes firmas tornou obrigatória a migração dos trabalhadores jovens, encarecendo o custo da mão-de-obra no campo e prejudicando, assim, a própria fumicultura. A reabertura das empresas desaparecidas e a manutenção das existentes é uma reivindicação constante, apesar da sazonalidade do emprego e dos baixos salários que caracterizam o ramo.

Referências Bibliográficas

1. BAHIA. Centro de Planejamento da Bahia - CEPLAB, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Economia baiana - subsídios para um plano de governo. Salvador, Ceplab, 1978, t. 4, p. 14.
2. A Tarde, Salvador, 29/09/81.
3. BRASIL. IBGE. Censo demográfico de 1980.
4. BAHIA. Centro de Planejamento da Bahia - CEPLAB, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Op. cit. p. 21.
5. AVENA FILHO, Armando. O Estado Mono Industrial: as mudanças na composição do produto industrial baiano, in Informe Conjuntural nº 19. Salvador, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, fevereiro de 1983, p. 63.
6. LOBATO, Ronald. A nova estrutura da indústria baiana. A Tarde, Salvador, 22/03/83.
7. BAHIA. Centro de Planejamento da Bahia - CEPLAB, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Op. cit. Salvador, Ceplab, 1978, t. 3, p. 7.
8. BAHIA. Centro de Planejamento da Bahia - CEPLAB, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Op. cit. Salvador, Ceplab, 1978, t. 3, p. 138.
9. BAHIA. Centro de Planejamento da Bahia - CEPLAB, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Op. cit. Salvador, Ceplab, 1978, t. 3, p. 142.
10. BAHIA. Centro de Planejamento da Bahia - CEPLAB, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Op. cit. Salvador, Ceplab, 1978, t. 3, p. 117.
11. BAHIA. Centro de Planejamento da Bahia - CEPLAB, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Op. cit. Salvador, Ceplab, 1978, t. 3, p. 143.
12. BAHIA. Conselho de desenvolvimento do Recôncavo - CONDER, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Estudos básicos para o projeto agropecuário do Recôncavo. Salvador, Conder, 1973, t. 1, p. 46.
13. BAHIA. Centro de Planejamento da Bahia - CEPLAB, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Op. cit. Salvador, Ceplab, 1978, t. 3, pp. 91-116.

14. BRASIL. IBGE. Censo demográfico de 1980.
15. BRASIL. Ministério da Agricultura. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Estudos básicos para o planejamento - Subsídios para a análise da cultura do fumo. Brasília, 1978, p. 3.
16. BRASIL. Ministério da Agricultura. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Op. cit. Brasília, 1978, p. 52.
17. BRASIL. Ministério da Agricultura. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Op. cit. , pp. 7-14.
18. BRASIL. Ministério da Agricultura. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Op. cit. , p. 14.
19. BRASIL. Ministério da Agricultura. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Op. cit. , p. 3.
20. A SOUZA CRUZ tem uma folha de grandes serviços prestados ao Brasil. Veja, 28/01/81.
21. BRASIL. Ministério da Agricultura. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Op. cit. , p. 52.
22. BRASIL. Ministério da Agricultura. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Op. cit. , pp. 32-47.
23. AS POSIÇÕES não mudaram com a primeira "guerra". Negócios em Exame, 11/10/78, p. 49.
24. A FUMAÇA afinal revela os seus segredos. Veja, 10/02/82, p.70.
25. SOUZA CRUZ, 80 anos de Brasil. Encarte da revista Veja, nº 771, p. 128.
26. MERCADO de cigarros continua em declínio. A Tarde, Salvador, /01/83.
27. BRASIL. Ministério da Agricultura. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Op. cit., p. 62.
28. BRASIL. Ministério da Agricultura. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Op. cit. , pp. 71-72.
29. BRASIL. Ministério da Agricultura. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Op. cit. , pp. 66-67.
30. BRASIL. Banco do Nordeste do Brasil. Produção e mercado do fumo no Nordeste. Fortaleza, BNB, 1970, p. 44.
31. BRASIL. Ministério da Agricultura. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Op. cit. , p. 67.
32. LIEDKE, Elida Rubini. Capitalismo e camponeses: relações entre indústria e agricultura na produção de fumo no Rio Grande do Sul. Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, 1977, pp. 101-111.

32. O DUELO Reynolds-Philip Morris vs Souza Cruz. Negócios em Exame, 13/07/77, p. 34.
33. BRASIL já é o segundo maior mercado de cigarros do mundo. Jornal do Brasil, 07/06/81, p.28, c.1º.
34. AS POSIÇÕES não mudaram com a primeira "guerra". Negócios em Exame, 11/10/78, p. 49.
35. SUDAN tenta exportar fumo e cigarros para África e vencer déficit de 10 anos. Jornal do Brasil, 05/10/81, p. c.1º.
36. LIEDKE, Elida Rubini. Op. cit. , pp. 40-48.
37. BRASIL já é o segundo maior mercado de cigarros do mundo. Jornal do Brasil, 07/06/81, p. 28, c. 1º.
38. OS ROBÔS já estão funcionando em MG. Folha de São Paulo, 15/04/82.
39. LIEDKE, Elida Rubini. Op. cit., p. 28.
40. A FUMAÇA afinal revela os seus segredos. Veja, 10/02/82, p. 76.
41. WAIBEL, Leo. Capítulos de geografia tropical e do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro, IBGE, 1979, p. 322.
42. BAHIA. Instituto Baiano do Fumo. Programa de assistência técnica. Salvador, IBF, 1979, p. 1.
43. BAHIA pode ter novo pólo fumageiro no sul. Tribuna da Bahia, 17/02/82.
44. BAHIA. Instituto Baiano do Fumo. Programa plurianual para o desenvolvimento da fumicultura no Estado da Bahia . Salvador, IBF, 1981, p. 20.
45. BRASIL. Ministério da Agricultura. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Op. cit., pp. 145-149.
46. OLIVEIRA BAPTISTA, José Murilo Philigret. A Oferta de fumo no Estado da Bahia - discussão dos modelos de defasagens distribuídas. Dissertação de mestrado, Salvador, curso de mestrado em economia da UFBA, 1977, pp. 12 e 17.
47. BAHIA. Conselho de desenvolvimento do Recôncavo - CONDER, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Op. cit. Salvador, Conder, 1973, t. 4, p. 81.
48. BAHIA. Instituto Baiano do Fumo. Op. cit. Salvador, IBF, 1981, pp. 13-14.
49. SAINT, Willian S. A organização social da produção agrícola: mandioca, fumo e citros.-Cruz das Almas, 1976, 16 f. mimeog.
50. BAHIA. Instituto Baiano do Fumo. Op. cit. p. 21.
51. BRASIL. Ministério da Agricultura. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Op. cit. , p. 39.

52. BAHIA. Conselho de desenvolvimento do Recôncavo - CONDER, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Op. cit. t. 1, p. 47.
53. BRASIL. Banco do Nordeste do Brasil. Op. cit., p. 34.
54. BAHIA. Instituto Baiano do Fumo. Op. cit., p. 8.
55. OLIVEIRA BAPTISTA, José Murilo Philigret. Op. cit., p.32.
56. BRASIL. Ministério da Agricultura. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Op. cit., p. 113.
57. BRASIL. Ministério da Agricultura. Subsecretaria do Planejamento e Orçamento. Op. cit., pp. 68-69.
58. Documentos da empresa Suerdieck. Suerdieck: 1892-1946. Salvador, 1946.
59. GOMES, Antônio Osmar. A indústria de charutos na Bahia, in Revista Fiscal da Bahia. Salvador, ano VII, nº 72, janeiro de 1952.
60. BAHIA. Centro de Pesquisas e Desenvolvimento - CEPED, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Preservação ambiental e desenvolvimento integrado na área de influência da barragem de Pedra do Cavallo. Salvador, 1981, mimeog.
61. BAHIA. Centro de Pesquisas e Desenvolvimento - CEPED, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Op. cit.
62. CHARUTOS made in Brasil, pra cubano nenhum botar defeito. Status, nº71, junho de 1980, p. 73.
63. DESEMPREGO ameaça 400 operários em Muritiba. A Tarde, 16/02/81, p. 3.
64. EMPREGO. A Tarde, /07/81, p. 2.
65. MANSUR, Gilberto. Charutos Suerdieck: baianos e famosos, in Administração e Serviços, novembro de 1981, p, 24.
66. CHARUTOS made in Brasil, pra cubano nenhum botar defeito. Status, nº 71, junho de 1980, p. 73.
67. MANSUR, Gilberto. Loc. cit., p.26.
68. MANSUR, Gilberto. Loc. cit., pp. 25-26.
69. MANSUR, Gilberto. Loc. cit., p. 25.
70. A Tarde, 02/01/82, p. 2.
71. PLANOS da Suerdieck para expandir vendas. A Tarde, 26/04/83.
72. O FANTÁSTICO mundo dos charutos. Informe publicitário da empresa Suerdieck, 1983.
73. O FANTÁSTICO mundo dos charutos. Informe publicitário da empresa Suerdieck, 1983.

74. CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil - 1930/70. Tese de Livre-Docência, Campinas, DEPE, IFCH, Unicamp, 1981, pp. 94 e 182.
75. BRASIL. IBGE. Censos industriais de 1960, 1970, 1975 e 1980.
76. BAHIA. Centro de Pesquisas e Desenvolvimento - CEPED, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Op. cit.
77. BAHIA. Centro de Pesquisas e Desenvolvimento - CEPED. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Op. cit.
78. SABOR havana. Administração e Serviços, agosto de 1983, pp. 33-4.
79. SÓ para ricos. Visão, 07/01/80, p. 75.
80. SÓ para ricos. Visão, 07/01/80, p. 74.
81. CHARUTOS made in Brazil, pra cubano nenhum botar defeito. Status, nº 71, junho de 1980, p. 71.
82. BRASIL. Banco do Nordeste do Brasil. Op. cit. p. 37.

Conclusão

O desenvolvimento da cultura do fumo na Bahia colonial foi estimulado, sobretudo, pelo aumento do consumo do tabaco na Europa a partir do século XVII.

A expansão da fumicultura no período colonial não se verificou apenas no Recôncavo Baiano. A droga, conquistando inicialmente as cortes, difundiu-se por toda a sociedade europeia, que passou a demandar quantidades crescentes da folha. Em função do crescimento do mercado europeu, o cultivo do tabaco foi introduzido em várias regiões do globo, especialmente nos Estados Unidos, onde a produção da folha baseada em plantations escravistas, como lembrou Fernando Novais, "... abriu para as colônias inglesas ao sul do Delaware a possibilidade de se entrosarem nas linhas do comércio europeu..." (1).

Assim, durante a dominação portuguesa, apesar das comprovadas relações entre a produção do fumo na Bahia e o tráfico negreiro, o mercado africano não teve importância vital para a atividade fumageira no Recôncavo. A subordinação ao tráfico era apenas parcial: para a Europa seguia o grosso da produção baiana de fumo e o tabaco de melhor qualidade.

Não eram as limitações impostas pelos ingleses ao comércio negreiro no Atlântico que barravam a expansão da fumicultura baiana no início do século XIX. O grande entrave era a política metropolitana para o tabaco, o "exclusivo" e a prioridade dada ao açúcar na distribuição das terras e da força de trabalho escrava.

Nas primeiras décadas do século XIX, grandes possibilidades estavam abertas para o fumo baiano no mercado mundial. O aparecimento das manufaturas de charutos na Europa possibilitava a expansão do consumo do tabaco neste continente, estimulando o crescimento das importações européias de uma nova matéria-prima: o fumo em folha beneficiado. Crescia a força de algumas regiões produtoras concorrentes: Cuba, Colômbia, Sumatra. Mas

no sul dos Estados Unidos, a produção de tabaco, até então principal atividade da agricultura escravista, era prejudicada pelos choques militares e econômicos com a Inglaterra, pelo esgotamento das terras e pelo desenvolvimento da lavoura do algodão (2).

O Recôncavo fumageiro se integrou ao novo surto do comércio internacional de tabaco com a abertura dos portos e a queda da hegemonia portuguesa sobre a exportação do fumo na Bahia, fruto da guerra de 1823. Abriu-se um período de transição que também foi de crise - a quantidade de tabaco exportada decresceu do final da década de 1820 até 1840. Esta crise, porém, resultou principalmente da pressão da concorrência e da desarticulação do comércio exportador de Salvador provocada pela expulsão dos portugueses. A perda do mercado africano não teve influência decisiva.

A crise foi superada graças à presença do capital comercial alemão; ele reorganizou a fumicultura regional e abriu novos canais para a venda do fumo baiano na Europa. No lugar da antiga produção de fumo em corda controlada pela Metrópole, produção mercantil-colonial assentada no trabalho escravo e parcialmente subordinada ao tráfico negreiro, desenvolveu-se um complexo exportador de fumo em folha, assentado na pequena produção familiar dos minifúndios do Recôncavo e subordinado ao grande comércio estrangeiro de importação-exportação, especialmente às firmas alemãs ou de origem germânica.

Nas décadas de 1840 e 1850, voltaram a crescer as exportações e nos anos 1860 e 1870 nova conjuntura favorável abriu-se para a produção baiana de fumo no mercado mundial.

E' verdade que a produção americana voltou a se expandir na década de 1840, estimulada pela introdução da secagem a vapor e pelo crescimento do mercado interno. Ela dobrou entre 1850 e 1860, consolidando o sul dos Estados Unidos como a principal região produtora de tabaco no mundo (3). No entanto, com a guerra civil americana, entrou em colapso a produção do fumo nos estados confederados, onde as firmas comerciais ale-

mãs também tinham interesses.

A presença do capital comercial alemão no Recôncavo garantiu o crescimento das exportações baianas de fumo de meados do século passado até as primeiras décadas do século XX.

Ainda em meados do século XIX, começaram a se multiplicar no Brasil e na Bahia as manufaturas de charutos, cigarilhas e cigarros. Assim, novo mercado surgiu para o fumo baiano.

De modo geral, os capitais investidos nas manufaturas baianas do ramo originaram-se do grande comércio. Exportadores de fumo resolviam diversificar suas atividades e, aproveitando suas relações comerciais e bancárias, instalavam empresas manufatureiras de charutos e outros artigos derivados do tabaco. Subordinada ao capital comercial que articulava os diversos segmentos do complexo do fumo, a produção de charutos, cigarilhas e cigarros, permaneceu até o século XIX numa posição secundária em relação ao beneficiamento e a exportação do fumo em folha.

Pode-se concluir, portanto, que a "etapa" colonial, iniciada no século XVII, terminou no intervalo 1808-23, com a abertura dos portos e a derrubada da hegemonia do comércio português. O período entre 1808-23 e 1850 foi um momento de transição, marcado pela penetração do capital comercial germânico, pelo crescimento do mercado interno e pelo fim do tráfico negreiro. Entre meados do século passado e o início do século XX cresceram as exportações e multiplicaram-se (principalmente de 1870 a 1890) as manufaturas no interior do complexo baiano do fumo. Neste último intervalo, consolidou-se o complexo fumageiro do Recôncavo.

As atividades de produção, comercialização e manufatura do fumo ocupavam um lugar de destaque na economia baiana, entre as últimas décadas do século XIX e os primeiros anos do século XX. Sua importância, no entanto, era desproporcional em relação às suas próprias dimensões. Ela refletia em maior grau a crise da atividade açucareira, o ainda incipiente

desenvolvimento da cacauicultura e a pequena expressão das atividades urbano-industriais na Bahia, onde até mesmo o grande comércio, eixo tradicional da acumulação, começava a perder terreno para os concorrentes de outras praças.

Importante para a economia baiana, o complexo fumageiro apresentava, apesar disso, possibilidades modestas de crescimento no início do século XX. O mercado regional crescia lentamente, pois, além do débil dinamismo das principais atividades urbanas, era limitado o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no campo. No plano nacional, o complexo fumageiro enfrentava a concorrência da indústria do fumo de outras regiões, nas quais também começava a crescer a fumicultura voltada para o mercado interno. Ademais, o cultivo do tabaco já havia se difundido em muitos países e a expansão do tabagismo em escala mundial fora acompanhada por um crescimento também internacional da indústria do fumo.

Tudo isso não significa dizer que o complexo baiano do fumo não pudesse continuar a se expandir, ainda que mais lentamente, pois a consolidação de seu segmento manufatureiro abria a possibilidade da constituição de um sistema agroindustrial produtor de bens finais, que podia, mesmo perdendo algum espaço para a indústria do fumo instalada em outras regiões, manter o controle sobre uma fração significativa do mercado nacional e do mercado externo para charutos e cigarrilhas. Com efeito, o complexo baiano do fumo contava com uma fonte de matéria-prima de reconhecida qualidade - a fumicultura tradicional do Recôncavo - e respondia ainda por cerca de 20% do valor da produção da indústria brasileira do fumo em 1920.

Contudo, ainda nas primeiras décadas do século XX evaporaram-se as possibilidades de formação de um complexo agroindustrial no Recôncavo. O progresso técnico, a concentração e a centralização do capital na indústria do fumo dos países centrais, provocaram a constituição de gigantescas empresas no ramo, que graças a uma enorme superioridade técnica e financeira expandiram-se internacionalmente, absorvendo ou destruindo a indústria fumageira de países da periferia, inclusive do Brasil.

O principal produto destas empresas já não era o charuto, mas sim o cigarro, cujo consumo cresceu após a primeira grande guerra com a mecanização da indústria e o conseqüente barateamento dos artigos de tabaco. Com a penetração da British-American Tobacco no Brasil, instalaram-se no Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Salvador (1925), novas fábricas de cigarros. Para o abastecimento destas fábricas expandiu-se a fumi-cultura e o beneficiamento do fumo no sul do país.

A concorrência exercida pelas fábricas do truste expul-sou do promissor mercado de cigarros as manufaturas instaladas na Bahia, e a difusão no mercado nacional do consumo destes ar-tigos em detrimento do consumo de charutos beneficiou as regiões produtoras de fumos "leves", principalmente o Rio Grande do Sul, prejudicando, sobretudo, a fumi-cultura do Recôncavo, especiali-zada em fumos "fortes" para charutos. De fato, o truste não se interessou pelo desenvolvimento da fumi-cultura baiana. Ao con-trário, procurou concentrar seus investimentos em regiões agrí-colas que contavam com maiores "economias externas" e que po-diam suprir com matéria-prima barata suas fábricas localizadas nos principais centros urbanos do país. Como resultado da esta-gnação do consumo de charutos e da demanda de fumo para a pro-dução destes artigos - um fenômeno nacional e internacional -, a participação do complexo baiano do fumo no valor da produção do ramo no Brasil, apesar da implantação de uma fábrica de ci-garros em Salvador, caiu de 20% para 7,6% entre 1920 e 1950.

Empresas "marginais" no mercado nacional, os armazéns de beneficiamento e as manufaturas do Recôncavo continuaram especializados na produção de fumo "dark" e charutos. Como boa parte desta produção continuou sendo destinada ao mercado euro-peu, a indústria baiana do fumo conheceu um período de relati-va estagnação de seus negócios, em decorrência da depressão mundial, da segunda grande guerra e dos anos de reconstrução da Europa. No imediato pós-guerra, tendo perdido parte de seus mercados externos para outros centros charuteiros internacio-nais, estando praticamente fora do mercado interno em razão da concorrência exercida pela Souza Cruz (cigarros e cigarrilhas), e não contando ainda com o apoio estatal, algumas das principais

firmas do Recôncavo fecharam suas portas.

Entre 1870 e 1890, multiplicaram-se as manufaturas de charutos e os armazéns de beneficiamento do tabaco no Recôncavo. Nas primeiras décadas do século XX, o complexo baiano do fumo, já consolidado, conheceu seu período de auge. O intervalo entre a virada do século e o início dos anos 1940 pode ser assim caracterizado em função da importância alcançada pelo complexo fumageiro na economia baiana, pelo peso da indústria do fumo regional no conjunto do ramo no Brasil e pelo crescimento de algumas grandes empresas, notadamente a Suerdieck, durante este período. No entanto, as exportações de fumo beneficiado não cresceram neste intervalo como no período anterior; e o crescimento da produção baiana de fumo de bens finais derivados do tabaco não acompanhou a vigorosa expansão dos mercados nacional e externo para estes produtos.

A importância do complexo baiano do fumo começou a desaparecer entre 1942 e o pós-guerra. A partir daí, a estabilidade cedeu lugar ao declínio. A entrada do Brasil na guerra representou um duro golpe para as empresas de origem germânica, que tinham na Europa Central o seu principal mercado e que já estavam sendo sacrificadas pelo colapso do comércio internacional. A crise se aprofundou no início dos anos 1950, em razão das dificuldades colocadas para a importação do fumo "capeiro", devido a perda de importantes mercados na Europa e por causa da progressiva substituição dos charutos pelos cigarros. No período entre 1942 e meados da década de 1970, o complexo baiano do fumo conheceu a decadência: em termos absolutos, pois desapareceram várias firmas e caiu a produção de charutos e a exportação de fumo em folha; e também em termos relativos, porque com a diversificação da agricultura e da indústria na Bahia, com a expansão da fumicultura e da indústria do fumo em outros Estados, ele deixou de ter importância para a economia baiana e para o setor do fumo no Brasil.

De fato, após a guerra, a concentração do crescimento urbano e industrial no eixo Rio-São Paulo continuou a estimular

o desenvolvimento da fumicultura e/ou da indústria do fumo nesta região e nos Estados do sul. Nas décadas de 1960 e 1970 uma nova onda de internacionalização da indústria fumageira acabou resultando na formação de um moderno sistema agroindustrial no país, controlado pelo capital estrangeiro e instalado sobre os escombros das últimas grandes firmas brasileiras do ramo. Este sistema agroindustrial e o oligopólio multinacional que o implantou foram responsáveis pelo extraordinário incremento da produção e das exportações sulistas de fumos "leves", assim como pelo rápido crescimento da oferta e da demanda de cigarros no Brasil.

Enquanto isso, continuou decrescendo o consumo de charutos nos mercados interno e externo. Tornou-se ainda mais delicada a situação das empresas baianas. Elas tinham na retaguarda uma fumicultura ainda controlada pelo capital comercial e isso significava, concretamente, menor produtividade no cultivo, menor produtividade no beneficiamento (realizado em estabelecimentos obsoletos) e qualidade decrescente da principal matéria-prima. E, além disso, como continuavam produzindo charutos em manufaturas, tinham seus mercados progressivamente conquistados pelos cigarros e cigarrilhas produzidos em máquinas, portanto, mais baratos. Na década de 1970, algumas empresas do complexo do fumo no Recôncavo que haviam sobrevivido aos anos 1950 desapareceram, enquanto outras chegaram a paralisar por meses suas atividades.

A segunda onda de desnacionalização alcançou a indústria do fumo na Bahia com a compra de sua mais importante empresa - a Suerdieck - pelo grupo Melitta, em 1975. A nova injeção de capital (Suerdieck e outras firmas) e de know-how (Menéndez e Amerino) deu novo alento às manufaturas do Recôncavo. Cultivando fumo em plantações próprias ou dirigindo tecnicamente o cultivo realizado por pequenos produtores, elas conseguiram ampliar suas vendas de charutos no exterior e no mercado nacional. Também as exportações de fumo em folha voltaram a crescer nos últimos anos, graças aos novos canais de comercialização abertos pelo capital estrangeiro e à modernização do beneficiamento.

Essa recuperação tem, contudo, reduzidas perspectivas de continuidade. A decadência da fumicultura baiana, refletida na estagnação da produtividade no cultivo e na queda da qualidade de seu produto, tende a bloquear o crescimento das exportações baianas de fumo em folha. Além disso, o declínio do consumo de charutos e a utilização cada vez maior de novas espécies de fumos "leves" na fabricação de cigarros, tende a reduzir a procura pelo fumo escuro. E a produção de charutos, que aumenta basicamente na faixa dos "sofisticados", tende a sofrer as consequências da atual crise econômica e da dura concorrência de outros centros charuteiros internacionais.

O governo estadual pouco se preocupou com o declínio da atividade fumageira no Recôncavo, porque com a reativação da cacauicultura, a diversificação da agricultura baiana, a implantação de novas indústrias químicas e metalúrgicas e a urbanização da região metropolitana de Salvador, o complexo do fumo deixou de pesar no comércio exterior e na produção industrial da Bahia. Tampouco preocupou-se o governo federal, mais interessado no desenvolvimento da produção de cigarros e de fumos leves, caminho mais seguro para a elevação do volume arrecadado de impostos e para o aumento das exportações de fumo em folha.

No entanto, as consequências sociais da estagnação da atividade fumageira no Recôncavo não foram desprezíveis. Como esta atividade empregava milhares de pessoas em manufaturas, armazéns de beneficiamento e minifúndios, o desemprego criado foi grande. Os censos demográficos revelam que após a crise iniciada nos anos 1950 a maioria dos municípios da zona fumageira passou a apresentar taxas muito reduzidas de crescimento populacional. Em Cachoeira e São Félix, municípios onde nasceu e se desenvolveu a manufatura de charutos, a população diminuiu absolutamente durante a década de 1960. Com uma ou outra exceção, os municípios da área do fumo apresentaram depois dos anos 1950 altos índices de emigração, e esta emigração, de acordo com os censos, era constituída basicamente por homens jovens em busca de emprego.

O período de decadência do complexo baiano do fumo não terminou em 1975-78 com a entrada de novos capitais e de know-how estrangeiro. A ameaça de fechamento das últimas manufaturas de charutos permanece latente. A hegemonia da Souza Cruz na produção de cigarros continua absoluta. E a fumicultura estadual só pode conhecer uma expansão duradoura com o incremento do cultivo de fumos destinados à elaboração de cigarros - uma alternativa que ainda depende de decisões das multinacionais do ramo.

De qualquer modo, o complexo do fumo jamais voltará a reconquistar a posição que um dia ocupou na economia baiana. O futuro pertence aos novos "complexos" - petroquímica e mineração-metalurgia do cobre, por exemplo.

(1) NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). São Paulo, Editora Hucitec, 1979, p. 95.

(2) MAURO, Frédéric. História econômica mundial: 1790-1970. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973, p. 174.

(3) MAURO, Frédéric. Op. cit., p. 174.